



**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU  
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE  
ABRIL DE DOIS MIL E NOVE.**

----- No dia vinte e sete de Abril de dois mil e nove, teve lugar no Solar dos Peixotos, a primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelos Senhores António Elísio de Jesus Dias e Joaquim Pedro Martins Lourenço, respectivamente como primeiro e segundo secretários. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: António José Coelho Lopes (Justificada), António Vicente de Figueiredo, Custódio Figueiredo Ferreira (Justificada), e Maria Isabel de Almeida Fernandes (Justificada). -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após ter verificado a existência de quórum, dá início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito bom dia a todos, vamos então dar início à nossa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. A Ordem de Trabalhos é aquela que consta da Convocatória enviada. Antes porém de começarmos a reunião, queria fazer aqui só três ou quatro referências. Pedia silêncio por favor. Antes de mais, queria só cumprimentar todas as Senhoras e Senhores Deputados, cumprimentar o Executivo e cumprimentar também uma turma do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que está a assistir à nossa Sessão e que eu desde já cumprimento. É um gosto tê-los cá, aliás, esse é o espaço dedicado ao público e é bom ver a galeria hoje com tantos cidadãos a assistirem à nossa Assembleia Municipal. Feita esta referência, recordo que nos últimos dias tivemos várias iniciativas da responsabilidade da Assembleia Municipal. Desde logo recordo aqui a Conferência sobre Violência Doméstica, que realizámos no dia trinta de Março, em que tivemos como convidados a Doutora Elza Pais e o nosso Bispo, Dom Ilídio Leandro. Foi uma Conferência muito participada e que teve a particularidade de ter sido a primeira conferência, que fizemos de transmissão directa através da Internet. Cinco das perguntas que ocorreram durante esta Conferência foram feitas até através de cidadãos que estavam a acompanhar a Conferência sobre Violência Doméstica. Portanto, foi uma deliberação unânime da Assembleia Municipal e penso eu, que foi uma excelente Conferência, não só pelo conteúdo, mas também pela participação. Realço o número de Senhores Presidentes de Junta que estiveram presentes, o facto de ter sido uma Assembleia paritária, estavam tantos homens como mulheres, sem termos feito nada para esse efeito. Foi de facto uma excelente conferência. Depois, no dia vinte e um de Abril, realizámos também a nossa Assembleia Municipal Jovem, na sua quarta edição. Como sabem, o tema era, “Ser Criança e Exercer a Cidadania”. Tivemos também uma participação recorde. Este ano tivemos todos os Agrupamentos a participarem à excepção do Agrupamento de Vil de Soito, portanto, tivemos oitenta jovens a participarem na nossa Assembleia Municipal Jovem. O esquema que foi seguido, como os Senhores Deputados se recordarão, fizeram-se visitas a várias Instituições, à Câmara, às Juntas de Freguesia, à Associação de Pais, Associação de Estudantes, a Instituições Particulares de Solidariedade Social, enfim, várias Instituições que estes jovens tiveram oportunidade de visitar, que lhes permitiu depois fazerem os seus trabalhos, as suas discussões e debates dentro das escolas e na fase final, a preparação de oito Propostas de Recomendação, que tiveram a sua discussão aqui na Assembleia Municipal. A primeira parte foi a discussão desses Projectos, que foram devidamente aprovados e que eu vou enviar ao Líderes Parlamentares, à Autarquia e nalguns aspectos que tem a ver com o Governo, vou fazer



chegar ao Governo. Por fim, uma segunda parte, em que tivemos um debate. Esteve cá o Senhor Doutor Américo Nunes, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a responder a questões dos nossos jovens. Tivemos também o Paulo Ribeiro que convidámos para responder a questões, para além, obviamente, de intervenções dos nossos representantes dos Partidos na Comissão de Protecção de Menores. No âmbito desta iniciativa tivemos cá também nos dias dezassete a dezanove, uma visita de jovens de Sesimbra. Portanto, fizemos aqui um intercâmbio, porque Sesimbra também faz uma Assembleia Municipal Jovem, embora para jovens mais velhos do que a nossa. De qualquer maneira, nos dias dezassete a dezanove de Abril tivemos uma visita de cerca de trinta pessoas de Sesimbra, de jovens que estiveram cá de visita ao Concelho e os jovens de Viseu que participaram na Assembleia Municipal Jovem, vão também participar numa deslocação a Sesimbra, no dia treze a catorze de Junho, no âmbito deste intercâmbio. Também é um aspecto interessante que me apraz realçar. No dia Vinte e Cinco de Abril, como sabem, tivemos também a Assembleia Municipal comemorativa do “Vinte e Cinco de Abril”. Queria também agradecer aos Senhores Deputados pela participação massiva que tivemos, foi de facto uma boa Sessão. Tivemos o Senhor Professor Daniel Bessa como nosso convidado e penso que foi de facto, uma Sessão extremamente rica do ponto de vista das intervenções e da intervenção também do nosso convidado. Estas foram no fundo, três boas iniciativas que a Assembleia Municipal levou a efeito neste últimos dias, o que faz como tivéssemos tido três Assembleias Municipais no espaço de praticamente um mês. Entretanto, queria também informar os Senhores Deputados que na quinta-feira às vinte e uma horas, em Santa Comba Dão, vai decorrer a Assembleia Intermunicipal da Associação Intermunicipal Dão Lafões. Portanto, será a Assembleia Regimental que tem que ser feita até ao final do mês de Abril a que irei presidir, portanto, no dia trinta, enfim, não será uma data muito boa marcar para o dia trinta às vinte e uma horas em véspera de um feriado, mas do ponto de vista legal tinha que obrigatoriamente fazer esta Assembleia Intermunicipal antes do final do mês e foi o único dia para se cumprirem os prazos todos de convocatória, que eu consegui encontrar. Enfim, peço aos representantes da Assembleia Municipal que façam um esforço, se eventualmente houver algum que não possa estar, que se faça representar e que peça eventualmente a suspensão de mandato só para esta Sessão, para me dar tempo ainda de convocar a pessoa que venha a seguir, para que efectivamente tenhamos o quórum de Viseu, dos representantes da Assembleia Municipal de Viseu nesta Assembleia Intermunicipal. Portanto, estas são as informações que queria dar antes do início da nossa Ordem de Trabalhos. Iria de seguida pôr à consideração das Senhoras e Senhores Deputados a acta da Sessão Ordinária, do dia dezasseis de Fevereiro, pergunto se algum dos Senhores Deputados tem alguma questão em relação a esta acta, não tenho ninguém que pediu uso da palavra, então iria passar para a votação da acta de dezasseis de Fevereiro. Foi aprovada por unanimidade, a acta da nossa última reunião. Passaremos então agora ao Período Antes da Ordem do Dia, pergunto aos Partidos Políticos quem é que se pretende escrever. Já tenho aqui a lista dos inscritos, então procurando o princípio de alternância entre os partidos... Do partido Socialista só tenho aqui o Senhor Deputado Madeira Antunes, é a única inscrição e a Senhora Doutora Graça, obviamente”.

- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----
- A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----
  - Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----
  - A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico, uma circular sobre o tema “XXIV Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa; Alguns exemplares do Boletim número cento



e setenta e sete e cento e setenta e oito; Circular sobre o fundo para o investimento local, comunicam que está na Internet; Informação sobre Fórum das Autoridades Locais dos Países de Língua Portuguesa. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete vários convites à Assembleia Municipal; Remete ofícios para serem agendados na Sessão de vinte e sete de Abril de dois mil e nove; Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Actividade Municipal e situação financeira; Remete ofício a convidar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para pertencer à Comissão de Honra das Comemorações dos novecentos anos do nascimento de D. Afonso Henriques. -----

- A Dona Camila Maria Martins Alves (viúva do Sr. Dr. Alexandre Alves), agradece a esta AMV as amáveis palavras aquando do falecimento do seu marido. -----

- O Município de Lamego comunica a esta AMV que vão prestar homenagem ao Sr. Dr. Fernando Amaral em vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove, pelas onze e trinta horas. -----

- O Arquivo Distrital de Viseu agradece a esta AMV a cedência do salão. -----

- A Senhora Deputada Cláudia Isabel da Costa Bento solicitou a esta AMV a renúncia de mandato como deputada desta AMV. ----- Os Agrupamentos de Escolas Infante D. Henrique, Azeredo Perdigão e Instituto Piaget, comunicam a esta AMV a participação na quarta edição da Assembleia Jovem. -----

- A Senhora Deputada Maria da Graça Melo Cabral Marques Pinto comunica a esta AMV que não pode estar presente na reunião de dois de Março de dois mil e nove, envia duas sugestões. -----

- O Instituto Português da Juventude comunica que já não precisa do salão desta AMV. ---

- A Escola Profissional de Torredeita em resposta ao ofício desta AMV número quarenta e sete de dois mil e nove, pretende saber a indicação de número de pessoas e hora em que será servida a refeição. -----

- O Governo Civil do Distrito de Viseu acusa recepção da Moção enviada por esta AMV, sobre Unidades de Cuidados Intensivos. -----

- A Junta de freguesia de São José e o Centro Social, Cultural e Desportivo de Orgens comunicam a esta AMV que estão disponíveis para colaborar na Assembleia Municipal Jovem dois mil e nove. -----

- O Senhor Deputado Henrique Redondo Maximino de Almeida solicitou via e-mail a suspensão do mandato pelo período de um mês a esta AMV. -----

- O Sindicato de Trabalhadores da Função Pública do Centro remete a esta AMV, cópia da circular número três mil cento e oitenta e seis sobre “Transferência da sede da Direcção Regional da Economia do Centro”. -----

- O Teatro Viriato remete a esta AMV agenda do programa para os meses de Abril, Maio, Junho e Julho. -----

- O Colégio da Imaculada Conceição comunica a esta AMV, que não pode participar na Assembleia Jovem dois mil e nove, porque tem outras actividades para os alunos no mesmo período. -----

- A Assembleia Distrital de Viseu enviou a esta AMV convocatória para a Sessão Ordinária de vinte e oito de Abril. -----

- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----

- Foi dado conhecimento por via oficiosa, à Câmara Municipal de Viseu, de todas as deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia dezasseis de Fevereiro de dois mil e nove. -----

- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como às Entidades e Organismo que efectuaram o mesmo pedido. -----

- A Assembleia Municipal de Viseu enviou as aprovações e deliberações, por via oficiosa



- para o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
- A AMV remeteu via oficiosa ao Senhor Deputado Pedro Filipe da Santos Alves, a informação da sua substituição por um membro eleito para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Viseu. -----
  - A AMV remeteu via oficiosa aos Agrupamentos Escolares (Infante Dom Henrique, Grão Vasco, Viso, Mundão, Abraveses, Silgueiros, Vil de Soito, Nuclisol, Colégio da Via-Sacra e Imaculada Conceição), o convite para participarem na Assembleia Municipal Jovem dois mil e nove. -----
  - A AMV via oficiosa solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal colaboração para a organização da Assembleia Municipal Jovem dois mil e nove. -----
  - A AMV remeteu via oficiosa a Moção apresentada na Sessão Ordinária de dezasseis de Fevereiro de dois mil e nove, à Senhora Ministra da Saúde, Administração Regional de Saúde do Centro, Governador Civil do Distrito de Viseu, Presidente da Câmara Municipal. -----
  - Esta AMV remeteu via oficiosa para várias entidades (Câmara Municipal de Viseu, Junta de Freguesia de Santa Maria e São José, Teatro Viriato, Escola Profissional de Torredeita, Federação Regional da Associações de Pais de Viseu, Centro Social Cultural Desportivo, Defesa do Ambiente e Património de Orgens, Grupo Desportivo e Recreativo de Gumirães, Académico de Viseu Futebol Clube (Secção de natação), a eventual visita dos Agrupamentos Escolares que participaram na Assembleia Municipal Jovem dois mil e nove. -----
  - A AMV remeteu via oficiosa ao Partido Social-Democrata a informação da renúncia de mandato da Senhora Deputada Cláudia Bento e a sua substituição pelo Deputado Municipal José Pedro Ferreira da Cunha. -----
  - A AMV remeteu via oficiosa ao Senhor Deputado José Pedro Ferreira da Cunha a informação da renúncia de mandato da Senhora Deputada Cláudia Bento, informando que será ele a substituí-la. -----
  - A AMV remeteu via oficiosa a diversas entidades, (Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia, Polícia de Segurança Pública de Viseu, Guarda Nacional Republicana, Ordem dos Advogados, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Centro Distrital de Solidariedade e segurança Social de Viseu, APAV e Comunicação Social) convite para estarem presentes na “Conferência sobre a Violência Doméstica”. -----
  - A AMV remeteu via oficiosa ao Partido Social-Democrata informação da suspensão de mandato por um período de um mês do Senhor Deputado Municipal Manuel Henrique Redondo Maximino de Almeida informando que será substituído pelo Senhor Deputado José Mário Aguiar. -----
  - A AMV remeteu via oficiosa ao Senhor Deputado José Mário Aguiar a informação da suspensão de mandato por um período de um mês do Senhor Deputado Manuel Henrique Maximino de Almeida, informando-o que será ele a substituí-lo. -----
  - Esta AMV remeteu via oficioso convite o Senhor Victor Baía para participar na Sessão da Assembleia Municipal Jovem dois mil e nove. -- Esta AMV remeteu via oficiosa o agradecimento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal ao Senhor Presidente da Câmara, o honroso convite para integrar a Comissão de Honra das Comemorações dos novecentos anos do Nascimento de Dom Afonso Henriques. -----
  - Esta AMV remeteu via oficiosa a todos os Senhores Deputados Municipais Cópia do Parecer do Auditor Externo e Certificação Legal das Contas. -----
  - **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Lameira. -----
  - **UM – SENHOR DEPUTADO MANUEL DE ABREU LAMEIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA (PSD)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Subo neste momento ao palatório para me congratular com as obras de requalificação que estão a ser levadas a efeito na nossa cidade. O Rossio, ou a Praça da



República, está a ser recuperado, na medida em que se está a recuperar a iluminação, estão-se a dotar os passeios para que possam servir de apoio e de segurança ao invisuais, portanto, temos também a sinalização temporizada. Temos também em recuperação o Largo das Quintãs, a Rua das Quintãs, a Rua do Carvalho. Obras essenciais também na zona história, que muita gente diz que não está a sofrer as transformações, que continua na mesma como antigamente, Isso não é verdade! Temos neste momento em construção o funicular, que está quase em acabamento. Além disso, temos também a escadaria que está aqui ao nosso lado, na Rua Alves Martins, que vai ligar ao edifício da Pousada, que foi um edifício recuperado, que é uma obra extraordinária, que muito veio dignificar a nossa cidade em termos de turismo. Para que tudo isso aconteça, eu lamento muito certas críticas que ouvi, na medida em que os estaleiros, as obras, tudo isso vinha atrapalhar a circulação na cidade. Todos nós sabemos que aonde há obras há estaleiro e aonde há estaleiro há obras, não há uma coisa sem outra, portanto, estão ligados. Se queremos uma cidade moderna, desenvolvida, temos que suportar um dia ou dois esse inconveniente, para que mais tarde todos possamos usufruir dessa realidade para podermos circular e termos melhor qualidade de vida. Eu também gostava que houvesse mais estaleiros da Universidade Pública, da IP Três, da Estrada Duzentos e Vinte e nove, porque só assim a cidade se desenvolvia e todos iríamos beneficiar de uma melhor qualidade de vida. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Madeira Antunes. -----

- **DOIS** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BENTO MADEIRA ANTUNES (PS)** – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Fico muito agradado de ver tanta juventude e de tanto público a assistir a esta Assembleia, desde já queria cumprimentá-los de um modo especial e excelentíssimos Senhores Jornalistas, aproveitando o magnífico evento que aqui ocorreu no sábado, no dia Vinte e Cinco de Abril, gostaria de pegar em dois discursos que eu considerei bastante quase diria brilhantes. Evidentemente que o discurso, a intervenção do Professor Daniel Bessa, já estamos habituados, mas desculpem-me o termo e já que aqui estamos com tanta juventude eu vou também utilizar de vez em quando também alguns termos a esse nível. Ele acertou, desculpem o termo, na “mucho”, em relação à realidade nacional, para bem e para o mal, infelizmente se calhar para o mal, isto também na consequência como vocês sabem, na crise que atravessa todo o nosso Globo. Por outro lado, estranhamente e não está aqui o Doutor Francisco Mendes, gostaria também de pegar no discurso do Doutor Francisco Mendes, apesar da distância ideológica que nos separa, para enfim, pegar no nacional e global, vivemos nesta época que todos sabemos infelizmente e transpô-la para a realidade local. Não diria do global para o local, mas pelo menos do nacional para o local. De facto, tivemos aqui bons discursos, enfim, não tive oportunidade de assistir ao seu por deveres filiais ao discurso do Bloco de Esquerda. O Doutor Correia de Campos, do seu modo brilhante como fala, também fez um excelente discurso de circunstância. Já outros eu diria e olhando directamente, foram discursos um bocadinho oportunistas em que se enfatizou quase só a corrupção, enfim, “polítiques” de circunstância, ou de supostas circunstâncias, bom, mas enfim, estamos aqui em Viseu, falando de Viseu. Nós somos um País pobre, endividado, com gente rica, como muito bem disse o Professor Daniel Bessa, supostamente pessoas ricas, portanto, ricas entre aspas, se quisermos novos ricos ou consumidores, sobretudo depois da entrada na União Europeia e depois do mais que espartilho, que foi o Vinte e Cinco de Abril. Portanto, eu acho que se calhar, aí não concordo muito com o Doutor Daniel Bessa, não podemos nunca dizer isso com uma plateia como hoje temos aqui. Não somos um País impossível, temos que ser um País possível e de facto, nos últimos meses, nos últimos anos, eu acho que têm sido dados passos muito consequentes para que isso seja possível. Relativamente a Viseu e reciclando o discurso do Doutor Daniel Bessa e do Doutor Francisco Mendes, gostaria de falar então de





Viseu que realmente apesar de porventura não ser tão grave, tem também o problema de dívida. O Doutor Daniel Bessa falou relativamente à realidade nacional que cresceu em população, uma classe média com um modo de vida tendencialmente similar à realidade nacional, basta passear nas eufóricas grandes superfícies ao fim-de-semana. Fugindo das aldeias, também aqui alguém disse, e do centro histórico, criando uma nova classe média e bem, porque a qualidade de vida dessas pessoas aumentou, uma classe média que circundou a cidade vivendo em apartamentos na periferia. Essa mesma construção que alicerçou, foi uma força motriz do desenvolvimento equilibrado, aqui entre aspas, nem sequer ousou utilizar a palavra sustentável do Concelho, desenvolvimento, enfim crescimento do Concelho. Por outro lado, de facto Viseu é uma das cidades mais bonitas a nível nacional, ainda ontem dizia um amigo meu, se calhar Guimarães, Viseu, são das cidades mais bonitas a nível nacional, enfim, com aquilo que eu aqui já utilizei em algumas metáforas várias vezes, a relva, as tulipas, não queria falar agora das rotundas e também pensou a cidade que se aburguesava à boleia dos fundos comunitários, etc., derivando para aquilo que eu chamo do riquismo urbano, em que agora, neste momento e vocês viseenses sentem isso, parece que atingimos o auge com estas obras a seis meses das eleições, dum modo ainda mais intensivo que noutros períodos pré-eleitorais. Inclusiva, pelo que já havia, há zonas em que a camada de alcatrão é mais fina que a de desgaste, um centímetro, ou coisa no género. Ainda agora falou aqui o Senhor Presidente da Junta de Santa Maria dos candeeiros do Rossio, realmente aqueles candeeiros, são quanto a mim e isso gostos não se discutem, mas pelo que ouvi também, para muita gente, enfim, uns candeeiros de mau gosto e de um custo porventura excessivo, assim como outras obras de embelezamento que estão a ser feitas. Noutro dia com um jornalista que me parece que está aqui presente, estivemos a falar sobre o estado da cidade e fui mostrar-lhe a montante da ETAR de São Salvador, naquele portãozinho que depois da estrada para Figueiró e depois na Póvoa da Medronhosa. Ele ficou completamente horrorizado! Eu volto aqui a utilizar, desculpe-me Senhor Presidente, mas eu tenho que lhe dizer novamente uma expressão que já utilizei aqui, Viseu limpou isto para debaixo do tapete, da relva se quiser. É calamitoso o estado da ETAR de São Salvador. Não se admite! Viseu, vocês conhecem com a relva, com as tulipas, sabe-se lá quanto custam para durar cinco semanas. Ó Senhor Doutor, quer vir comigo a jusante de São Salvador? É vergonhoso o estado do rio! Conheço muitos rios por deveres profissionais, não conheço nenhum no estado calamitoso... O Senhor Doutor, é verdade, ultimamente tem feito um trabalho de colecta de esgotos, mas a nível de tratamento de esgotos... Senhor Doutor isto é verdade! Excelentíssimo Senhor Vereador do Ambiente, isto é verdade! O tratamento de esgotos em Viseu é vergonhoso e é um problema de primeira geração, contrariamente às relvas e outras coisas que são bonitas, etc., e já são noutra fase do desenvolvimento urbano. Nós ainda temos problemas de primeira geração, horríveis. Ainda há situações de esgotos a céu aberto. Portanto, Viseu é bonito, mas se vocês quiserem façam uma excursão comigo a jusante da Póvoa da Medronhosa, a jusante da ETAR de São Salvador e quem diz essa ETAR, diz muitas outras das trinta e quatro ETAR's deste Concelho. Portanto, não resolvemos os problemas de primeira geração, não se pode dizer que Viseu é ambientalmente correcta. Quem diz ambientalmente correcta, não pode dizer que tem qualidade de vida. Toda a gente que cá vem gosta de Viseu, eu adoro viver em Viseu, os meus filhos têm uma óptima qualidade de vida em Viseu, mas esquecendo o lixo que vai para debaixo dos móveis, ou se quisermos dos tapetes. O Senhor Doutor já anunciou a obra que já devia ter sido realizada há mais de dez anos, da nova ETAR, é o dinheiro? Pois é o dinheiro Senhor Doutor, mas é que há políticas do ambiente que se vêm que é esta relva, etc., etc., e há outras que não se vêm, é que custa mais dinheiro. A ETAR é se calhar a obra que vai custar mais a Viseu, mas é a mais fundamental, é aquela que países como Angola, etc., etc., já estão a resolver, antes de ter cidades bonitas. É verdade! Vocês



gostam sempre... E olham e riem e tal, mas esta é uma verdade. Continuem a rir que eu continuo com o meu discurso. Ó Senhor Doutor, desculpe-me lá a expressão, mas deve-me sete minutos, desculpe lá a expressão”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa interrompe o discurso do Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Madeira Antunes, para esclarecer o seguinte: “Senhor Deputado, tem que concluir, porque já terminou o seu tempo, já passaram dez minutos. Com toda a bonomia e a boa vontade do Presidente da Assembleia Municipal, eu tenho que gerir os tempos, o Senhor Deputado quando usou da palavra sabia que tinha dez minutos, já os utilizou, conclua por favor”. -----

- **PEDRO AGOSTINHO DA SILVA MADEIRA ANTUNES** – Continua a sua intervenção dizendo o seguinte: “Então eu vou só concluir. Relativamente às actividades económicas, vocês agora vão atirar para o Governo Central, mas a verdade é que Viseu, acho que também o Senhor Deputado Francisco Mendes já utilizou essa palavra, não soube catalizar as actividades económicas. Não há uma empresa criada nos últimos cinquenta anos que tivesse mais de cinquenta postos de trabalho. Aonde é que está a agricultura? Aonde é que está o comércio e onde é que estará brevemente? Aonde é que estão os serviços que mandaram para fora de Viseu? Também vocês mandaram no vosso tempo. Por outro lado, a Internet agora vai ditar... Aonde está a cultura? Eu queria dizer mais, mas depois eu explico-lhe porque é que me deve sete minutos”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “A gestão do tempo tem que ser feita por mim. Eu não devo nada a ninguém, fique descansado Senhor Deputado. O Senhor Deputado tem um pedido de esclarecimento por parte do Senhor Deputado Mota Faria, que tem três minutos para o fazer”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- **TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD)** – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte: “Senhor Presidente, é um pedido de esclarecimento e é um protesto ao mesmo tempo. Depois de ouvirmos esta intervenção, no fundo uma divagação ambientalmente confusa, eu gostaria aqui só de intervir sobre uma situação. Senhor Deputado, não são circunstancialismos, não são coisas menores. Para o Senhor Deputado se o combate à corrupção é uma coisa menor neste País, eu percebo. Se a liberdade de expressão, de pensamento, de opinião, é uma coisa menor neste País, eu percebo. Agora se o desemprego, se as desigualdades sociais e económicas estão a aumentar, se o fosso entre os ricos e os pobres, são coisas menores para o Senhor Deputado, eu percebo. Se as mordomias e os gastos supérfluos dos gestores públicos, dos titulares de cargos políticos, são coisas menores para o Senhor Deputado, eu percebo”. ----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Foi a figura do protesto que o Senhor Deputado utilizou? Sim senhor. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado José Costa”. -----

- **QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOS SANTOS COSTA (PSD)** – Pede a palavra da intervir do seguinte modo: “Antes de mais, eu acho que é sempre bom depois da Páscoa, aproveitar às vezes, para pacificar as situações e eu desejo-vos uma boa semana, um bom mês de trabalho e um ano feliz. É sempre bom que nós consigamos estabelecer a cordialidade e as relações interpessoais que nos devem privilegiar no dia-a-dia. E é sempre bom iniciarmos a semana com sentido de humor, é algo que nos ajuda bastante, o sorriso promove a intelectualidade e é sempre óptimo que nós consigamos fazer isso. O que me traz hoje aqui a este palatário são dois motivos que aparentemente têm resultados um pouco antagónicos. Um deles, porque me sinto satisfeito enquanto português, enquanto viseense, que é a atribuição da Medalha de Ouro da Sociedade Académica das Artes, Ciências e Letras – França, atribuída ao Dr. Fernando Ruas. O Segundo, o montante atribuído ao Centro de Artes e Espectáculos de Viseu, com sede no Teatro Viriato. Relativamente ao primeiro, naturalmente que o senti com orgulho e com



emoção, satisfação, quando recebi a notícia e todos nós, de que o Doutor Fernando Ruas, irá receber, no próximo dia dez de Maio, em Paris, a medalha de ouro atribuída pela Sociedade Académica das Artes, Ciências e Letras. Abençoada a terra, felizmente, que vê os seus filhos serem galardoados por instituições de grande relevo internacional. Fundada em mil novecentos e quinze, esta academia francesa, quase centenária, que distingue e coroa personalidades de todas as nacionalidades pelos relevantes serviços prestados ao longo das suas carreiras dentro das suas actividades intelectuais, profissionais, culturais e sociais, o Doutor Fernando Ruas é “o primeiro português a ser galardoado com a medalha de ouro”. É sem dúvida algo de relevante. É que nós nem sempre nos apercebemos de tudo o que nos rodeia. A pessoa como ser tridimensional tem dificuldade por vezes, de se perceber como é. Precisa dos olhos dos outros. E a Sociedade Académica das Artes, Ciências e Letras, através do seu poder ocular, revelou-nos mais dimensão na pessoa do Doutor Fernando Ruas, tornando-o numa referência internacional. Ao Doutor Fernando Ruas os mais sinceros parabéns, felicitações. Mas se constatamos que existe o reconhecimento internacional de uma individualidade da nossa terra, o mesmo não já podemos dizer da decisão da Comissão de Apreciação sobre o montante a atribuir ao Centro de Artes e Espectáculos de Viseu, leia-se Teatro Viriato, após a candidatura ao apoio directo às artes – cruzamentos disciplinares. O Centro de Artes e Espectáculos de Viseu – Teatro Viriato, através da companhia residente Paulo Ribeiro, apoiada pela Câmara Municipal de Viseu e o Ministério da Cultura, tem oferecido ao público o acesso regular às artes do espectáculo, de reconhecido valor profissional, técnico e artístico, integrando Viseu nas rotas nacionais e internacionais de circulação de espectáculos diversificados. Recentemente o Centro de Artes e Espectáculos de Viseu, efectuou a sua candidatura ao apoio directo das artes – cruzamentos disciplinares tendo sido objecto da seguinte menção da Comissão de Apreciação “*o candidato apresenta um plano de actividades muito bem construído, assente num projecto estruturado de programação e formação*”... “*revela uma boa articulação com o contexto local, através do envolvimento de colectividades e criadores de comunidade*”... “*a estrutura, consolidada, desenvolve um trabalho de referência a nível nacional*”... “*é claro o investimento para o estabelecimento de redes e parcerias nacionais e internacionais*”... Com efeito, face à extrema valorização do projecto em termos qualitativos (cento e vinte e nove pontos em cento e cinquenta, classificado em segundo a nível nacional), era expectável naturalmente, um reforço quantitativo do montante a atribuir. Tal não se verificou, o que me parece, em minha opinião, paradoxal. Merecendo o destaque de um projecto que ocupa um lugar único no contexto de descentralização cultural em Portugal, sendo evocado como um exemplo de sucesso e modelo a seguir, a candidatura foi confrontada com um montante de financiamento cerca de dez por cento inferior aos dos últimos quatro anos. Havendo na área artística dos cruzamentos disciplinares previstos para a região centro um milhão e seiscentos mil euros, para um máximo de dez candidaturas, a totalidade não foi disponibilizada para esta região. Pelo contrário, foram reduzidos cento e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e um euros e redistribuídos entre as regiões norte com cinquenta e seis mil euros e de Lisboa e Vale do Tejo com sessenta e cinco mil, o que salvo melhor opinião, se não compagina com a descentralização da oferta cultural e a correcção de assimetrias regionais. Este desinvestimento por parte do Ministério da Cultura no Centro de Artes e Espectáculos de Viseu - Teatro Viriato, torna-se ainda mais incompreensível dado que a Câmara Municipal de Viseu afirmou a disposição de indexar a participação da Autarquia para o quadriénio, ao montante a ser atribuído pelo Ministério da Cultura/Direcção Geral de Artes, estabelecendo uma relação proporcional entre os dois financiamentos que foi estabelecida em mil novecentos e noventa e oito. Esta decisão atingirá uma redução no valor global face ao solicitado, de cento e cinquenta mil euros ao solicitado e setenta e cinco mil euros em relação ao financiamento anterior, com





efeitos nefastos na programação e conseqüente redução dos recursos humanos em algumas áreas funcionais. Como é possível que o mérito, que é aquilo que é reconhecido, do plano de actividades muito bem construído, assente num projecto estruturado de programação, cosmopolita e de carácter claramente pluridisciplinar não seja acompanhado de um reforço no montante a atribuir? Como é possível que se queira continuar a provocar a erosão nas instituições, de sucesso, que se encontram no interior do país e querem competir para corrigir as assimetrias regionais? Ao contrário da Sociedade Académica das Artes, Ciências e Letras, que nos deu mais dimensão à região, através do seu poder ocular, reconhecendo o Doutor Fernando Ruas, o Ministério da Cultura/Comissão de Artes, ao tomar esta decisão, apesar de mais próximo da nossa terra, apresenta, em minha opinião, um grave défice nos campos visuais, aparentemente com miopia idiopática. Face ao exposto, expresso um desejo, estabeleça-se um acordo entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Cultura, com entrada em vigor imediatamente, que permita corrigir a miopia existente e se restitua a visão até ao interior do País”. -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, para um pedido de esclarecimento. -----

- CINCO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Relativamente aos dois pontos que o Senhor Deputado José Costa aqui trouxe, quanto ao primeiro, obviamente que eu não me queria pronunciar, embora perceba mal a atribuição deste concreto prémio, se é que a Sociedade Académica de Artes, Ciências e Letras, tem um significado estrito. Se o prémio fosse atribuído pelo Comité das regiões, eu percebia, de facto, o Senhor Presidente da Câmara é simultaneamente Presidente da Associação Nacional de Municípios, esse mérito da condução da Associação Nacional de Municípios ninguém lho retira e eu percebia. Em relação a Artes, Ciências e Letras, perdoar-me-á, será ignorância da minha parte, não conheço nenhuma dessas actividades em que Vossa Excelência se tenha distinguido, mas é seguramente deficiência minha. Relativamente à atribuição do subsídio ao CAEV, ao Centro de Artes e Espectáculos de Viseu, eu nunca intervim sobre isso, até porque, intervim pessoalmente nessa matéria. Fui eu quem redigiu a reclamação do Teatro Viriato relativamente à atribuição do subsídio. De qualquer maneira gostava de dizer o seguinte, não é só da bancada do PSD que existe essa reclamação. Os Senhores Deputados do PSD, o Senhor Doutor Almeida Henriques e os outros Deputados apresentaram na Assembleia da República um requerimento de esclarecimento. Os Deputados do PS fizeram-no igualmente, isto é, o repúdio dessa situação é colectivo e nós estamos exactamente de acordo com isso, embora eu só encontre uma explicação para esta situação. O Teatro Viriato é demasiado sério e as pessoas sérias, por vezes, são penalizadas, isto é, se têm empolado o pedido provavelmente teria o subsídio a que tinha direito. Não o fez. As pessoas sérias muitas vezes são penalizadas, mas isso é... e o Presidente da Câmara está a rir e eu rio-me também. A culpa é efectivamente do Ministério e é também da grelha que foi mal elaborada. Estou completamente de acordo com isso. Gostava porém e por uma questão de justiça, de dizer que fiquei muito contente e muito feliz por a Câmara não ter acompanhado o mesmo critério. Senhores Membros do Executivo, parabéns por não terem acompanhado o disparate que o Ministério fez. Muito Obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Eu queria só aproveitar, porque tinha tido oportunidade de o fazer pessoalmente, mas não publicamente para cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara por este prémio. Dizer que como Presidente da Assembleia Municipal, como viseense, como cidadão português, sinto-me também igualmente honrado com a distinção que lhe é dada. Portanto, queria publicamente dar-lhe os parabéns e dizer que efectivamente, um prémio desta envergadura e sendo atribuído pela entidade que é, deve deixar todos os viseenses



orgulhosos do Senhor Presidente da Câmara e desta distinção que lhe é dada. Queria dar agora a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto”. -----

- **SEIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRACA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE)** – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Um cumprimento muito especial aos jovens que estão no público. Eu pedi a palavra porque penso que é um imperativo desta Assembleia a tomada de posição, só que se perspectiva a curto prazo e já foi anunciado e estou a referir-me ao encerramento do Serviço de Finanças Dois. Nós temos acompanhado de perto esta situação, contactámos com munícipes da zona, comerciantes, pessoas ligadas aos serviços. Tivemos a preocupação de ter uma informação rigorosa “in loco” mesmo e queríamos trazer aqui a questão que já tem sido veiculada através dos órgãos de comunicação social e de diversas tomadas de posição, nomeadamente por parte de partidos políticos e do Senhor Presidente da Câmara inclusive. Aachamos que não é demais trazer aqui a este fórum esta problemática. Viseu tem assistido nos últimos tempos à deslocalização de alguns serviços de áreas fulcrais da cidade, nomeadamente centro histórico, como foi o caso de serviços de grande utilidade pública como a EDP e a PT. Essa deslocalização de serviços em nada contribui, antes agrava irremediavelmente o processo de agonia e desertificação da zona histórica e a agonia também do pequeno comércio. A situação que se perspectiva na área do Serviço de Finanças Dois é idêntica, a nosso ver, isto é, o encerramento desses serviços irão prejudicar não só os munícipes, não só os utentes daquele serviço, mas também toda a vida e tirar vitalidade aquela área da cidade. Parece-me que uma decisão desse tipo vem ao arrepio à revelia de todas as considerações que têm vindo a ser feitas por vários sectores da sociedade viseense, no sentido de revitalizar zonas da cidade e defender os serviços e os munícipes. Depois desta introdução passaria a apresentar uma proposta de Moção: Um - Considerando que o concelho de Viseu tem cerca de cem mil habitantes distribuídos por trinta e quatro freguesias, das quais, dezasseis são servidas pelo Serviço de Finanças Dois; Dois – Que o encerramento desse Serviço, a concretizar-se, traduzir-se-á numa diminuição da qualidade de serviços, lesando, gravemente, os munícipes do concelho; Três – O anúncio desta reorganização não foi precedida de qualquer explicação prévia nem da auscultação do Governo Civil, Autarquia e dos próprios serviços implicados; Quatro – O desaparecimento do Serviço de Finanças Dois desvitalizará esta zona da cidade e acentuará as dificuldades com que se debate o pequeno comércio, agravadas pela grave crise económica e financeira que o país atravessa. Cinco - Considerando, ainda, o amplo movimento de protesto dos munícipes, que deu origem a um abaixo-assinado com cerca de mil e seiscentas assinaturas, era o computo das assinaturas neste fim-de-semana, não sei exactamente se neste momento já terão excedido este número e a oposição ao encerramento já manifestada pelo Presidente da Autarquia e por diversos partidos políticos com assento nesta Assembleia, a Assembleia Municipal manifesta a sua oposição ao encerramento do Serviço de Finanças Dois e exprime o seu apoio a todas as diligências que foram efectuadas pelas entidades competentes, nomeadamente Câmara Municipal e Governo Civil no sentido de que se considere esta decisão. Moção a ser encaminhada ao Governo Civil, Director Geral de Finanças e Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Obrigada”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito abrigada Senhora Deputada, peço então que me entregue o texto. Está à discussão. Tenho o Senhor Deputado José Ernesto que foi a primeira pessoa a pedir a palavra e os seguintes. Portanto, está em discussão a Moção”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado José Ernesto. -----

- **SETE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ (PSD)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “ Eu também subscrevo quase que na íntegra a



intervenção da Senhora Deputada Graça. Quero dizer-vos sinceramente, que parte das freguesias que fazem parte desta Direcção de Finanças que repudiamos totalmente esta situação. Achamos que as populações de que servem esta segunda Repartição de Finanças de Viseu, vão ser determinantemente afectadas com isto. E penso que o Senhor Presidente da Câmara e demais entidades estarão interessados por esta situação, uma vez que ainda ontem algumas pessoas da minha terra, Vila Chã de Sá, me abordaram para que falasse disto. Portanto, em nome deles e de outros, queria de facto repudiar esta descentralização porque em nada vai beneficiar, antes pelo contrário, estamos habituados que estas noções de serviços, geralmente pouco conhecidos das populações, só complicam. Aqui não se está a jogar no “simplex”, acho que estamos a jogar no “complex”. Era só”. -----

- MESA – Da a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- OITO – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DE ASCENSAO (PS) – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Queremos dizer que o Partido Socialista já se manifestou, nomeadamente através dos seus Deputados na Assembleia da República conta esta hipótese de encerramento dos Serviços de Finanças Viseu Dois. Não se trata ainda de uma decisão, trata-se simplesmente de uma proposta, de um quadro intermédio da Administração Fiscal, por conseguinte, vale o que vale. De qualquer forma, concordamos que o não encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois, designadamente por grande parte dos argumentos aqui trazidos pela representante do Bloco de Esquerda. Contudo teremos que rever concretamente a proposta de Moção, com vista à nossa tomada de posição, relativamente ao apoio, ou não. Somos de facto contra ao encerramento do segundo Serviço, não com o teor, na medida que se trata exclusivamente ainda e só de uma proposta e não de qualquer concretização. Somos de facto, contra o encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois, pelas razões expostas e pelas razões sobejamente conhecidas, de prejuízo para a população, nomeadamente para os Serviços, para as freguesias que são servidas por aquele Serviço de Finanças”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes Silva. -----

- NOVE – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Só para dizer que O CDS vai votar favoravelmente a esta proposta do Bloco de Esquerda, ainda que, eu queria só fazer esta ressalva, o encerramento do Serviço de Finanças, podia ser uma boa medida. Seria uma boa medida seguramente se fosse acompanhada, ou fosse um resultado de um processo legislativo de simplificação do sistema fiscal, que levasse à desnecessidade de tantos funcionários públicos a trabalhar na administração fiscal, que levasse à desnecessidade de uma relação tão intensa e tão burocrática entre os cidadãos e a administração fiscal. O problema é mais uma vez, como estes Governos nos têm habituado, complexifica as coisas, mas ao mesmo tempo, quer poupar dinheiro pura e simplesmente, cortando nos serviços públicos. Mais uma vez, acho que algumas das razões apontadas pelo Bloco de Esquerda, são razões que merecem o nosso apoio, no entanto, não temos opção de princípio contra o encerramento de alguns serviços públicos, mas só se esse encerramento for de facto o resultado dum melhoramento das relações, nomeadamente a desmaterialização e a desburocratização da relação dos cidadãos com a administração central. Como é isso que não acontece e mais, o que está a acontecer é precisamente o contrário, com uma actividade da administração central cada vez mais intensa e cada vez mais injusta, muitas vezes. O CDS entende que este encerramento vai completamente ao arrepio daquilo que são os interesses da cidade. Muito Obrigado.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- DEZ – SENHOR SEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIEA (PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “O PSD, o Grupo Parlamentar do PSD, apoia tudo aquilo que é bom para Viseu e portanto vem, conforme também já foi referido, subscrever na íntegra a Moção que foi aqui apresentada. Eu sou também do tempo das



Finanças Viseu Dois, apenas vou às Finanças quando é estritamente necessário, porque faço obviamente, uso de todas as outras possibilidades de comunicação que existem. Mas o que é um facto, é que quando vou aos Serviços de Finanças Viseu Dois, está sempre cheio, estou sempre à espera. Portanto, há claramente necessidade da sua existência, porque se não isso não aconteceria. Obviamente que, isto resulta de uma política de esvaziamento de serviços públicos, são as finanças, são os serviços em Viseu, é a educação, seriam outras áreas que estão claramente a ser esvaziadas em termos de serviços públicos existentes em Viseu. Isso contribui também para a desertificação do interior, portanto, vai contra tudo aquilo que nós defendemos e de tudo aquilo que nós perspectivamos para Viseu. Mais uma vez vimos aqui reforçar a ideia de que o PSD, obviamente, que vai apoiar esta Moção. Obrigada”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz o seguinte: “Sendo assim, não tenho mais nenhuma inscrição. Senhora Deputada autora da proposta, tem direito a fazer uma segunda intervenção para responder a alguma eventual questão que tenha sido colocada”. De imediato dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto.

- ONZE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “Obviamente que o que nos trouxe aqui a apresentar esta Moção, foi como viseenses e como portuguesa, defender a melhoria da qualidade de serviços a nível geral e em particular o nosso concelho, na nossa zona. Também eu sou utente desse serviço e também eu constato quando me desloco lá, que os serviços estão sempre cheios de público e são atendidos, aliás as pessoas são atendidas com eficiência, no geral, salvo algumas situações, com eficiência e com solicitude. Portanto, parece-me que é indiscutível, é consensual a falta que esses serviços farão não só naquela zona, como a todos os municípios, porque se se concentrarem numa só, como me parece que é essa ideia, no Serviços de Finanças Um, todos os utentes, todos os municípios forem encaminhados para lá, obviamente que isso se vai traduzir numa pioria de atendimentos, não só para quem é atendido nessa repartição, mas para todos os utentes, todos os municípios do Concelho que se verão envolvidos em filas de espera e numa situação muito, enfim, prejudicial. Em relação aquilo que aqui foi dito, se se trata de encerramento, se se trata de fusão, aquilo que nós averiguámos e indagámos junto dos próprios funcionários e junto das pessoas da zona, é que de facto não está claro se os próprios funcionários dessa repartição irão ter o seu lugar, o seu posto de trabalho, no serviço que vai ser resultado da dita fusão, ou do dito desfecho. Isto está tudo embrulhado na nublosa de falta de esclarecimento e de rigor, o que de facto nos preocupa. Nos preocupa e não é só a nós, preocupa muitos cidadãos que já subscreveram um abaixo-assinado. Preocupa os comerciantes, preocupa os funcionários e preocupa todos os municípios. Não é uma preocupação só, como aliás tem sido veiculado, pelos próprios Deputados Municipais e Nacionais de vários quadrantes políticos. Já manifestaram na imprensa as suas preocupações e apreensões, que não são sequer muito diferentes daquelas que estão plasmadas nesta Moção, donde o meu espanto face, digamos, a uma tentativa de memorizar toda agora esta preocupação. Nós não temos qualquer problema, se for necessário em termos de obter uma adesão consensual a esta Moção, alterar uma ou outra expressão, se é uma questão de expressões ou preciosismo de uma outra expressão. O que foi de facto anunciado na imprensa, que iria ser tomada esta decisão. Se veio de quadro intermédio, se veio da administração central, cabe-nos agora tomar posição para que isto não vá para a frente, mas se for esse o caso não temos qualquer prurido em alterar uma ou outra expressão, desde que não altere o conteúdo e o sentido desta Moção, que nos parece justo e corresponder aos anseios da população”.

- MESA - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Ora bem, há dois Deputados do Partido Socialista que querem falar sobre esta matéria, ou é só um? Dou a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão para a segunda intervenção



sobre esta matéria. Agradeço que concretize a proposta para efectivamente se pegar numa proposta concreta e a Senhora Deputada decidira”. -----

- **DOZE – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DE ASCENÇÃO (PS)** –

Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Está fora de questão qualquer dúvida relativamente à preocupação que também temos na hipótese de vir a ser encerrado o Serviço de Finanças Viseu Dois. É uma preocupação que temos igual, a todas as preocupações que foram aqui até agora vertidas, além daquelas que já tinham sido lidas e ouvidas através da comunicação social. Isso é ponto assente. Agora, o que de facto existe, o que de facto temos que esclarecer, é que por enquanto não se trata de nenhuma decisão de extinção, trata-se de uma possibilidade de através de uma proposta de alguém que não tem poder de resolver. Como tal, é nessa medida que ficam algumas reservas relativamente ao texto da Moção. Não temos nenhuma dúvida que isso afecta a qualidade dos serviços para com as populações de Viseu, nenhuma absolutamente. Somos absolutamente contra o encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois, absolutamente, contra o encerramento. Que não restem nenhuma dúvida. Só que o problema que se levanta é que não está tomada nenhuma decisão, não há nenhuma decisão sobre o encerramento. Há uma proposta por alguém que não tem poder decisório, no sentido de ser reformulado o serviço, que poderá trazer prejuízo, quer para a população, quer para os funcionários. Que fique bem esclarecido isto. Somos de facto, também contra o encerramento, disso que não restem quaisquer dúvidas”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito bem Senhores Deputados, eu não sei se há alguma... à Senhora Deputada já não lhe posso dar mais a palavra, porque já usou da palavra duas vezes. Se houver alguma correcção que queira fazer à proposta, entrega-me que eu leio, está bem? Entretanto há o Senhor Deputado Esteves Correia que se pretende pronunciar sobre esta matéria. Eu peço é que futuramente, nestas circunstâncias, se inscrevam logo todos os Senhores Deputados para eu no final dar a palavra ao autor da proposta, porque em termos regimentais, eu neste momento se algum dos Senhores Deputados trazer mais algum elementar ao debate, eu não posso voltar a dar a palavra à Senhora Deputada, porque já usou duas vezes a palavra. Portanto, peço que futuramente, sempre que se queiram pronunciar sobre uma Moção que é apresentada, se inscrevam logo todos, coloquem logo todos as questões para que a última pessoa a intervir sobre a matéria, seja o autor da proposta. Penso que é uma metodologia correcta. Senhor Deputado tem a palavra”. -----

- **TREZE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA**

**(PSD)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu não podia deixar de vir aqui, porque o Senhor Deputado Alberto Ascensão fez-me lembrar quando eu andava no fim do tempo do liceu, ali por volta dos dezasseis/dezassete anos, que era habitual haver alguns de nós que gostávamos muito de nos mostrar muito independentes da autoridade do papá. Fumávamos, fazíamos tudo, “trinta por uma linha”, gostávamos todos muito da independência e andávamos junto daqueles que eram mais velhos, tinham mais de dezoito anos, já tinham a sua autonomia, mas nem chave de casa trazíamos no bolso, mas fazíamos-nos de fortes. Até que um dia chegava e nós eram tão fortes e tão avançados como os outros e fazíamos exactamente o que os outros faziam e apoiávamos tudo e andávamos em tudo. Só que, chegava aquele fim-de-semana em que todos combinavam ir para a farra até às cinco/seis da manhã e aí começava-se a coçar a cabeça, como é que eu agora vou fazer. E só havia uma maneira de dizer, “é pá, eu alinho nisso, eu concordo com tudo isso, só que vocês compreendem, sou capaz de ter alguma dor de barriga”, nunca íamos dizer que eram os nossos pais que eram capazes de nos urgir as orelhas se nos apanhassem. Ó Senhor Deputado, desculpe lá, concorda ou não concorda? É que se concorda, concorda, se não concorda, não venha cá dizer que se calhar eram capazes... é capaz de haver ali alguma vírgula que depois lá em baixo através do “Magalhães” vêm puxar as orelhas. E





terá que ser através do “Magalhães”, porque já não nem pode ser ali, se calhar, pela repartição. Os Senhores estão à espera que a repartição feche para depois virem reclamar aqui? Então é antes ou depois? O Senhor está à espera do terramoto para fazer a construção anti-sísmica, ou quer fazer a construção anti-sísmica antes do terramoto? Ó Senhor Deputado Ascensão, desculpe lá, com a amizade que temos eu não consigo entender esse tipo de comportamento. Só o aceito, não porque seja propriamente o Senhor Deputado Ascensão, mas porque está condicionado por um poder oculto, algures colocado lá em baixo, numa nuvelosa por cima da cidade de Lisboa, cada vez mais ocultando e ensombrando este País e ai de quem, porque quem se meter com o PS come”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- **CATORZE - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CAEVALHO (PS)** – Pede a palavra para apresentar um protesto: “Eu tenho que subscrever uma vez mais aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado José Costa, de facto isto é uma manhã de humor, só assim é que eu percebo a intervenção do meu querido amigo Engenheiro Esteves Correia. Nós dissemos claramente que somos contra o encerramento. Agora não nos podem pedir para virmos aqui votar uma coisa que não existe. Pedem-nos para votar contra a decisão de encerramento, quando não há nenhuma decisão de encerramento. Não vamos brincar com palavras. Nós somos contra o encerramento. Nós votamos qualquer moção que se oponha ao encerramento. Agora não podemos votar contra uma coisa que não existe. Não existe decisão de encerramento, portanto, não vamos brincar com coisas sérias. Ninguém está aqui com medo de poderes ocultos. Nós somos contra o encerramento. Isso é perfeitamente claro. Tudo o resto é andar a brincar com as pessoas”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Em relação ao texto, os considerantes são exactamente os mesmo, a única alteração que a Senhora Deputada autora da Moção colocou foi, a Assembleia Municipal manifesta a sua oposição ao eventual, portanto, acrescentou eventual, encerramento do Serviço de Finanças Dois e exprime o seu apoio a todas as diligências que forem efectuadas pelas entidades competentes, nomeadamente a Câmara Municipal e Governo Civil, no sentido que se reconsidere esta decisão. E acrescentou, Moção a encaminhar para o Governo Civil de Viseu, Director-Geral de Finanças e Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Portanto, são as alterações. Eu vou pôr à votação. *Está aprovado por unanimidade.* De seguida dou a palavra ao Senhor Deputado José Pais Ferrão, Presidente da Junta de Repeses”. -----

- **QUINZE – JOSÉ PAIS FERRÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REPESES (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “No dia vinte e quatro de Março de dois mil e nove, assinámos dois protocolos de grande importância para a minha freguesia. O primeiro, entre a Câmara Municipal, Junta de Freguesia e o Clube de Futebol “os Repesenes”. O Segundo, entre a Câmara Municipal, Junta de Freguesia e Confraria de Santa Eulália. Finalmente “Os Repesenes” vão ter um campo de futebol de relva sintético, cujo custo orça os quatrocentos mil euros, oitenta mil contos aproximadamente, oferta da Câmara Municipal de Viseu e com a colaboração da Junta de Freguesia. O clube de Futebol “Os Repesenes”, é uma colectividade de palmarés invejável, um autêntico alfobre de atletas com muitas provas dadas devidamente reconhecidas. Como Presidente de Junta sinto dupla satisfação por ver nascer na minha freguesia um campo relvado para que os seus atletas se sintam felizes e possam ter condições para treinarem diariamente e realizarem os seus jogos. Senhor Presidente, em meu nome e de todos os Repesenses, dirigentes, atletas, treinadores, os nossos agradecimentos. Reportando-me à Confraria de Santa Eulália, refiro que mais este subsídio no valor de vinte e sete mil e quinhentos euros é atribuído por Vossa Excelência. Senhor Presidente da Câmara, é uma importância que tanto ajuda para o terreno que a instituição adquiriu recentemente. Obra de requalificação da Estrada Nacional Número



Dois em Repeses, dignificou a nossa cidade e a minha freguesia. É para mim a entrada mais bonita da cidade. Senhor Presidente, por tudo isto, os nossos agradecimentos. Já agora Senhor Presidente, se me permite tinha aqui uma nota que não tem nada a ver com esta intervenção, mas que é o seguinte, vou falar sobre a Loja do Cidadão. Quero referir-me e só à intervenção havida na última Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da Associação Comercial. Senhor Presidente, a Associação Comercial, disse e muito bem, que é preciso trazer a Loja do Cidadão para o centro da cidade. Como comerciante ficarei muito satisfeito se tal acontecer. Era só isso só isso Senhor Presidente. Muito obrigado”. ---

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves. -----

- **DEZASSEIS** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PSD)** –

Usa da palavra para intervir da seguinte forma: O município de Viseu consciente da complexidade dos fenómenos de pobreza e de exclusão social, tem vindo a implementar e a desenvolver uma política de acção social assente em vários programas e projectos direccionados para todos os grupos etários da nossa comunidade cuja a acção tem ajudado a promover a erradicação desses males. O crescimento e o desenvolvimento do concelho a que temos assistido ao longo deste anos tem trazido também, como é natural, algumas situações de maior dificuldade para algumas famílias. Contudo, desde sempre nos habituámos a ser um município responsável e consciente da sua acção social. A permanente acção do Executivo Camarário e a assumpção plena das suas competências nesta área, têm permitido realizar um vasto conjunto de acções que muito têm contribuído para a existência de maior justiça social em Viseu. A máxima tantas vezes ouvida de que me “Viseu dá gosto Viver”, não é apenas pelos evidentes sinais de desenvolvimento à vista e reconhecidos por todos, mesmo pelos mais insuspeitos. A verdade é que o gosto de viver em Viseu é muito mais do isso, é reconhecer que Viseu é uma cidade solidária, uma cidade inclusiva que procura dar resposta a todos, em especial àqueles que mais necessitam. O Executivo Municipal como principal dinamizador e promotor destas acções, coloca à disposição dos munícipes instrumentos de acção social que, de forma integrada apoiam os cidadãos que mais necessitam. Não se tratam de anúncios ou medidas desgarradas, populistas ou pontuais que é prática política de alguns, mas que normalmente resultam em desperdícios. Este Executivo, com base numa permanente e rigorosa análise da situação socioeconómica do concelho e através de um aprofundado trabalho de parceria com os diferentes agentes e instituições de acção social, tem conseguido colocar à disposição dos munícipes um conjunto de instrumentos promotores de uma intervenção social racional e eficiente, justa e preferencialmente geradora de estruturação da vida dos cidadãos necessitados. Este Executivo tem sido, muitas vezes, injustamente acusado de pouca acção social, de uma ausência de sensibilidade, de conhecimento ou de estratégia para estas questões. Quem assim o afirma não pode ser sério na análise ou na avaliação, ou então só o faz por manifesta ignorância dos factos. O que na verdade, também é preocupante porque os números estão acessíveis a todos no portal da Câmara Municipal e para quem desempenha funções públicas mais grave é essa falta de conhecimento. Os factos são, efectivamente, muito diferentes e demonstram bem a acção social que o Município promove e desenvolve. As solicitações são muitas, em especial no âmbito da política social de habitação. Neste sentido, há diversos programas a serem desenvolvidos pela HABISOLVIS como o PROHABIT ou o PROHABITA um que tem uma maior preocupação e responsabilidade sobre o património municipal e outro os programas de reparação de beneficiação de construção e saneamento de casa própria ou arrendada que é o PROHABIT, fazem parte de um processo global visa a melhoria da qualidade vida. Nós bem sabemos que existe bastante eficácia na gestão e na implementação destes programas e nesse sentido gostaria de saber mais alguns valores ou acções que estamos a desenvolver tanto no PROHABIT ou no PROHABITA. Ainda nesta vertente de betão e alcatrão que considero sociais, não posso também deixar de referir que a requalificação do



centro histórico, ou a requalificação de algumas ruas da cidade, como é o caso da Rua dos Bombeiros Voluntários e a que se vai iniciar, a Rua José Branquinho entre outras, também ajudam a aumentar a qualidade de vida nessas zonas da cidade. Para os que dizem que a cidade é um estaleiro, não sabem o quão gratas ficam as pessoas com estas melhorias, mesmo com todos os constrangimentos que qualquer obra provoca. A acção social do Município, como referi, vai muito mais além da habitação. Temos programas para os mais jovens como o apoio que é dado à CPCJ consubstanciado na cedência de instalações, apoio técnico e administrativo que todos conhecemos, ou como o programa de aconselhamento e informação ao jovens, através do Centro Municipal de Informação Jovem, onde se disponibiliza apoio na área do consumo, da psicologia, da alimentação e do empreendedorismo. Reconhecendo as debilidades dos grupos sociais de risco, há programas orientados para a inserção social que são articulados com outras instituições como é o caso do programa de apoio às vítimas de Violência doméstica, através do projecto “Com Vida”, integrado no PROGRIDE, executado pela Caritas Diocesana, em rede com mais trinta instituições, com um orçamento na ordem dos seiscentos mil euros. Na linha da inserção social é também de reconhecer todo o trabalho realizado pelo núcleo local de inserção, que executa um programa de inserção social em que se promovem acordos de inserção em cooperação com os mais diversos serviços, seja: A Segurança Social, o Município, a Educação, a Saúde, O Instituto de Emprego, IPSS, entre outras instituições. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros desta Assembleia, Viseu é efectivamente uma cidade inclusiva! Em Viseu os mais velhos e as pessoas com deficiência são tratados de um modo diferente pela positiva. Este tratamento é um sinal da maturidade das nossa gentes, por que é certamente um dos indicadores que melhor aferem o desenvolvimento de uma comunidade, ou seja, o modo como tratam aqueles que estão mais desprotegidos e marginalizados. Neste capítulo é justo fazer uma vez mais, o reconhecimento por tudo quanto a Câmara Municipal tem feito por estes munícipes. Criaram-se programas de apoio ao deficiente e de apoio à população sénior. Os primeiros, a par do projecto agora nós, onde se desenvolvem e promovem actividades desportivas e culturais para jovens portadores de deficiência e se fazem campanhas de sensibilização para esta problemática, entre outras actividades, viram ainda criada a figura do provedor do cidadão portador de deficiência, como garante da defesa do seus direitos e da igualdade de oportunidade e de tratamento. Esta preocupação tem levado a que muitas das barreiras arquitectónicas sejam eliminadas e a que os espaços públicos estejam dotados de recursos que permitem melhor qualidade de vida e mais autonomia a estes cidadãos. A população sénior, à imagem dos mais novos, também já tem o seu cartão municipal que lhe permite algumas regalias. Contudo, projectos como o natal solidário, o projecto intergeracional de voluntariado no hospital, o projecto do Chá Dançante do Dias dos Reis, passeio anual, entre muitos outros, são apenas, exemplos duma manancial de actividades direccionadas para esta faixa etária. E de acordo com a informação também prestada pelo portal do Município, em breve também irão ter o seu Centro Municipal de Informação Sénior e viatura de apoio ao domicílio. E porque as questões sociais estão sempre relacionadas com as questões de saúde, é sempre bom recordar que existe uma unidade móvel de saúde adquirida pela Câmara Municipal que acompanha o trabalho desenvolvido pelos centros de saúde. Para concluir, não podia deixar passar ocasião sem referir que a preocupação com a inclusão e a justiça sociais do Município, fez com que se implementasse o programa Viseu Solidário que tem como objectivo procurar implementar acções e resolver situações excepcionais quer através de apoio económico, quer por via do acompanhamento social do Gabinete de Acção Social. Este programa, permite que os munícipes tenham um acesso a múltiplos apoios para excepcionalmente darem resposta a problemas de habitação, alimentação, saúde, entre outras carências. Este programa, tal como os anteriores, obedece a um regulamento rigoroso e justo, em que os candidatos, famílias ou pessoas



individualmente para poderem beneficiar das ajudas têm de ter a sua situação de carência devidamente comprovadas. Esta regulação e análise, em todos os programas, denotam a forma criteriosa como o município age na sua acção social. Esta actuação permite que, em ano de crise, se delineie um plano de acção para as áreas de intervenção social mais sensível, e facilmente se encontrem critérios para responder de imediato e de modo integrado às solicitações. Por isso, é justo que se reconheça que este Executivo faz uma intervenção na acção social meritória, que nos permite afirmar que Viseu é efectivamente uma cidade Inclusiva. Mas para uma boa resposta social é importante contar com o compromisso e a responsabilidade de todos. Uma boa resposta às necessidades da comunidade depende do grau de conhecimento que temos “do atendimento Social” existente, ou seja, para que cada instituição possa receber as situações encaminhadas e detectadas de carência social detectadas. Felizmente, no nosso concelho, muitas são as entidades que colaboram neste apoio social, e a todas reconhecemos o mérito do seu trabalho. Os tempos que vivemos e os que se avizinham vão ser tempos difíceis em que a pobreza vai afectar muitas famílias e em que o desemprego e os baixos rendimentos vão ser realidades bem presentes. É por isso importante que não se ande mascarar a crise com paliativos, que se desresponsabilizem os responsáveis, sacudindo as responsabilidades para os que se encontram no terreno. O Município, julgo tem cumprido a sua parte, a solidariedade e a caridade das instituições e das pessoas também tem respondido às situações de excepção, o problema é que não se vislumbram medidas que permitam pensar que a crise vai passar e que o investimento e o emprego vão crescer e melhorar. Obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas, não está? Dou então a palavra ao Senhor Deputado Luís Simões. Também não está? Então o Senhor Deputado Mendes Silva. Assim é muito mais rápido este PAOD”.

- DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Juro que não foi por minha influência que os outros dois oradores não estão presentes. Senhor Presidente, muito rapidamente para colocar duas questões, ou fazer dois pedidos de esclarecimento, essencialmente ao Senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com duas notícias que foram veiculadas pelos órgãos de comunicação social, recentemente. A primeira tem a ver com a taxa de recursos hídricos, segundo notícias veiculadas à Associação Nacional de Municípios da qual o Senhor Presidente é também Presidente, aconselhou os municípios a não pagarem e a reclamarem ou impugnarem judicialmente. A Associação Nacional de Municípios fê-lo com base num parecer do Professor Canotilho, se bem conheço a jurisprudência tributária neste aspecto e a doutrina constitucional tributária também sobre as taxas, até já desde o Professor Teixeira Ribeiro, imagino que o parecer tenha andado à volta de uma falta de equivalência ou sinalagmaticidade entre a taxa cobrada e um serviço prestado ou não, pelo ente público, seja uma equivalência jurídica, ou económica, ou seja, eventualmente, o Professor Canotilho ou não, considera que é prestação de serviço, ou considera que a o montante é desproporcionado. Estamos perante a figura da taxa, mas perante uma figura do imposto, tendo sido aprovado em Assembleia da República, portanto, inconstitucional. As perguntas que lhe faço quanto a isto são o seguinte, dado o interesse público da questão gostaria que nos elucidasse um pouco mais sobre a informação constante do parecer, que não é público, porque segundo o que percebi das notícias, não é um parecer sobre a taxa, esta taxa em particular, se nos pudesse dizer sobre que taxa é que é. Depois, sobre a posição da Câmara Municipal de Viseu em concreto, relativamente a isto, se vai reclamar se vai impugnar. Perguntava-lhe também finalmente, se já fez, ou se pensa fazer o teste dessa constitucionalidade tal como ela está, ou dessa inconstitucionalidade tal como ela está esclarecida, no parecer do



Professor Canotilho, sobre todas as taxas em vigor no Concelho de Viseu. A segunda questão tem a ver a proposta de actualização dos coeficientes de localização da CNAPU, que o Governo rejeitou, porque faria com que ficasse em relevância prática uma das medidas de combate à crise, que aliás, obtive consenso entre todos os partidos, que era a redução das taxas máximas do IMI. Portanto, se fossem aplicados os coeficientes de localização, a tributação efectiva acabaria por subir, ao contrário do que era a intenção política. Gostaria só quanto a isto, que o Senhor Presidente nos explicasse mais sobre o assunto, que a imprensa é sempre um bocado ambígua, aliás, inclusivamente sobre a posição do Senhor Presidente, porque me parece que foi contra essa rejeição por parte do Governo, mas ao mesmo tempo diz que é por razões de justiça fiscal. Não queria de deixar aqui a minha estranheza relativamente a essa noção de justiça fiscal, porque segundo me parece, a sua posição é uma posição que defende o aumento generalizado da tributação efectiva em sede do IMI. Parece-me também Senhor Presidente, que ao contrário do que às vezes parece ser a posição do Senhor Presidente, que as autarquias têm também que participar no esforço de combate à crise, nomeadamente pelo aumento das disponibilidades económicas das pessoas e das famílias. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- DEZOITO – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO

RUAS (PSD) – Usa da palavra para intervir seguinte do seguinte modo: “Infelizmente eu queria desculpar-me por não ter podido estar, mas no meu carro acabou por me pregar uma partida e eu cheguei mais tarde. Infelizmente assim aconteceu. Nos últimos anos temos assistido ao aprofundar de assimetrias entre o litoral e o interior do país. Tudo isto acontece, apesar de esta preocupação estar, pelo menos de forma aparente, plasmada nos discursos dos vários responsáveis políticos da governação. Mas, na verdade, as políticas postas em prática pela Administração Central no interior do país, não traduzem estas boas intenções tantas vezes enunciadas no discurso. É a realidade dos factos que os desmente de forma cabal, através do êxodo das populações, dos investimentos públicos e dos serviços públicos, tudo isto num fluxo contínuo para o eixo do litoral. Na verdade, o Estado Português cada vez menos reflecte a vontade de dar o mau exemplo através do encerramento de serviços públicos. Alicerçando as suas políticas numa visão claramente economicista como se tratasse de uma qualquer empresa privada. Noutros casos, estamos perante uma visão eleitoralista que governa para os números, pois a maior parte da população (entenda-se eleitores) está no litoral. Assim, na última década, e com particular destaque para a governação socialista, Viseu tem assistido a uma fuga de serviços do Estado para outros espaços territoriais ou mesmo à extinção dos mesmos. Tem sido assim, nas áreas da Educação, da Agricultura, da Saúde e, por aí adiante. Escamoteando desta forma, a Administração Central as suas responsabilidades a que está adstrita pela nossa Constituição de assegurar às populações a proximidade dos serviços públicos e de aprofundar a desconcentração administrativa. Por isto tudo, aumentou a nossa preocupação quando fomos confrontados pelos meios da cominação locais, com a possibilidade de os Serviços de Finanças de Viseu virem a sofrer uma reestruturação através da extinção da Segunda Repartição de Finanças de Viseu. Não compreendemos como é que se pretende encerrar um serviço que tem óptimas condições quando comparada com as restantes, muito menos se tivermos em consideração o facto de o Concelho ter registado um forte crescimento demográfico. Não só se trata do Serviço mais moderno do Concelho, como ainda se trata do único que permite o acesso dos cidadãos de mobilidade reduzida. Estranhámos ainda mais, que este suposto fecho seja feito sem a auscultação da Autarquia viseense, das populações, funcionários das Finanças e, pelo que parece, até do próprio Governo Civil. Esta é. Infelizmente, mais uma medida economicista do Governo Socialista, que de uma forma unilateral e arrogante toma decisões que negligenciam as consequências concretas da extinção deste Serviço, para o comércio que





orbita em torno do mesmo e para os utentes do mesmo, pois esta medida contribuirá indubitavelmente para a desvitalização desta zona da cidade”. -----

- MESA - Neste momento o Senhor Presidente da Mesa, interrompe a intervenção do Senhor Deputado Pedro Ruas para esclarecer o seguinte: “Ó Senhor Deputado, deixe-me só interrompê-lo, é que de facto o seu carro pregou-lhe uma partida e a Assembleia também lhe pregou outra, porque este assunto já foi debatido e foi aprovada uma Moção sobre esta matéria” -----

- SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Continua a sua intervenção dizendo o seguinte: “Portanto, resta-me retirar tudo o que disse”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, interrompe novamente para dizer o seguinte: “Pode manter tudo o que disse. Para efeitos de registo de acta, o Senhor Deputado...”. -----

- SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Termina a sua intervenção da seguinte forma: “Senhor Presidente, de facto não tenho mais nada a dizer. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do Seu lugar, profere as seguintes palavras: “Está esgotado o Período Antes da Ordem do Dia e vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a algumas questões que lhe foram colocadas neste período”. -----

- DEZANOVE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas da seguinte forma: “Não sei se vale a pena repetir os cumprimentos, estava de facto a cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, a Mesa, os Senhores Deputados e também os cidadãos que hoje estão aqui presentes nas galerias. Naturalmente que as perguntas hoje não foram muitas directamente à Câmara, foram perguntas em relação ao dia-a-dia dos cidadãos, com muitos problemas que são de decisão externa em relação à Câmara. Naturalmente vai permitir não perder muito tempo com elas, mas queria apenas fazer um comentário. Gostaria de começar primeiro pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Santa Maria, para lhe dizer que nós continuaremos com as requalificações e é um gosto sempre que saímos, como ontem o fizemos e como no domingo anterior o fizemos na sua freguesia, ver a adesão das populações aos equipamentos que vamos construindo. Portanto, esse é que é o nosso trabalho, é para isso que os viseenses me querem na Câmara e é isso que continuaremos a fazer. Indiferentes, mesmo aqueles que acham que a cidade está um estaleiro, um estaleiro? Isto passa quando as obras estiverem acabadas, como já se está a passar. O problema é que nós gostaríamos de ver a cidade transformada num estaleiro da Administração Central também e ficávamos a bater palmas, mas isso não acontece. Não há aqui nenhum estaleiro da Administração Central numa única obra onde nos incomodasse. Portanto, vamos continuar nós a fazer o trabalho que nos compete para continuar com este Concelho nesta progressão, que a todos, mesmo aqueles que estão contra, vão dizendo que aqui se vive bem, mas de facto, passam a vida atrapalhar nunca a colaborar. Isto passa-me ao segundo interveniente, que deu aqui razões, andamos a varrer o lixo para debaixo do tapete, para debaixo da relva, quer dizer, o Senhor Deputado Madeira Antunes quer gracejar de vez em quando com a situação e de facto aconselho-o, se por acaso for essa a opção, é melhor mudar de vida, porque acaba por não ter graça nenhuma. O Senhor vive num Concelho que tem feito o seu progresso. Há-de questionar-se o que é que tem feito, mais, de perguntar o que é que o Concelho tem feito por si, deve questionar-se o que é que o meu amigo tem feito pelo Concelho. É esta pergunta que eu lhe deixo, porque veio aqui dizer uma séria de coisas, a jusante da ETAR de São Salvador. Claro! Nós temos ainda problemas no Concelho. Temos muitos menos do que aqueles que os Senhores criaram ao País, isso lhe garanto eu. Fizessem os Senhores a progressão e o



trabalho no País que nós temos feito no Concelho e não tínhamos este País cada vez que entra um outro país na União Europeia, nos ultrapassa com uma facilidade espantosa. Portanto, nós sabemos o que estamos a fazer Senhor Deputado. Quis dar também uma graça, já não falo nas rotundas, tem alguma coisa contra? Olhe, ontem o seu Governo anunciou que ia requalificar a Estrada cento e vinte e cinco e disse que ia lá plantar setenta e duas rotundas. Eu espero que me paguem o direito de autor. Então o Senhor não sabe que construíram uma estrada a duplicação da Estrada número dois, entre a saída de Repeses e o auto de Vila Chã e só aí puseram seis rotundas, ainda por cima com aquele estado, nem rotundas sabem fazer. Não venha com essa insinuação sobre as rotundas. Já agora queria dizer-lhe, que deve saber com toda a certeza, que nós acabámos de adquirir um terreno para fazer a ETAR Viseu-Sul, para desactivar a ETAR de São Salvador, a ETAR de Teivas e uma série de ETAR's. O Senhor ficou muito admirado e quase entendeu, mas então gastam o dinheiro noutro lado e não têm dinheiro para a ETAR quando eu lhe fiz sinal, Isso é mesmo não perceber como é que funcionam os fundos comunitários. Os dinheiros para as ETAR's não são os mesmos para a regeneração urbana e não se podem trocar, aqui não há trocas. Ou se fazem num lado ou se fazem no outro. O Senhor Conhece o PEASAR, o Programa das Águas Residuais? Nem sequer temos resposta, só agora é que era possível fazer um equipamento desta natureza e desta dimensão. Já agora uma outra coisa e essa eu não lhe perdoo, não continue a dizer, porque eles não merecem, e é por isso que o Senhor depois tem a resposta que tem, que as aldeias que estão na mesma. Só quem não as conhece. O Senhor até foi para a Póvoa da Medronhosa e ficou-se por aí, mas tem que ir dar uma volta por todo o Concelho. Ontem passei a tarde a inaugurar equipamentos numa freguesia e eu sei como é que elas estão e sei o trabalho que tem sido feito pelos Senhores Presidente de Junta a modernizarem as suas suas freguesia, portanto, vale a pena falar-se daquilo que se sabe. Eu queria dizer ao Senhor Deputado José Costa e agradeço-lhe, sei que é muita amizade, é nessas coisas que eu lhe retribuo. Eu de facto, fiquei sensibilizado com a atribuição da Medalha, mas não é nada que me tire o sono. Se eu colecionasse medalhas e sobretudo se as divulgasse ao ritmo que eu vejo divulgar algumas na comunicação social, eu tinha muito mais para divulgar. Olhe eu fui condecorado na última semana no Comité das Regiões, ao contrário do que disse o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, que estava muito preocupado. O Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho também quis gozar, quis brincar com a situação e disse, mas o Senhor é conhecido nas letras nas artes, foi isso que ele quis dizer. Esqueceu-se que esta sociedade não atribui galardões apenas a essas pessoas. Aliás, o Senhor leu isso, diz lá que, nas actividades profissionais que cada um desenvolve. E é só por isso que há galardoados nessa sociedade, que naturalmente não desenvolveram nenhuma acção nas letras, não é? Até por aí, eu podia também anunciar um outro galardão, aliás, presenciado por um ex-deputado da bancada do Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, que já não está nesta Assembleia e que lhe poderia ter transmitido, o Senhor Professor Jorge Adolfo, que assistiu comigo à atribuição, pela Universidade Marin Florin, num galardão também ao Senhor Presidente da Câmara de Viseu. Se calhar o Senhor também não gostava, paciência. Também ia perguntar ao Reitor da Universidade, mas porque é que... Olhe Senhor Deputado, tem que ter paciência. Eu sei que os Senhores não gostam. Aliás os Senhores têm dois pesos e duas medidas, querem por exemplo, acham muito importante ganhar as a maior parte das câmaras para deterem a Associação de Municípios, mas quando este vosso concidadão é Presidente da Associação de Municípios, os Senhores o que dizem é, agora passa mais tempo na Associação do que na... Não é possível! Ou então querem a Associação de Municípios para ninguém gerir, é isso? Os Senhores querem a Associação de Municípios e depois querem que ninguém a presida, que ninguém a administre? Não, não é por aí que lá vamos e portanto... Queria dizer-lhe que estranhou, pois até pode perguntar à Sociedade porque é que se lembrou de fazer isso. Também não



me espanto muito que não saiba estas coisas, mas também não é nada que me preocupe. Sobre o financiamento do Teatro Viriato, aí as coisas têm que ser tratadas de uma outra forma. Eu por acaso fiquei admirado, deixe-me dizer-lhe, alguém que nós nos habituámos a respeitar e que ainda por cima tem larga experiência no campo jurídico, levantar a hipótese porque o Teatro Viriato foi penalizado por ser demasiado sério, aonde é que nós estamos. Quer dizer, as pessoas demasiado sérias são penalizadas e as instituições também. O conceito que os Senhores têm. Quem não for sério bem pode passar. É isso eu não sei se estava a pensar nalgumas coisas, espero que não. Não empolou o orçamento, por amor de Deus, os Senhores têm esta obrigação acrescida de dizer ao vosso Ministro, olhe que se trata de uma instituição séria de referência, tratem-na com justiça. O Engenheiro Esteves Correia já foi dizer ali aquilo e eu acrescentava-lhe uma outra, os Senhores têm tradição, os Senhores associam-se a tudo a protestar, mas dá impressão que não fazem parte da casa. Os outros podem protestar, mas os Senhores além de protestar têm que resolver, por isso é que são governo, se não caem na tentação, como aconteceu a um ex-Ministro do Partido Socialista que encabeçou uma manifestação contra ele mesmo, mas isso nós já sabíamos destas contradições. Os Senhores não podem só discordar do encerramento da Repartição de Finanças, têm que aconselhar o Ministro das Finanças a não a encerrar. Se por acaso a decisão foi de uma pessoa que não tinha poderes, têm que vir a terreiro dizer isso. Agora não podem é estar sempre como que não seja um partido do poder e está sempre a dizer, nós também já protestámos. Não, protestar é uma coisa, fazer é outra e portanto é isso que têm que fazer. Queria também agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia os parabéns que me endereçou, eu registo-os com muito agrado e sei que também tem muito a ver com a amizade que temos ao longo dos tempos. Mas gostaria ainda de deixar uma palavra sobre o Teatro Viriato, se nós tivéssemos seguido aquilo que o Governo fez ao Teatro Viriato para manter um protocolo que está estabelecido, devíamos também reduzir a nossa participação em dez por cento. O Governo assinou connosco que faríamos quarenta por cento e o Governo sessenta por cento do financiamento. Temos cumprido rigorosamente a nossa parte e agora o Governo sem sequer perguntar à outra parte, reduziu em dez por cento a sua participação. Bem, toda a gente já protestou. Nós passámos isso em deliberação e dissemos exactamente que aquilo que o Governo deveria fazer era, reforçar o investimento do Teatro Viriato e que nós acompanháramos com todo o gosto, aquilo que foi dito. A Senhora Deputada Graça Pinto, eu queria também associar-me à aprovação da proposta, mas queria dizer alguma coisa para que não restassem dúvidas, ela vem na sequência de uma proposta que já foi aprovada na Câmara, proposta minha, deliberada nesse sentido, mas é para que saiba que é para não dizer que o Senhor Presidente da Câmara inclusive tomou conhecimento. Não, o Senhor Presidente da Câmara, inclusive, foi o primeiro a protestar. O Senhor Presidente inclusive, foi quem reuniu com os responsáveis das Finanças a protestar e levei isso a deliberação da Câmara que a aprovou. Portanto, quando me quer dar conhecimento, eu registo-o, mas é para dizer que nós fizemos a nossa parte, não se fique por aí que eu que agora vou actuar a jusante da Deputado do Bloco de Esquerda. Eu já fiz a minha parte. Naturalmente que juntarei outra vez a deliberação que fez aprovar na Assembleia para enviar a quem de direito. Como disse, não vou perder muito tempo com isto, que os partidos se associaram e acho que é uma boa tomada de posição sobre a Repartição de Finanças. Acrescentava-lhe ainda uma outra coisa também que me foi dito, é nas repartições que nos dizem a que funciona melhor e que tem mais movimento e ainda por cima aí não ouve o cuidado de ver se aquela parte da cidade, uma parte também de alargamento, se o comércio que tantos dizem defender, se sofria ou não, com o encerramento daquele serviço. O Senhor Ferrão trouxe aqui três assuntos, o campo relvado de “Os Repesenses” e a Confraria de Santa Eulália, nós comungamos em absoluto e por isso, vamos fazer quer o campo relvado de “Os Repesenses”, quer continuar a apoiar



a Confraria, aliás como temos feito. Este não foi o primeiro nem o último subsídio que lhe vamos atribuir. Mas falou numa outra coisa, que eu quero esclarecer, sobre a Loja do Cidadão e da possibilidade dela ir para o centro histórico. Bem, nós não tivemos mais nenhuma reunião, mais nenhuma Assembleia Municipal depois disso, mas eu gostaria de o informar e de informar a Assembleia que estive com o Senhor Presidente da Associação Comercial no Gabinete do Senhor Ministro-Adjunto que tem esta responsabilidade e aquilo que o Senhor Ministro nos disse, foi que não se importava que a Loja do Cidadão mudasse desde que o Governo não gastasse dinheiro, o que me levou a dizer-lhe que será a mesma coisa que dizer que não havia mudança. Não estava à espera que fosse a Câmara a financiar, porque se a Câmara financiasse a Loja do Cidadão, que não é da nossa responsabilidade, havia pelo menos uma coisa que fazia, também indicava os dirigentes para a Loja do Cidadão e aqueles quadros todos, não ia pegar exactamente num serviço que a Administração Central, e bem, criou. Se a Administração Central quer transferir a Loja do Cidadão, deve fazê-lo a expensas próprias. Nem se quer se venha dizer que é problemas de financiamento, ao que sabemos dinheiro é coisa que não falta neste País. Há falta de investimento, agora dinheiro não, não falta e não falta para transferir uma Loja do Cidadão, seguramente. De qualquer maneira, gostaria de dizer que já fiz a minha parte. O Senhor Ministro pediu-me uma proposta que eu já a enviei para o Ministério. Queria acrescentar uma outra coisa, essa proposta tem um prazo, dizer ao Senhor Ministro que se despache em relação aos edifícios que nós lhe pusemos à disposição, porque se não se despachar com tempo, quando o Senhor Ministro der conta já lá tem outro serviço instalado. E continuaremos a responsabilizar o Ministério pela falta da Loja do Cidadão no centro histórico. Já agora uma outra coisa que eu gostaria, porque muito gente omite, não sei se deliberadamente, eu gostaria de dizer que quem deu um grande contributo. Parece que se ficou, parece que o Secretário de Estado do Comércio, não era deste Governo, devia ser, sei lá, República de Cabo Verde ou uma outra República, porque veio aqui dizer que a Loja do Cidadão ficava bem no centro histórico, isso foi para os aplausos. Agora parece que ninguém do Governo acha que um Membro do Governo se responsabilizou. Portanto, o Senhor Secretário de Estado do Comércio e bem, veio aqui dizer que a Loja do Cidadão que ficava bem no centro histórico, ou o Governo todo o desautoriza, ou então só tem que transferir a Loja do Cidadão. A Câmara fez o trabalho possível indicando inclusivamente o local. O Governo pode escolher outros, mas nós indicámos o local para localizar a Loja do Cidadão. Se não localizarem a Loja do Cidadão no espaço que destinámos é porque há falta de vontade e portanto, serão responsabilizados por isso. Sobra aquilo que me trouxe o Senhor Deputado Pedro Alves, eu queria dizer-lhe que agradeço mesmo muito a intervenção, porque ela e não vou perder muito tempo, faz parte da intervenção que eu escolho hoje. A intervenção do Presidente da Câmara é exactamente sobre os aspectos do desenvolvimento social, mas eu gostaria de lhe agradecer, porque não está aqui na minha intervenção e dá-me oportunidade pelo menos de a complementar, que tem a ver com algumas coisas que aqui trouxe. Nós somos uma sociedade inclusiva de facto, quando arranjámos um Provedor do Cidadão Deficiente e já agora deixem-me dizer-lhes que uma das coisas que mais me custa quando as pessoas querem atingir a Câmara, põe exemplo, contra as obras do Rossio, perguntam-me para que é aquela guia. Essa é a falta de respeito e de consideração contra os cidadãos portadores de deficiência. Aquela guia faz parte dum contrato que fizemos com mais vinte parceiros sobre acessibilidades e tem a ver com a facilitação do acesso ao cidadão portador de deficiência visual. Portanto, quem não percebe isto de facto nem quer uma sociedade inclusiva. Se por acaso aquele piso lhe dá algum transtorno têm que se aguentar com ele, porque é exactamente para que outros cidadãos que estão privados de algumas capacidades possam utilizar livremente o acesso à Câmara. Gostaria também de lhe agradecer por ter falado na Unidade Móvel de Saúde, às vezes as pessoas esquecem-se,



muitas vezes nós ouvimos e vemos na televisão como alguns actos pioneiros, o facto de haver uma Unidade Móvel de Saúde, quando nos ia fugindo a boca para a Unidade de Saúde Familiar, mas isso ainda vai demorar algum tempo, também não por nossa culpa, mas por culpa de terceiros. Mas a Unidade Móvel de Saúde, exactamente dada como pioneira nalguns lugares e nós regozijámo-nos com isso, em Viseu já existe há muitos anos, devidamente equipada, comprada pela Câmara Municipal e cuja condução, manutenção, é assegurada na íntegra pela Câmara Municipal. Já gora, queria dizer também, no programa de apoio à crise, nós fizemos um trabalho muito exaustivo, o programa também é público. Estamos a dar resposta aquilo que é... este documento é público tem uma série de itens e não vale a pena com certeza de explana-lo. Só para dizer que, isto para mim é que é o importante, nós estamos a dar resposta de combate à crise no âmbito social, sem as autarquias receberem as competências que deviam receber. Aliás, acho que é um desperdício já o disse penso que nesta Assembleia, que o Estado dispense trezentos e oito voluntários, que são o número de municípios e se calhar a quatro mil e tal freguesias, que os dispense deste combate à crise. Todo o combate que o poder local está a fazer em relação à crise, tem a ver com iniciativas próprias e apenas com uma constatação, uma constatação que nós percebemos de cor. Sabemos muito bem quais são as vantagens da subsidiariedade, as vantagens da proximidade. O cidadão se estiver aflito vai à porta da Câmara, se calhar vai à porta do Presidente e até se calhar diariamente. À porta do Ministro das Finanças não chega lá. O Senhor Ministro das Finanças não os atende, nem o cidadão sabe onde mora, nem chega ao Ministério das Finanças. Portanto, mesmo não tendo esta responsabilidade, porque o Governo não a quer passar, nós não deixamos de exercê-la, exactamente pelo respeito que os nossos cidadãos nos merecem. Eu gostava para terminar de dar um esclarecimento ao Senhor Deputado Mendes da Silva, perguntou em que é que nós nos baseamos num parecer do Professor Gomes Canotilho, se é em relação, digamos, à taxa de recursos hídricos, não é. Nós achamos que a taxa de recursos hídricos é uma violência e achamos que não há nenhuma razão para que haja taxa de recursos hídricos. Inclusivamente, achamos que esta taxa de recursos hídricos é para financiar um serviço que o Estado Central criou e agora como não têm dinheiro para pagar, talvez criando uma taxa se ponha este serviço a funcionar. O que nós dizemos é, mesmo sabendo que o parecer do Professor Gomes Canotilho é para a taxa de resíduos sólidos, nós achamos que é o mesmo motivo, que pode ser enquadrado para defender o novo agravamento desta taxa. Exactamente na base de que se trata de um imposto ambiental e como tal é inconstitucional. É o que diz o Professor Gomes Canotilho em relação à taxa de recolha de resíduos sólidos e portanto, nós achamos que se trata da mesma coisa. O que é que a Associação disse? Aliás nós fomos aconselhados pelo Senhor Ministro a dizer que não havia nenhuma razão para estarmos preocupados, os municípios, porque isto ia reflectir-se no consumidor. Foi exactamente aquilo que nós quisemos evitar e portanto, o que dissemos aos nossos associados foi isto, não paguem livremente esta taxa e só a paguem se o tribunal vos obrigar. É isso que nós aconselhamos toda a gente a fazer, disponibilizando inclusivamente apoio jurídico e portanto, nós não pagaremos esta tal taxa, como tal, não a faremos repercutir no consumidor e esperamos que o tribunal, o que não achamos provável, nos obrigue a pagar. Esta é a posição da Associação de Municípios e eu gostaria de dizer que só deu esta explicação porque a Associação mandou a todas as Câmaras a sua deliberação, num ofício que eu levei à Câmara e que é uma circular. Se não, também não dava essa explicação, não confundo os casacos e não estou com o casaco do Presidente da Associação de Municípios. Apenas a traga, porque já a temos da Associação de Municípios, porque o Presidente da Associação de Municípios mandou-a a todas as Câmaras, também mandou ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu o respectivo ofício, por isso o trago aqui e falo nessa situação. Sobre a CNAPU, o problema é mais complicado e o problema retira, muitas destas discussões que com alguma frequência





nós ouvimos aqui, inclusivamente retira aos demagogos da reforma do poder tributário, retira-lhes argumentos, porque como é sabido, esta reforma do valor tributário foi feita em dois mil e três e tinha como principal objectivo permitir implementar os coeficientes de localização, mas que fossem anualmente em situações gritantes ajustados, em situações mais profundas, de três em três anos, seriam revistos. A Câmara de Viseu em ofícios que nós podemos exhibir à saciedade, várias vezes pede ajustamentos aos coeficientes de localização e várias vezes o que nós percebemos nos foi remetido para pequenos ajustamentos, dizendo-nos que a revisão seria apenas possível no final de três anos. Foi isso que fizemos, andámos a fazer a revisão recorrendo a todos os meios que tínhamos disponíveis e em Agosto de dois mil e sete, exactamente ano em que terminava a revisão, apresentámos a nossa revisão, a nossa proposta à Comissão de avaliação dos prédios urbanos. O que é que aconteceu? Por razões que nós desconhecemos o Senhor Secretário de Estado só em dois mil e nove, num despacho à própria CNAPU, é que disse que, tomem lá isto outra vez para trás para reverem a vossa posição. Portanto, é responsável quem deixou passar estes três anos, quem tinha a obrigação de ao fim de três anos rever a situação, ao fim de cinco anos ainda não tem o problema resolvido. A proposta da Câmara de Viseu lá está à espera, aliás, os Senhores conhecem isto tão bem como eu, fizeram propostas, requerimentos ao Senhor Ministro das Finanças, eu não sei se já receberam as respostas, mas a resposta deve ser esta, é que já foi mandado outra vez para trás para rever a situação. Portanto, eu acho que a Câmara de Viseu não defendeu o aumento generalizado, ao contrário do que disse o Senhor Deputado Mendes da Silva. A Proposta da Câmara de Viseu, era de uma redução generalizada dos coeficientes de localização. Agora aqui se vê para quem queira discutir isto honestamente, como é que as Câmaras não têm nenhum poder na declaração do valor patrimonial. Quem tiver esta situação presente e que queira discutir isto honestamente, quem não quiser, pode sempre fazer teorias. O cálculo da forma do valor patrimonial tem uma série de variantes, uma série de variáveis, melhor dito, só uma é que pode ser proposta pela Câmara, que é esta dos coeficientes de localização, todas as outras são externas. Então nem aquela que nós podemos propor é aceite, como é que alguém honestamente pode acusar uma Câmara, seja ela qual for, de ter intervenção no valor patrimonial. Ninguém, a não ser como disse que não queiram usar, digamos, modos honestos para o fazer, porque se não, com toda a certeza que reconhece que a definição do valor patrimonial está exclusivamente nas mãos da Administração Central e nas mãos do Senhor Secretário de Estado, que como se viu agora, remeteu outra vez para as mãos da Comissão nova avaliação. Portanto, nós continuaremos a insistir para que a nossa proposta de revisão seja aceite e seja de facto constituída aos viseenses uma descida generalizada, exactamente de acordo com aquilo que é a proposta da Câmara”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Houve aqui um lapso nas inscrições no Período Antes da Ordem do Dia e há um Senhor Deputado que estava inscrito que eu não me apercebi, que é o Senhor Deputado Renato Pereira. Portanto, eu vou dar-lhe agora a palavra, pedindo desculpa por não ter visto aqui o seu nome”. -----

- VINTE – SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Os estabelecimentos de ensino superior desempenham um papel preponderante nas estratégias de desenvolvimento das regiões, cumprindo funções e tarefas diversificadas, com impactos significativos no plano económico-social. Através do seu papel de ensino, contribuem para a educação dos cidadãos e potenciam o desenvolvimento de recursos humanos capazes de dotar o sector produtivo de mão-de-obra qualificada, essencial à competitividade do nosso tecido empresarial. Por outro lado, o trabalho qualificado está intimamente relacionado com as condições laborais, factor que, como se sabe, é decisivo para melhoria das condições gerais



de vida dos cidadãos e para a minimização de fenómenos de pobreza e exclusão social. Pela disponibilização de suporte científico, promove a pesquisa e a inovação, gerando um ambiente propício para o alavancamento de um desenvolvimento de base tecnológica, mais imune à concorrência que compete exclusivamente com base nos baixos custos. Outro aspecto, não menos importante, é o papel dos Estabelecimentos de Ensino Superior como dinamizadores das economias locais onde as mesmas estão instaladas. Isto reflecte-se na criação directa de emprego, dinamização do mercado de arrendamento, desenvolvimento do sector terciário, entre outros. Pelo seu contributo para um modelo de desenvolvimento sustentável, o Ensino Superior, constitui, por isso, um factor crítico inegável para o aumento da competitividade da nossa região. Cintes disto, o PSD de Viseu e o Executivo Camarário, têm sido incasáveis na procura de soluções conducentes ao desenvolvimento de um sistema de Ensino Superior de excelência em Viseu, contrariando, muitas vezes de forma quase solitária, os entraves que têm sido impostos ao desenvolvimento das Instituições de Ensino locais, assim como à criação da tão ambicionada Universidade Pública de Viseu. De facto, não bastava o bloqueio que este Governo impôs ao desenvolvimento da cidade com a vergonhosa recusa da criação da Universidade Pública, somos agora confrontados com a alarmante notícia de mais um inconcebível condicionamento ao desenvolvimento de uma Instituição Pública de Ensino Superior em Viseu. Refiro-me à recente recusa na aprovação de cursos que a Escola Superior de Saúde de Viseu havia proposto à Direcção Geral do Ensino Superior. De forma muito resumida, permitam-me que teça algumas considerações sobre esta Instituição. Criada em dois mil e cinco com a Escola Superior de Saúde de Viseu, herdeira da antiga escola de Enfermagem – cuja constituição a mil novecentos setenta e um e que mais tarde foi convertida na Escola Superior de Enfermagem de Viseu - é, reconhecidamente, uma Entidade que tem pautado o seu percurso pela introdução e diversificação da sua oferta de ensino, adaptação dos conteúdos formativos às necessidades locais e nacionais e que tem formado profissionais de excelência na área da saúde. É uma Escola que tem profissionais competentes, e que privilegia a cooperação com outras Instituições de Ensino de reconhecido mérito científico, apresentando-se, assim, como uma referência na sua área de actuação. Para além disto, está perfeitamente imbuída do espírito de cooperação que deve presidir ao relacionamento com as demais entidade públicas e privadas do meio onde se insere, sendo disso exemplo a recente realização de vários cursos de Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros que desenvolveu conjuntamente com a Câmara Municipal de Viseu – o que configura, aliás, uma iniciativa pioneira a nível nacional. Saliente-se, ainda, o protocolo de cooperação estabelecido também com a Câmara Municipal, no âmbito da promoção da saúde da população sénior e escolar, designadamente ao nível da saúde oral, rastreios e despistes da obesidade infantil. Ora, não fosse apenas pelas valências técnicas e científicas, mas também pelo capital de confiança que esta Instituição de Ensino tem perante as demais entidades com que se relaciona, que a decisão da Direcção Geral do Ensino Superior é ainda mais desconcertante. De facto, a não aprovação das Licenciaturas de Informática na Saúde, Higiene Oral, Gerontologia, Análises Clínicas e Saúde Pública, o Curso de Especialização Tecnológica em Termalismo, o Mestrado em Educação para a Saúde e outros Mestrados em Ciências de Enfermagem em áreas cuja relevância é indiscutível é, no mínimo, estranha. Relembro que estes cursos são amplamente suportados numa base tecnológica que comportam todos os benefícios já explanados no início da minha intervenção, pelo, que tal medida, apenas pode ser entendida como uma nova forma de bloqueio ao desenvolvimento do Ensino Superior em Viseu e da Escola Superior de Saúde em particular – é importante que se tenha a noção que sem a competitividade necessária para a captação de novos alunos, no limite poderemos estar a falar de uma ameaça à existência desta Instituição. Excelentíssimos Senhores, por parte da Câmara Municipal de Viseu, já foi feita uma recomendação ao Governo no sentido da aprovação destes cursos. É



imperativo que todos os agentes políticos locais se mobilizem para a resolução deste problema. Estes obstáculos que têm sido levantados à nossa cidade – e aqui relembro, novamente, a questão da Universidade Pública de Viseu - são uma importante ameaça ao progresso da nossa região e para os quais todos devemos estar particularmente atentos. Os esforços desenvolvidos pelos diversos agentes políticos devem ser exclusivamente direccionados na defesa dos interesses de Viseu, pelo que não poderá haver lugar a condicionamentos partidários que os viseenses não iriam nem poderiam tolerar. Dificilmente as oportunidades perdidas são recuperadas! Esperemos, que neste caso, que todos saibam assumir as suas responsabilidades e que tenham um posicionamento bem mais assertivo do que aquele que têm tido relativamente à política de austeridade que este Governo Socialista persiste em manter no nosso concelho. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Antes de terminar este Período tenho um pedido de protesto por parte do Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. Tem a palavra”. -----

- VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu não posso deixar de fazer o meu protesto a algumas das afirmações que directamente me diziam respeito e outras, não só, trazidas nas respostas do Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara diz que, os Senhores protestam mas não resolvem, isto é, diz-nos que é nossa obrigação resolver o problema como se nós fôssemos Governo. Nós não somos Governo, nós somos Deputados Municipais. O Governo é do nosso partido, nós podemos fazer força e tentar que o Governo altere algumas decisões que podem afectar Viseu, agora acho que é uma estranha concepção de poderes dos Deputados Municipais resolverem a situação. Nós não podemos resolver. Isto é tão simples quanto isto. Vossa Excelência já era Presidente da Câmara quando retiraram de Viseu não sei quantos serviços, no tempo do Senhor Professor Cavaco Silva como Primeiro-ministro, Vossa Excelência resolveu a situação? Vossa Excelência não era Governo, nós também não somos Governo! É pura demagogia ouvir dizer, os Senhores resolvam, mas resolvemos o quê? Por outro lado, vem Vossa Excelência dizer, Os Senhores querem a maioria das Câmaras para terem a Associação Nacional de Municípios e depois não fazerem nada. Então mas essa foi a postura do PS enquanto Presidente da Associação Nacional de Municípios? Vossa Excelência foi Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios quando do Doutor Mário de Almeida e ele não fez nada? Ele era do PS. Então, mas como é que é isto? Nós queremos a Associação Nacional de Municípios para não resolver nada, para não irmos lá? Eu acho que quando Vossa Excelência usa a palavra seriedade, é exactamente o que eu estou a pedir. Temos que falar nas coisas seriamente. As nossas responsabilidades, Vossa Excelência pode imputar-nos e deve imputar-nos, nós assumimos as nossas responsabilidades, não podemos assumir as responsabilidades que não são nossas, nós não temos nada a ver com isso. A situação é esta, se nós não protestamos não defendemos Viseu, se nós protestamos, temos obrigação de resolver. Então mas nós somos Governo? Senhor Presidente por amor de Deus, não estava à espera disso”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- VINTE DOIS – SENHOR PRESIDNTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “Senhor Presidente, não é só para responder à intervenção do Senhor Deputado Renato, mas também para responder a este protesto. O Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho é campeão dos protestos, não há ninguém, se fizerem a contabilidade, que proteste mais do que o Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho. Não sei se é falta de hábito, eu estou aqui caladinho enquanto o Senhor fala. Ó Senhor Doutor continue a protestar, porque de facto, é o campeão dos protestos nesta Assembleia. O Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho pode até arranjar uma figura, de resto já sabe que o Senhor Presidente da Assembleia dá a



palavra, lá vem um protesto e um protesto contra tudo e contra todos. O Senhor por natureza vem sempre aqui protestar, protesta, protesta, protesta. Ó Senhor Deputado, eu acho que o Senhor tem que se lembrar de uma coisa, se é verdade aquilo que disse, o inverso também há-de ser. O Senhor diz que não é Governo e portanto, está a protestar. O Senhor constantemente protesta, mas de facto não quer assumir o papel do Governo. Nós sabemos que não são Governo, mas quando é o inverso também hão-de assumir que não têm nada a ver com isso. Anunciam as obras, aquela, a outra e mais a outra em nome do Governo, quando é para assumir com as responsabilidades, não estamos cá para isso. Agora há uma coisa que não lhe queria deixar passar em claro, eu não disse que quem esteve na Associação de Municípios a presidir que não fez nada, aconselho-o a rever a gravação. Se me quiser ouvir como exactamente o fiz, o que eu disse é que os Senhores, em relação ao Presidente da Câmara de Viseu, estão sempre contra, mas isso já me habituei, aliás dá-me mais força. Eu sei que os Senhores não me ajudam em nada. Eu já me habituei a fazer o meu trabalho com vocês a puxarem para trás, completamente. Os Senhores limitam-se a por obstáculos e escolhos na acção do Presidente da Câmara, mas é para o lado que eu durmo melhor, consigo perfeitamente desvencilhar-me dos obstáculos que me vão pondo, perfeitamente à vontade. Os Senhores de facto... Agora têm que ser verdadeiros naquilo que dizem. Eu não disse, o Presidente da Associação de Municípios anterior, por quem eu tenho um profundo respeito, não disse isso, não disse que ele que não fez nada, eu estava lá, estou solidário com isso. Mais, sou tão solidário que se alguém levantou a voz contra o partido a que pertença fui eu, enquanto Vice-Presidente e depois enquanto Presidente, mas isso é uma coisa que os Senhores não conseguem fazer, os Senhores isso não conseguem, nunca levantam a voz contra o vosso partido e sobretudo mesmo quando ele esteja a afectar Viseu. O Senhor Deputado vem pode continuar a protestar, fazendo, digamos, um ar muito sério... Senhor Deputado, nós vemo-nos nas acções. Protestem, mas que se vejam os resultados dos vossos protestos. Portanto, só se limitarem a irem na carruagem de trás isso é muito pouco. Sobre aquilo que trouxe o Senhor Deputado Renato, eu gostaria de dizer que nós tomámos de facto posição e que sublinhamos muito que uma escola da qualidade da nossa Escola Superior de Saúde, veja tanta dificuldade em ver aprovar os cursos que propõe. Nós somos muito a favor das parcerias, temos utilizado este e todos os Estabelecimentos de Ensino Superior de Viseu, que estão disponíveis para fazer parcerias com a Câmara. Privilegiamos essas parcerias e de facto, ficamos espantados que numa área tão sensível como esta da saúde, nomeadamente com a proposta de novos cursos ligados, inclusivamente à Gerontologia que é talvez umas das pechas digamos, da nossa sociedade vejam tanta dificuldade em aprovar os cursos. Daí que nós tivéssemos logo deixado a nossa posição bem clara sobre dois pedidos de licenciatura e um de mestrado, como foi dito e nos foi dito pelo responsável da Escola Superior de Saúde, pode inclusivamente ameaçar a sobrevivência da própria escola. Portanto, eu acho que é um problema que nos deve preocupar a todos e naturalmente que quem tem capacidade de decidir que decida em favor dos cursos que são pedidos, para evitar que se encerre mais um serviço". -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Esgotámos o Período Antes da Ordem do Dia, vamos entrar no **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** e vamos começar pelo **Ponto Um, INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL**. Dou então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar este ponto”. -----

- **VINTE E TRÊS** – **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para fazer a apresentação da Actividade Municipal, do seguinte modo: “ Ia rapidamente os termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, noventa e nove, apresentar a informação escrita acerca da actividade e da situação financeira que, previamente, remeti



a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no número quatro do artigo sessenta e oito introduzido pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro. O esforço da actuação municipal tem tornado Viseu, em nossa perspectiva, um Município Inclusivo, Integrador, Acolhedor, Atractivo e também um Município Positivo. A vontade de abranger a totalidade dos cidadãos na oferta do abastecimento público no que diz respeito a água e ao saneamento; a materialização da actividade cultural para todos; um plano viário que contemple todos os aglomerados urbanos; uma rede de comunicações acessível a toda a Escola; a requalificação de áreas residenciais degradadas pela inexorável acção do tempo; a reabilitação de imóveis; o apoio à recuperação de habitações de famílias carenciadas, ou de senhorios que por vezes se encontram “descapitalizados”; o “atendimento único” para todos os munícipes; o telefone de atendimento ao munícipe, conhecido vulgarmente por TAM aberto durante vinte e quatro horas por dia; a definição clara de períodos semanais para recepção presencial de cidadãos, isoladamente ou em associações; as comunicações, via electrónica, num permanente diálogo com os que se nos dirigem; ou a realização de reuniões nas freguesias; as reuniões de trabalho com as instituições e com o nossos concidadãos para definir os objectivos e as melhores estratégias no lançamento e execução de investimentos, quer sejam eles materiais ou imateriais, são exemplos da política de inclusão, por antítese ao enquistamento ou à omissão. Porém, quando se foca o Município Inclusivo ou a Sociedade Inclusiva é frequente que se ponha de lado todo o anterior conjunto de exemplos que demos, por serem considerados por alguns como exteriores. E, no entanto, só pode falar-se, com propriedade e de forma cabal, em Inclusão, quando todos os requisitos a uma vida de qualidade superior e no caminho da excelência, sejam totalmente preenchidos. O continuado esforço, a canalização de recursos para a consecução desse objectivo continua a ser legítimo e continua a ser necessário que se prossiga. Num Município, cuja “Nação” aumentou significativamente, a consecução do “pleno” nos vários requisitos tem sido, felizmente, mais difícil de alcançar, mais pessoas exigem mais e melhor qualidade das infra-estruturas e também de bens imateriais. Um Município que já conseguiu, pelo menos ao nível das infra-estruturas físicas, preencher todos os requisitos, é nossa opinião que terá como sintoma o facto de ter parado de crescer. Situações há, por este nosso País fora, em que as infra-estruturas deixaram de ter procura, pela simples e pela funesta razão de que deixaram de ter pessoas para as usar. Um conjunto diversificado de factores, que radicam essencialmente nas dinâmicas dos nossos concidadãos, aqui nascidos, ou sejam eles por adopção, que fomentam, mantêm e impulsionam o crescimento sustentado; têm contrariado, explicitamente, aquela situação. Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podendo ser tão exaustivo quanto gostaria, centrarei a minha comunicação na componente corrente do que, vulgarmente, se entende como “Município Inclusivo”, numa abordagem limitada, restrita e também sub-sistémica. Assim, a articulação dos Serviços Municipais, com as Juntas de Freguesia e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, permitiram a implementação do apoio a Famílias que sofrem as agruras da crise económica; a articulação com a Santa Casa da Misericórdia por exemplo, permitiu a criação do “restaurante social”, com o apoio das Obras Sociais da Câmara Municipal de Viseu e dos Serviços Municipalizados. Esta acção coordenada requereu a convergência de sinergias para o auxílio a pessoas com bens e equipamentos de primeira necessidade. A acção da Empresa Municipal – Habisolvis – apoiou a recuperação, a requalificação e também a reabilitação de imóveis degradados em todas as Freguesias do Município. A requalificação dos edifícios e da sua envolvente pública contribui para a melhoria da qualidade de vida das Famílias que neles vivem, dou como exemplos a Quinta da Pomba, Bairro da Balsa, Bairro de Paradinha, Bairro Primeiro de Maio, Bairro do Viso, Bairro dos CTT, entre outros. A aquisição de imóveis na Zona Histórica pretende também dar sinal a muitas Famílias que a ela podem regressar ou inserir-se de novo. O esbatimento de barreiras





arquitectónicas a decorrer no Centro da Cidade; a instalação de elevadores e plataformas nos edifícios públicos; mesmo a construção de “linhas-guia” nos espaços públicos em requalificação; a introdução de “contadores regressivos” nos sistemas semaforicos que o permitem; a instalação de sinais sonoros, como por exemplo aqueles que são auxilio precioso aos invisuais e amblíopes nos sistemas semaforicos; os protocolos para transporte de pessoas com deficiência, por exemplo com a APPC; proporcionam mais fácil deslocação a cidadãos com a mobilidade reduzida, mas também viabilizam a manutenção da viatura que se assim não fosse estava “desocupada” durante vários períodos do dia; o acolhimento de trabalhadores com deficiência nos Serviços Municipais; o lançamento de jardins sensoriais; são muitos exemplos da acção concreta na implementação estratégica da Cidade Inclusiva. O último Programa de que falei há pouco de *Parcerias para a Regeneração Urbana*, pretende incluir o Centro da Cidade, relevando as suas potencialidades e mais-valias. Queria lembrar a este propósito que envolvemos vinte parceiros, tão diversos como a Associação Comercial, a Santa Casa da Misericórdia, a AHRESP, o Teatro Viriato, a Associação de Andebol de Viseu, a Companhia de Dança Paulo Ribeiro, o Orfeão de Viseu, o Museu de Arte Sacra, as Paróquias de Coração de Jesus, S. José e Santa Maria, o Instituto Politécnico, a Faculdade de Arquitectura da Universidade Católica, o Departamento de Bens Culturais da Igreja, a Região de Turismo e a Associação dos Aposentados e Reformados, é bem a prova dos esforços para a Inclusão. Apenas como ilustração, a Associação de Aposentados, Reformados e Pensionistas de Viseu propõe-se gerir um espaço aberto a todas as gerações – o Espaço que designamos como Espaço Inter-gerações, onde netos, avós, filhos e pais podem fortalecer laços e aprender mais e melhor a viver. Também, àquela Associação fica cometida a tarefa de manter aberto o carrossel do Rossio, mas também responder ao apelo de seniores que carecem de pequenos trabalhos nas suas habitações. A Sociedade de Reabilitação Urbana – Viseu Novo, para além do seu trabalho mais visível que é a reabilitação dos edifícios degradados, por exemplo, na Rua Escura, na Rua da Nossa Senhora da Piedade, na “Casa Amarela II”, junto ao Teatro Viriato na Casa do Miradouro, vai apoiar ainda mais quem pretende reabilitar o seu património na ACRRU, através da criação do GARU – Gabinete de Apoio à Regeneração Urbana, que acolherá e dará apoio na resolução de dificuldades várias. Uma referência à articulação devida à população que utiliza os mini-autocarros eléctricos com o funicular, e ainda com a redução do valor do estacionamento à superfície. Senhor Presidente, Senhores Deputados, por mais argumentos que sejam avançados para a eventual rejeição da “Loja do Cidadão”, ou qualquer outro Serviço Público para o Centro Histórico, reafirmamos que o funicular, o estacionamento no Campo da Feira, o estacionamento de superfície, o estacionamento de Santa Cristina, o futuro estacionamento no Largo do “Soldado Desconhecido”, a “concordância” dos “branquinhos” com o funicular, tornarão na nossa perspectiva, esta parte da Cidade ainda mais inclusiva. A inclusão faz-se, deste modo, pela geração de condições tangíveis de acessibilidade e de cidadania, sem que se possa imaginar dispensar a componente imaterial. A convergência destas sinergias para o Município Inclusivo, onde a animação lúdico-cultural tem, também, importância sensível; acrescidos de um incremento no “goodwill” do Centro, majorado ainda pela regeneração do sentir do aumento da segurança das pessoas e dos seus bens. A celebração, em próxima oportunidade, queria lembrar a este propósito que esteve já definido o dia, exactamente no mesmo dia em que o Senhor Primeiro-Ministro veio a Viseu, de um Contrato Local de Segurança com a Tutela, alimentará, confiadamente, esse sentimento que se traduzirá numa ACRRU ainda mais atractiva e apelativa. Assim o esperamos. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixamos igualmente, à consideração e análise de Vossas Excelências, através das folhas em anexo, as matérias que como sabem são obrigatórias, da situação financeira e a informação ainda sobre as participações em entidades societárias e não societárias,



bem como as reclamações, os recursos hierárquicos e os processos judiciais pendentes e qual é o seu estado. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente pela sua intervenção. Eu sei que está a haver um problema sobretudo para a imprensa da rádio, que não consegue captar som através do sistema interno. Eu penso que isto tem a ver com o posicionamento dos três microfones. Eu vou pedir aos serviços técnicos para voltar a substituir o microfone do Senhor Doutor Ruas, que eu presumo que já lhe terão colocado uma pilha nova. Aquele microfone que está no palatário é o que deveria estar no Senhor Doutor Ruas. Vamos fazer a experiência para ver se efectivamente dá ou não. Se não aquilo que eu sugeria ao Senhor, eu penso que há só um jornalista da imprensa de rádio, não é? Eu penso que os microfones em termos práticos estarão trocados neste momento. Faça favor de o substituir e ver se efectivamente não há problema nenhum. Muito bem, vamos ver se agora fica tudo como deve ser. Portanto, estamos no período de informação do Senhor Presidente da Câmara, pergunto se algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar. Senhora Deputada tem a palavra, faça o favor”. De imediato dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira.

- VINTE E QUATRO – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Uma sociedade inclusiva é uma sociedade que se pretende que seja de igualdade de oportunidades, em que cidadãos intervenientes e solidários aderem a valores comuns que conduzem à construção de uma nova organização social. Para que se concretize a inclusão é necessário que a sociedade desenvolva mecanismos que permitam incluir, nos seus sistemas gerais, a globalidade dos cidadãos e, reciprocamente, crie condições que permitam a todos assumir os seus papéis nas diferentes esferas da vida social. Tal concepção conduz-nos à obrigatoriedade de ver garantidas as condições mínimas de vida e de acesso aos pilares básicos de inserção na estrutura social, tais como a habitação, educação, saúde e emprego. A informação da Actividade Municipal, trazida hoje a esta Assembleia pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara - Viseu, um Município inclusivo – poderá ser um enumerar de algumas medidas casuísticas da actividade camarária, mas dificilmente enquadráveis em políticas de inclusão e de promoção da qualidade de vida à luz das actuais concepções. Uma verdadeira política de inclusão, nas suas várias dimensões, protagonizadas pela autarquia, que vise a igualdade de condição como objectivo último, tem de acrescentar um novo nível de exigências, implicando sistemas de concepção, gestão, definição de metas, monitorização e avaliação dessas políticas, participadas e co-responsabilizadas pelos diversos agentes interessados. Aqui incluímos as obras da cidade com as potencialidades e validade que elas têm, mas que foram começadas sem definição de alternativas, provocando um trânsito caótico em certas horas do dia, o que impossibilita realmente a deslocação das pessoas com deficiência. Da Autarquia esperam-se políticas e práticas inclusivas, porém algumas dessas práticas já implementadas merecem o nosso reforço positivo. Mas, na verdade, barreiras não só as arquitectónicas. Barreiras são as pessoas, as políticas, as culturas, as tentações eleitoralistas, o modelo já gasto de governação local, do Poder Local. É o que se tem passado recorrentemente na apresentação da Actividade Municipal, quando se abordam áreas tão sensíveis como a Educação, as políticas sociais ou como é o caso de hoje, a Inclusão, apresentam-se generalidades pouco sustentadas. Será que podemos falar de Viseu como um Município inclusivo, integrador, acolhedor, atractivo e positivo? Torna-se ainda mais sério o debate em torno desta temática se recordarmos que Viseu assumiu compromissos, com grande pompa e circunstância, assinando a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na vida local, dois mil e cinco/dois mil e seis e o Protocolo com a UNICEF, em Junho de dois mil e sete, *Cidade Amiga das Crianças*, que



diz, e cito, “é um sistema local de governação que assume o compromisso de realizar os direitos das suas crianças e jovens cidadãos”... e em que o poder local “deve estar disponível para ouvir as crianças antes de definirem os passos políticos”. Só mesmo fazendo de conta...E, pergunto, as populações sem acesso ao abastecimento público de água e saneamento? E a inexistência de um serviço de transportes escolares que abranjam o primeiro ciclo e o pré-escolar? Temos, não há dúvida, um funicular e mini-autocarros eléctricos, mas não cumprem estes requisitos. E a sobrelotação das escolas do perímetro urbano, que continuam a funcionar em desdobramento há anos e sem solução à vista? E aqui eu acharia por bem os tais estaleiros que há bocado se referiram. E que dizer das actividades extracurriculares em ATL’s alugados com interesse dos mesmos, como é evidente, obrigando os pais a custear essas actividades que são assumidas gratuitamente nos outros estabelecimentos de ensino? E falamos de igualdade de oportunidades. E o fornecimento das refeições, da sua qualidade e dos locais aonde são servidos? Nalgumas escolas na salas de aulas, onde decorrem as aulas, nos átrios cobertos junto das casas de banho. E a comparticipação dos alunos carenciados? E das diversas e cito “medidas de compensação educativa”, estou a citar o documento apresentado, da acção social escolar, que não se sabe quais são? E do apetrechamento da Unidade de Surdos? Que tipo de equipamentos? E das verbas atribuídas para material, expediente e limpeza? Como veremos adiante no relatório em questão, a verba distribuída pelas escolas, garante sensivelmente vinte e cinco resmas de papel A quatro e por escola, não por sala, e cinco tinteiros para as impressoras. Continuamos a falar de inclusão. E se é sobre a política de inclusão, de igualdades de oportunidades da Autarquia, devemos reflectir ainda sobre, para não referir muitos mais, o investimento apresentado pelo Executivo de duzentos e onze mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e trinta cêntimos, na primeira sala ciber-estudos no Fontelo (e não estão em causa as potencialidades do Espaço, como é evidente), e do montante de setenta mil investido no mesmo período, portanto, do ano para equipamento de todos, sublinho de todos os jardins de infância e escolas do primeiro ciclo. Se acrescentarmos a estes dados concretos a ineficácia do Conselho Municipal de Educação, que não cumpre o objectivo para que foi criado, temos que concluir que a actividade municipal nestas áreas Educação/Inclusão reflecte de forma inequívoca a desarticulação das medidas, o desinvestimento do Executivo, conduzindo apenas o processo por arrasto dos programas do governo. Mas, citando o Doutor Mota Faria, são apenas pequenos pormenores. Ao invés, devíamos exigir todos (poder e oposição) a procura de novas formas de melhorar as condições de ensino aprendizagem no concelho, reconhecendo à Escola o papel fundamental que tem na promoção do crescimento económico e coesão social e naturalmente da inclusão”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Uma cidade inclusiva, um município inclusivo é algo que nunca está concluído, é algo que está sistematicamente a necessitar de que sejam feitas mais coisas, é algo que por mais que se faça nunca se acaba. Concretamente naquilo que me motivou a vir aqui falar é talvez até demonstrativo do que acabei de dizer agora. As guias que estão a ser instaladas no Rossio e em toda a zona envolvente onde está a ser feita a obra de requalificação daquela zona do centro da cidade, é algo que já vem com uns aninhos de conversas, uns aninhos em que eu e outros falámos muita vez na Câmara e até aqui, nas necessidades de linhas-guia para cegos, para nos podermos deslocar melhor na cidade. Foi sempre dito, foi estudado, inclusivamente, foi-me solicitada quando eu era Presidente da Direcção Nacional da ACAPO, apoio técnico e desloquei-me cá com técnicos, não só da ACAPO, como técnicos das empresas privadas para terem reuniões com a Câmara. Lembro-me que numa dessas reuniões, ao fim, quando saímos, os técnicos diziam-me assim, isto é mais uma vez é



conversa, viemos perder tempo. Eu só lhes disse, pode demorar, mas vai ser feito. O que é certo é que está a ser feito. Aquela cidade, aquele Rossio, que eu conhecia e conheço muito bem, costumo dizer, como as minhas mãos, do tempo em que via e onde eu circulava com toda a facilidade, a partir do momento que foram reforçados os dois lagos, quer o do fundo da Avenida vinte e cinco de Abril, quer do Jardim Tomás Ribeiro, com aqueles jactos de água, o barulho é tão grande juntamente com os dos automóveis, que eu perdi-me três ou quatro vezes no Rossio. O que é certo é que sou muito grande e as pessoas dão conta. Um homem muito grande com uma bengala na mão precisa de ajuda e alguém vem sempre para me ajudar. Agora vou ter a certeza tenho o problema resolvido porque as guias, essas linhas-guia, vão ajudar-me a resolver o problema e a aumentar a minha autonomia na circulação naquela zona. É lógico que, aquilo que veio ser proposto e aquilo que nós propusemos ao Município de Viseu, de linhas-guia, é algo que pode ser aquilo que é o mais bonito, é o mais integrado no ambiente, na arquitectura, até para uma cidade bonita, não tenho dúvidas nenhuma, mas claro que, também não é o mais barato. E só poderá ser feito e é desejável que seja feito, porque apesar de ser mais caro é durável, quase que nunca vai acabar mais. É o ideal para ser feito quando há obras de reestruturação. As linhas-guia, e isso até seja o mais importante, a colocação dos outros pisos tácteis “compitomados”, junto às passadeiras, para nos indicar as passadeiras. Eu aproveito para dizer e para passar esta mensagem a todos os cidadãos, porque pessoas têm reclamado que aquilo é incómodo, estar em cima daqueles pitonados. Aqueles pitonados não são postos lá, nem aqui nem em país nenhum, nem em cidade nenhuma portuguesa, não são lá postos para as pessoas estarem em cima. São exactamente lá postos para ninguém estar confortável em cima deles. A finalidade é que são pisos tácteis para através dos pés se dar conta que há ali alguma coisa que está a ser sinalizada. E para que isso possa ser efectivo, é necessário que esteja suficientemente desconfortável para que ninguém fique lá em cima, para que os outros que necessitam de o encontrar, o vão encontrar. Quero eu dizer, se aquilo fosse confortável e as pessoas ficassem sempre em cima do piso táctil, eu quando andasse à procura dele com a bengala não o ia encontrar, porque estaria ocupado exactamente com as pessoas em cima. A finalidade é que seja exactamente desconfortável e tem mais, para as pessoas que vêm e isto tem sido visto, por exemplo, no metropolitano em Lisboa onde há também pitonados na zona de limitação dos cais, nas linhas de protecção e chegou-se à conclusão que mesmo quem vê fica do lado de cá do pitonado, exactamente por ele ser desconfortável e só o atravessa para entrar nos comboios, o que aumentou também substancialmente, a segurança de todos os cidadãos nas zonas dos cais. Isto satisfaz-me e venho manifestar essa minha satisfação, mas Senhor Presidente, como comecei a dizer, tudo isto é sistematicamente em movimento. É altura de também, já em conversas que eu tive com a Câmara já há muito tempo, de nos lembrarmos da Estação da Central de Camionagem, onde circula muita gente e há todo o interesse e necessidade de boas comunicações sonoras, visuais para os amblíopes, no tamanho das placas e a colocação de linhas-guia. Estas sim, aquelas mais modernas, que não são tão bonitas mas que funcionam e que hoje em dia estão completamente afiançadas e experimentadas no estrangeiro e até já em alguns locais em Portugal, que são as linhas-guia sintéticas, coladas por cima do pavimento. É fundamental que isto seja feito, principalmente nas zonas de grande movimento público, como é a Central de Camionagem, como é o acesso desde a estrada até à Biblioteca Municipal, como será aqui a zona da Rua Formosa e Rua dos Andrades, por causa também de haver ali a sala de multimédia e muitas outras zonas importantes, para que os deficientes visuais se possam deslocar com autonomia. E também dizer que acredito, faço votos que aconteça, mas acredito que vai acontecer, que não percamos, exactamente porque estamos a fazer algo que vai marcar seriamente o processo de sinalização para deficientes visuais no centro de uma cidade, para todas as cidades e vai servir de exemplo. Não percamos de vista as novas



tecnologias que já nos estão a dar. Eu não venho nem me atrevo a pedir, porque acho que há determinadas coisas que são exageros, inclusive investimentos que são de tal maneira elevados que não compensam aquilo que nos beneficia a nós. Eu costumo dar como exemplo, para que é que eu preciso de uma placa com indicação em Braille na parede a dizer WC, se eu demoro imenso tempo a encontrar a placa e quando a encontrar e ler que é WC, já muito facilmente tinha agarrado a pessoa que passava ao meu lado e perguntava assim, olhe diz-me onde é a casa de banho, faz favor? Portanto, é muito mais fácil adiar determinadas coisas que são exageros. Outra coisa que queria para uma cidade inclusiva também, Senhor Presidente da Câmara, porque isto poderá parecer assim uma coisa um bocado maluca, mas não é, e é para todos os cidadãos e fundamentalmente para os cidadãos deficientes. Há necessidade urgente de que na cidade de Viseu sejam abertos sanitários públicos, casas de banho públicas, com acesso a cadeiras de rodas, bem sinalizadas, que todos os cidadãos possam usar. Principalmente aos fins-de-semana, em que a maioria dos cafés, que são quem dá resposta a estas situações e que em muitos dos casos em cadeiras de rodas, não resolvem, há necessidade de que se reabram, ou se façam novos sanitários públicos para que a população possa ser bem servida. Isto também é inclusivo numa boa cidade. Muito Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos.

- VINTE E SEIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Gostaria de começar, se me permitem, cumprimentando toda a Assembleia, todos os partidos e também o Senhor Presidente, pela qualidade, do brilho, da Sessão que promoveu no último sábado e também pelo mérito da iniciativa sobre a inclusão a que eu não pude assistir, mas que todos no país tivemos possibilidade de testemunhar os seus ecos extremamente importantes. Gostaria também de cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara pela distinção francesa e também por todas as outras distinções que o Senhor Presidente arvorou na sua declaração de há pouco. Não julgue que não nos sentimos honrados Senhor Presidente, temos sempre um sentimento de satisfação e de honradez, quando vemos que um dos nossos é apreciado, ou digamos, galardoado, ou distinguido no estrangeiro. Naturalmente é sempre importante separar a distinção institucional da distinção pessoal, mas mesmo sem essa separação, eu tenho o maior prazer em o felicitar por esta distinção e de lhe dizer que temos todos muito orgulho em que venha a ter ocasião de poder granjear outras tantas. O tema que o Senhor Presidente escolheu para a sua informação, é um tema muito importante. É um tema também muito positivo e é um tema em relação ao qual o Município, o Executivo, tem alguma coisa de importante para mostrar. Estamos totalmente de acordo com as iniciativas que foram realizadas. Penso que, se me permitem, a presença do Senhor Deputado Esteves Correia nestas matérias e noutras áreas também, tem tido um papel importante pelo sentido de inclusão, no chamar a atenção de forma muito viva e muito directa para estas questões, como ele próprio salientou no seu comentário positivo a que eu me quero associar e que quero também, portanto, associar-me a tudo aquilo que tenha sido feito, que esteja ainda para fazer, mesmo em ano eleitoral, mesmo nos seus meses finais do período eleitoral, associar-me a tudo aquilo que possa ainda ser feito para melhorar a integração e a inclusão dos nossos cidadãos com desiguais capacidades. Em relação ao texto da sua informação, eu devo dizer-lhe Senhor Presidente, que tive alguma dificuldade de reconhecer neste texto, o paralelismo com os textos anteriores. Os textos anteriores eram normalmente escritos numa linguagem mais simples, mais directa e neste eu encontrei uma linguagem, às vezes um pouco gongórica, um pouco rebuscada. Há expressões que eu de todo em todo não sou capaz de entender e duvido que qualquer cidadão comum entenda. O que é isso da Nação do Município, Nação entre aspas, do Município? O que é isso da abordagem sub-sistémica? O que é isso do incremento do goodwill? Francamente Senhor Presidente, não reconheço neste texto, o seu





estilo mais directo de textos anteriores. O problema certamente não é apenas meu, mas também de pessoas que têm dificuldade de entender esta linguagem. Há até um parágrafo, que é o segundo parágrafo da página quatro, que eu não consigo entender, mas enfim. Desafio-o, talvez nós possamos até comentar um pouco mais tarde. Portanto, a minha recomendação e é apenas uma crítica muito leve, muito ligeira e muito amiga, se me permite, muito diferente dos comentários pessoais com que o Senhor Presidente muitas vezes nos trata, ainda há pouco tivemos o exemplo disso. O Senhor Presidente usa excessivas vezes, predominantemente, do carácter do ataque pessoal, comentário pessoal, ainda há pouco chamou o meu colega de bancada “campeão dos protestos”. Senhor Presidente e depois quando o Senhor responde, o Senhor diz que é para o lado que melhor dorme, ou seja, o Senhor adopta também a pessoalização na resposta. Senhor Presidente, nós estamos aqui a discutir pessoas? Estamos aqui a discutir ideias. Estamos aqui a discutir trabalho das instituições e por isso, eu peço-lhe sinceramente e o meu apelo é também para o Senhor Presidente da Mesa, que procure moderar o Senhor Presidente da Câmara, sempre que ele entra no ataque pessoal. O ataque pessoal não constrói nada. O ataque pessoal é um ataque sem sentido e é um ataque de quem por vezes não tem mais argumentos. Gostaria de dizer que sobre a referência a alguns apoios sociais, eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se os apoios sociais estão todos já operacionais. Eu sei que há já na área alimentar distribuição através da visita domiciliária da Santa Casa da Misericórdia, com reforço Municipal, algum apoio alimentar, mas é aqui referido como facto consumado uma iniciativa que é do restaurante social e que eu gostaria que o Senhor Presidente confirmasse, ou não, as minhas informações vão no sentido de dizer que aquele restaurante está ainda em obras. Recordam-se todos que há quatro meses tivemos aqui uma discussão porque havia uns Senhores Deputados do PSD que queriam logo fazer um acto de congratulação, de louvor, em relação a esta parceria. Bom, passaram quatro meses, ao que me é dado saber, esse restaurante continua em obras e obras que, ao que dizem, terminarão brevemente. Mas gostaria que o Senhor Presidente nos desse essa informação sobre essa matéria. O Senhor Presidente vangloriou-se também de estar a fazer estes apoios sociais, mesmo sem transferência de competências. Oh Senhor Presidente, o que é que tem a ver uma coisa com a outra? Os apoios sociais são o imperativo da nossa consciência, do nosso dever, do dever da instituição a que o Senhor preside, que tendo recursos para o fazer e sentindo o apelo da crise o faz e muito bem! Não precisa de estar à espera de transferências de competências para isso. Fá-lo por competência própria, fá-lo por imperativo moral próprio, fá-lo por imperativo institucional próprio e muito bem! Agora, não misturemos coisas que não são missíveis, não são misturadas. O meu problema fundamental em relação à inclusão e à consideração do Município de Viseu como um Município inclusivo e relevo os adjectivos com que começa a sua mensagem de ser um Município inclusivo, acolhedor, atractivo, não tenho dúvidas de que é acolhedor, não tenho dúvidas de que é atractivo, tenho mais dúvidas que seja inclusivo. E tenho dúvidas pelo seguinte, porque ao longo de muitos anos com ou sem intenção deliberada, creio que sem intenção deliberada, nós despejámos da parte histórica da cidade as populações. Despejámos, é expressão forte, mas é a verdade. Naturalmente fizemos muitas obras, embelezámos muito o Centro Histórico, fizemos pavimentações muito boas, muito interessantes, muito bonitas. Tudo isso é verdade. Agora nós mexemos no casco e não mexemos no conteúdo. Nós nada fizemos para que o que está lá dentro dessas casas pudesse voltar a estar e assim é que nós vemos esse tecido humano a esvaír-se. Há quatro anos Senhor Presidente, fiz campanha eleitoral para as funções que actualmente ocupo aqui na Assembleia Municipal e dei várias voltas pelo interior do centro urbano e ainda encontrei pessoas residentes em algumas das ruas e algumas das praças, poucas. Havia uma praça, a Dom Duarte, tinha três pessoas residentes. Havia uma queixa generalizada dos comerciantes da Zona Histórica, sentindo que esta Zona Histórica



estava a morrer. Isto não é um fenómeno viseense Senhor Presidente, isto é um fenómeno nacional, e um fenómeno mundial, passa-se o mesmo na Baixa de Lisboa, passa-se o mesmo no Centro do Porto, mas é necessário ter a noção das “armas” e do que é preciso para recuperar esse tecido urbano. Há muitas capitais muito mais avançadas do que nós, que em vez de se limitarem a embelezar fisicamente o casco, elas cuidaram da vida económica e da vida humana, atraíram pessoas. Há cidades onde as casas mais degradadas foram adquiridas pelo município e vendidas por uma unidade monetária simbólica, a casais jovens que tivessem disponíveis para a reabilitar. Isso é, provavelmente, uma coisa... eu sei que há também apoios habitacionais, mas acho que há necessidade de apoios mais radicais, mais importantes, Eu tenho a certeza que quando voltar a fazer campanha eleitoral, dentro de alguns meses, vou encontrar ainda mais queixas e provavelmente um tecido social ainda mais esvaído. Senhoras e Senhores Deputados, quando falamos em inclusão, falamos também em paridade e permitam-me que o diga, olho para esta Assembleia, olho para o Executivo Municipal e não vejo da parte do partido que comanda o Executivo, nem uma pessoa do sexo feminino. Olho para a Assembleia não vejo do partido maioritário nem uma pessoa do sexo feminino. Lamento muito, mas não bastam as boas intenções e as boas palavras para que nós pratiquemos a inclusão. A paridade faz parte da inclusão e temos agora todos, uma oportunidade única de rever esta situação. Temos a possibilidade nas próximas eleições de realmente promover a integração do sexo feminino, das mulheres também nas nossas listas. Queria dizer também que me congratulo com o facto do Senhor Presidente ter dito que temos ainda muitos problemas no Concelho e ter dito também que foi adquirido terreno para a ETAR de Viseu Sul, um novo terreno, o que é extraordinário. É provavelmente das poucas vezes em que nós encontramos uma palavra de realismo, não direi de humildade, mas de realismo nas afirmações, enfim, que são feitas sobre informação da actividade Municipal. Portanto, eu sou um optimista, penso que vamos provavelmente, assistir nos tempos mais próximos a um alargamento da inclusão e também a um alargamento da tolerância e ao desaparecimento dos ataques pessoais no nosso diálogo aqui dentro. Muito Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto.

- VINTE E SETE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Em primeiro lugar, à semelhança de intervenções anteriores, eu queria felicitar e saudar a escolha do tema da actividade municipal, ou da informação sobre a actividade municipal que foi presente, a inclusão. Queria também exprimir o meu agradecimento, penso que todos nós sentimos isso, pelas propostas concretas que aqui foram veiculadas pelo Senhor Deputado Esteves Correia, que fez propostas muito concretas sobre a problemática, que é importante ajudar a ultrapassar na qualidade de vida da sociedade, proporcionando condições de facto, para tornar a vida mais fácil e fomentar também a cidadania no sector da população. Em relação à actividade, o relatório que aqui nos foi presente, a informação, queria salientar dois aspectos: na vertente social, parece-me Senhor Presidente da Câmara, se me permite, ter cada vez mais sentido a proposta que aqui fizemos nesta Assembleia, da criação de um Gabinete de Crise. As medidas que aqui são enunciadas e elencadas em várias áreas, parecem-me pecar por falta de articulação e por, digamos, na ausência de rasgo em termos temporal que perspective e projecte essas medidas num futuro próximo, porque infelizmente, como aqui dissemos nessa ocasião, é uma crise que não vai passar assim tão cedo. No plano social, gostaria ainda de referir um aspecto que me parece importante, as medidas que aqui foram de facto elencadas, são medidas positivas que saudamos, mas não me parecem pecarem por excesso, antes por defeito. Já aqui referimos, em intervenções anteriores, o exemplo de algumas autarquias que criaram senhas de abastecimento, nomeadamente em pequenos estabelecimentos de comércio, para pessoas mais carenciadas, medidas na área do atendimento e muitas outras



que não encontraram ainda acolhimento aqui no Município. Portanto, não me parece que estejamos de facto, a pecar por excesso mas antes por defeito, na resposta às necessidades dos cidadãos neste período. Por outro lado, não sei se foi uma leitura minha demasiado rápida, se foi enfim, falta de atenção minha, mas parece-me que não. Não vejo aqui no plano da inclusão abrangidos sectores importantes como são os imigrantes e as pessoas de etnias minoritárias. Quando se fala e muito bem, aqui no relatório e eu vou passar a ler, “a criação de condições tangíveis de acessibilidade e de cidadania são fundamentais para uma cidade inclusiva, parece-me importante que esses dois sectores da população, que aqui referi, fossem citados e fossem objecto de medidas também de integração, no sentido do exercício mais pleno da cidadania, os imigrantes e membros de etnias e culturas minoritárias. Gostava também a esse respeito, no campo da habitação e voltando a questões que se prendem com área social, mas também com área cultural, gostaria de indagar como está o alojamento de famílias que estão a aguardar há imenso tempo, aqui há tempos se me recordo, eram seiscentos pedidos de realojamento, ou de alojamento em casas condignas, como é que está esta situação e como é que a Câmara em articulação com a HABISOLVIS e outras instituições, está a dar resposta a esta situação. Postas estas questões que me preocupam de momento de forma mais premente, queria referir aqui também e reforçando, enfatizando também, aquilo há pouco que foi dito, que inclusão é também uma cultura virada para a paridade, é também dar resposta nas escolas e uma cultura de inclusão nas crianças, é facilitar transportes, é proporcionar mais espaços de afirmação da juventude nos seus projectos, não só criar espaços que dê respostas a necessidades como a navegação na Net, mas também criar condições para que a juventude se possa exprimir de forma mais cabal em várias áreas, cultural, desportiva e outras. Que eu saiba, por exemplo, e gostava de indagar esse nível dos jovens, o que é que se passa com o pedido que foi feito por jovens já de há bastante tempo para a rampa, suponho eu, de “skate”, que está a aguardar há bastante tempo de resposta. E Senhor Presidente, são estas as questões que gostaria aqui de deixar, se não estou em erro, na área do “skate”, posso estar enganada. Obrigada”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Fernando Carlos. -----

- **VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO ALMEIDA CARLOS (PSD)** – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “A minha intervenção vai no sentido de falar sobre a política criticada pelo Partido Socialista em relação à política educativa da Câmara Municipal de Viseu. Antes disso, eu queria lembrar de que o Governo prometeu muita coisa e depois cumpriu muito pouco. O Governo prometeu criar empregos e falhou, prometeu organizar o sistema educativo e apenas conseguiu pôr cento e vinte mil professores na rua a protestar. Prometeu o modelo de avaliação, falhou. Prometeu o relatório da OCDE, afinal é português. O “Magalhães”, afinal ainda não concluiu a viagem. Ora, o que é que nós concluímos? Que este Governo esquece-se de que cria os problemas e depois têm que ser as autarquias a resolvê-los. Em relação à política da Câmara, a Câmara tem-se esforçado por desempenhar um papel de relevo na educação, toda a gente está disposta a colaborar, desde as Autarquias, as Juntas de Freguesia, do Executivo e mais, a inclusão tem sido um ponto forte da Câmara Municipal e inclusive se forem à Escola de Gumirães, vêem que ainda há bem pouco tempo, se fez uma sala especificamente para tratar deste problema, da inclusão de crianças com problemas de deficiência. Por isso, aço que criticar é fácil, pôr em prática estas políticas é mais difícil, se não, temos o exemplo prático de há pouco tempo da Escola de Ranhados, que nós nunca mais resolvemos nem sabemos como é que está, se há acordo, se não há acordo. E aproveito para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, como é que está essa situação. Mesmo às transferências do pessoal não docente, não sei se está decidido, ou não. Gostaria que o Senhor Presidente nos informasse acerca disso. Em relação ainda às actividades extracurriculares, a Câmara tem desenvolvido, do que está



dentro do seu campo, todas as formas de que as crianças tenham o tempo quase todo ocupado, mas a responsabilidade também tem que ser dos pais e nós não podemos ter uma escola vinte e quatro horas, tem que ser uma escola de oito horas. Portanto, era só isso que eu tinha para dizer”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- VINTE E NOVE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu ouvi o Senhor Presidente e fiquei triste, por causa do Importo Municipal sobre Imóveis, porque um factor que é essencial e talvez o principal factor na definição do valor patrimonial dos imóveis e por isso, tem mais influência na atribuição do IMI e na definição do IMI e do IMT, continua a ser adiado. Os viseenses continuam a ser penalizados, os agentes económicos a ser penalizados, por este atraso da parte do Governo. Fico triste por esta situação. Já agora, gostaria também de perguntar ao Senhor Presidente, que nós estamos a viver uma grave crise, que no fundo a uma crise nacional somou-se uma crise internacional, por isso é, e todos estamos de acordo que sejam tomadas medidas a todos os níveis para ultrapassar a situação. Por isso, é indispensável a intervenção de todos os municípios, que como sabemos, no nosso caso e já aqui foi dito, está a intervir nesta área com os recursos que tem disponíveis. E como poderia ter outra dimensão esta articulação, caso houvesse articulação com a Administração Central, por isso, gostaria de colocar as seguintes questões: Se o Município de Viseu foi contactado pelo Governo, ou por algum organismo oficial, para articular políticas e acções para ajudar a combater a crise e se há atrasos, ou até esquecimento na transferência de dinheiro da Administração Central para o Município de Viseu. Já agora, terminava com duas considerações, não sei se num caso tenho que pedir autorização a um Membro desta Assembleia para falar sobre educação, mas vou correr esse risco, porque tive mais uma achega por causa dos pormenores. Parece que a intervenção de Vinte e Cinco de Abril sobre corrupção, sobre as liberdades, sobre a reforma do sistema político, sobre a crise económica e social, criou problemas em algumas pessoas e por isso, não percebi os pequenos pormenores, mas eu gostaria de dizer que para que não houvesse dúvidas, que para o PSD a educação é prioritária, não é um pequeno pormenor. A Educação é prioritária e por isso, não são as generalidades da intervenção que colocam o pequeno pormenor, é prioritário. Gostaria de dizer aqui, que é prioritário para nós o ensino superior, os tais cursos que aqui foram ditos, que são aprovados, da Escola Superior de Saúde, o Ensino Superior Público Universitário, a falta que também já aqui foi referida da Escola de Ranhados. Gostaria de ver outra coisa, quando se diz não, gostaria também, que fosse sentido que em Viseu, ao contrário do Governo, que acordou agora para a intervenção nas escolas e para a recuperação das escolas, os tais pacotes nacionais para as grandes empresas de construção civil poderem só elas, concorrerem aos concursos, que Viseu já há muito tempo faz intervenções, tem um plano de recuperação do primeiro ciclo e jardins de infância. Gostaria também que isto fosse reforçado, aí sim, também para as pequenas e médias empresas locais, tem um plano que ao longo dos anos vem a cumprir, não acordou agora só para o problema das instalações e para a degradação do parque escolar. Por fim, também gostaria aqui de dizer, que já percebemos que vem aí uma estratégia assente numa tentativa de colar ao Senhor Presidente os ataques pessoais. Já antecipamos a tal estratégia eleitoral, mas não cola. É preciso que quando há uma estratégia a dizer dos ataques pessoais, é preciso que cole. Os viseenses conhecem o Senhor Presidente da Câmara, a estratégia não cola e por isso, não colhe. Também quando se fala em ataques pessoais, ontem ouvi, penso que algumas pessoas também ouviram, um ataque pessoal do Ministro Lino ao Líder da Bancada do PSD. Isso sim, um ataque pessoal”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira. -----



- **TRINTA – SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD)** -  
 Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu deslocava-me aqui só para tecer duas considerações muito rápidas, quem se desloca a este púlpito para criticar as políticas desenvolvidas, tem no mínimo que ter algum conhecimento de Viseu. Gostaria de perguntar à Senhora Deputada do Bloco de Esquerda o seguinte, conhece o Espaço Internet? Conhece as salas de estudo existentes? Conhece a Biblioteca Municipal? Conhece o Fontelo e todos os equipamentos desportivos? Conhece os polidesportivos que foram criados ao longo dos últimos anos em Viseu? Conhece os programas culturais e desportivos que estão propostos e são postos em prática regularmente? Bem, eu finalizava só para dizer o seguinte, para se ser interlocutor dos jovens nesta matéria, no mínimo, temos que conhecer estes espaços e temos que conhecer estas realidades, porque conheço os jovens dou-me com eles, faço parte desse grupo e tenho a certeza absoluta que não vejo, não me revejo, nunca vi esse tipo de críticas, relativamente à falta de pontos da Internet, à falta de parques desportivos e outras questões desse género. Muito Obrigado”. -----

- **MESA** – dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- **TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DE ASCENÇÃO (PS)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Ouvindo o início da intervenção do Senhor Deputado Doutor Mota Faria, não resisti à tentação de me associar à sua tristeza, muito sinceramente à sua tristeza, pela carestia do IMI, do Imposto Municipal sobre Imóveis no nosso Concelho. Com efeito, solidarizo-me a si e à sua tristeza e quero deixar bem expresso, porque as taxas do IMI provocam a carestia. As taxas do IMI proposta e aprovadas pelo nosso Executivo Municipal, provocam a carestia do nosso IMI. Provocam com que nós sejamos desembolsados demasiadamente desse Imposto no nosso Concelho. Muito obrigado”. -----

- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz o seguinte: “Senhora Deputada Graça Pinto, só para lhe dizer o seguinte e depois terá que fazer a aferição. Como sabe nós estamos no Período de Informação do Senhor Presidente da Câmara. Nos termos Regimentais, eu posso dar a palavra a cada Deputado duas vezes em cada ponto da Ordem de Trabalhos. Portanto, se lhe der agora a palavra, esgota as duas vezes que eu lhe posso dar neste ponto. Tem a palavra”. -----

- **TRINTA E DOIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu não pedi a palavra ao abrigo do protesto, porque acho que também não se justifica, seria empolar demasiado e enfatizar demasiado aquilo que enfim, não merece ser enfatizado. De qualquer forma, não posso deixar de responder à intervenção que aqui foi produzida pelo Senhor Deputado Renato, que não me parece corresponder ao conteúdo da minha intervenção. Ou eu não me soube fazer entender, ou certamente o Senhor Deputado estaria um pouco distraído, ou não teria ouvido de forma talvez não muito atenta aquilo que eu disse. Eu não pus em causa medidas que tenham sido implementadas para ir de encontro às necessidades da juventude. Eu foquei e se calhar falo com os jovens, embora não seja propriamente desse nível etário, se calhar tenho bastante contacto com os jovens e o que me vai chegando também é que há alguma falta de espaços para firmação de projectos jovens, de projectos vindos dos jovens. Foi isso que eu quis dizer, não pus em causa em momento nenhum, algumas medidas que têm sido tomadas. No entanto, também não posso deixar de dizer, que eu sou do Município do Concelho de Viseu e como o Senhor Deputado eu sei que é jovem, que pode partir do princípio que esses espaços são só frequentados por jovens, sabe bem que não, eu também sou frequentadora dos espaços que aqui citou e os valorizo e fico contente por a cidade ter essa oferta em relação às necessidades de munícipes. Portanto, se não nos encontrámos por aí, provavelmente eu terei uma vida muito ocupada e os nossos horários não serão coincidentes, mas deve ter sido uma distração sua. Olhe, eu sou bastante apreciadora e frequentadora desses





lugares”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- **TRINTA E TRÊS** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu só queria fazer uma questão aqui ao Executivo Municipal. Há bocado foi falado acerca de não haver espaços Como o Skate Parque em Viseu. Eu gostaria de perguntar à Câmara Municipal de Viseu, se há doze anos atrás, não foi construído um Skate Parque em Viseu. É óbvio que, não tem as condições que todos nós desejamos, eu próprio fui praticante de skate na minha juventude, conheço bem os líderes destes movimentos e sei que houve um esforço enorme por parte do Executivo Municipal, no sentido de tentar alcançar o desejado Skate Parque. No entanto, também foi por falta de alguma mobilização por parte dos tais jovens, porque a Câmara Municipal de Viseu chegou à conclusão e na minha óptica bem, que não conhece os espaços e como eles devem ser concebidos. Nada melhor de que quem os vai utilizar, dizer o que é que pretende desses espaços. Portanto, aí eu julgo que haverá alguma falha, mas também deverá estar a bola nos próprios jovens, que também deverão lutar por esse espaço e devem também colaborar para que ele aconteça. Por outro lado, falou-se aqui da inclusão. Eu julgo e desculpar-me-ão se estiver incorrecto, que as últimas Eleições Autárquicas disputadas pelo Partido Socialista em Viseu, nomeadamente na Freguesia de Mundão, não cumpriu sequer a lei da paridade. Portanto, nós falamos de paridade, mas depois quando temos que actuar não fazemos. Paridade é precisamente cumprir aquilo, que até foram vocês próprios do Partido Socialista que propuseram e aprovaram. Não tenho mais nada a dizer. Obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

- **TRINTA E QUATRO** – **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, do seguinte modo: “Muito obrigado Senhor Presidente, eu vou também ser rápido. Gostaria de começar naturalmente pela primeira intervenção. Antes disso eu gostaria de dizer porque é que escolhi o tema. Eu escolhi este tema livremente e a primeira intenção, foi dizer aos Senhores Deputados, que não tenho nenhum problema em abordar qualquer tema. Não foi nenhum dos Senhores Deputados que me exigiu que tratasse deste tema da inclusão. Portanto, eu trato todos os assuntos, todos os temas sem nenhum problema, mas gostaria de começar por dizer à Senhora Deputada Fátima, que já nos habituou também a este tipo e eu vou correr o risco de começar por dizer que isto é um ataque pessoal, não é, mas vivo bem com isso. Eu gostaria de lhe dizer que aquilo que traçou dá a impressão que é algum outro tema de algum concelho que a Senhora conheça melhor. Não é este concelho que usa medidas casuísticas, que tem trânsito caótico, andamos a reboque das políticas do Governo, aqui penso que percebeu tudo ao contrário, que não percebemos do direitos das crianças, que é uma população sem acesso a água e saneamento. Eu desafio-a a encontrar um concelho que tenha uma taxa de cobertura de água e saneamento superior à nossa, um! Bem, pode encontrar alguns concelhos que já têm taxas de saneamento e de abastecimento de água para pessoas que não moram lá, que os Senhores com as vossas políticas foram retirando do interior, isso sim. Já tem alguns concelhos que fizeram sistemas de abastecimento de água e saneamento básico para pessoas, que os Senhores se encarregaram depois pelas vossas políticas, de mandar para o litoral. Portanto, falou aqui dum concelho que não existe, a Senhora ajudou pouco na construção deste concelho, mas de facto, não é este concelho que veio para aqui descrever. Eu gostava de lhe dizer que não me revejo naquilo, mas isso é normal. Chegou a Sala de Estudo do Fontelo? Bem, depois fez uma comparação e eu desculpo-a pela comparação naturalmente. Fazer a comparação entre um investimento na construção de uma sala e depois aquilo que se gasta na manutenção e no funcionamento dos jardins-de-infância, de facto é uma coisa que não



lembra a ninguém. Se fizessem a comparação, eventualmente com aquilo que gastam em investimentos para fazerem construções de edifícios com financiamento, só pode ser mesmo por quem está fora disto. Sobre aquilo que o Senhor Deputado Esteves Correia disse, eu queria dizer-lhe que nós também ouvimos com muita atenção o que nos diz o Senhor Deputado Esteves Correia, sobretudo nesta problemática. E soubemos com tempo e com paciência, que este piso táctil que é incomodativo, que é exactamente para isso. Cidades mais evoluídas, capitais europeias como Bruxelas, têm até este sistema, é exactamente o mesmo, das linhas com guias, é exactamente o mesmo que temos aqui em Viseu. Se a incomoda, é exactamente para que as pessoas se vão apercebendo que há outros cidadãos que precisam daquilo e que o não devem utilizar. Portanto, foi aqui uma explicação cabal. Há uma coisa que nós já assentámos no Município, cada vez que tenhamos obras de requalificação da cidade, trataremos de colocar estes equipamentos, mas vamos fazer um esforço para na Central de Camionagem, mesmo antes das obras de requalificação, nós já pedimos e já envolvemos o arquitecto, que definiu a própria Central de Camionagem, para de facto, englobar este problema que o Senhor Deputado Esteves Correia aqui trouxe. Bem, eu gostaria de pedir uma coisa ao Senhor Deputado Correia de Campos, o Doutor Faria já lhe disse, o Senhor tem a tentação de querer colar o Presidente da Câmara a uma determinada imagem, o Senhor quer cultivar isso. Olhe que se calhar foi o pior protagonista, o Senhor também é conhecido por ter um feitio, bem complicado, as pessoas conhecem-no Senhor Deputado. Pode acusar-me do ataque pessoal, mas de facto, isso com certeza que foi alguma coisa que o Senhor estava a pensar, a fazer uma introspecção e a pensar em si. Portanto, não me leva com essa, Senhor Deputado e mais, deixe-me dizer-lhe outra coisa, eu recordo-me bem dos tempos em que o Senhor de vez em quando ia ao meu gabinete e falava sobre a acção que devíamos fazer na cidade e no concelho e dos altos elogios que nos fazia, mas quando passou a candidato o Senhor esqueceu-se disto tudo. Mas hoje também ficou provado por aquilo que disse e está registado, é que o Senhor também só vai ao Centro Histórico de quatro em quatro anos, foi aquilo que disse. É muito natural que o Senhor não conheça o Centro Histórico. O Senhor estava a pensar, diz que agora ia lá ver outra vez, passados quatro anos, quando andasse a fazer a campanha, ia lá outra vez ver como é que estava o Centro Histórico, esse é o seu mal. O Senhor também tem o GPS viradinho para Lisboa e agora parece que para Bruxelas também. Portanto, Senhor Deputado, nós precisamos de gente que venha ajudar, que construa, não vá por aí por esse caminho, que eu não me aflijo muito Senhor Deputado e mais, se pensa exactamente aquilo que também lhe reconhecemos como viseense ilustre, para ter uma opinião com mais impacto, nós para esse peditório já demos. O Senhor é um viseense como nós, se calhar fez muito menos pelo concelho do que aquilo que nós temos feito. É muito bom que o Senhor Deputado se habitue a respeitar, se quer o nosso respeito. Pode continuar com essas insinuações que terá da minha parte toda a verticalidade, a frontalidade, mas por amor de Deus, aquilo que o Senhor fez foi um verdadeiro ataque pessoal e sempre que o fizer, respondo-lhe da mesma moeda. Não tenho nenhuma limitação em relação a um ex-Ministro, nenhuma. Fique a saber, o Senhor respeita-me, respeitá-lo-ei, o Senhor faz esse tipo de acusações e leva pela mesma medida. Vamos até ao Concelho de Tondela, não é pela medida grande, mas é pela medida de Viseu, fique a contar com isso Senhor Deputado. Depois disse uma outra coisa que “isto não é um fenómeno viseense”, claro que não é. O Senhor queria que Viseu fosse no Centro Histórico, todas as políticas nacionais foram de molde a espantar as pessoas dos Centros Históricos, todas! E agora queria que Viseu fosse um oásis. Então mas quem é que incentivou ao aparecimento das instituições bancárias? Sim, sim, Quem é que as levou para o Centro Histórico? Quem é que fomentou o aparecimento das profissões liberais nos Centros Históricos? Fomos nós? Então os Senhores expulsaram as pessoas dos Centros Históricos. Agora as Câmaras estão a fazer um grande esforço para os levar para lá. Já



agora, para estar atento, essa medida que disse que viu numa outra cidade, se tivesse tempo se não se incomodasse com estas coisas apenas de quatro em quatro anos, saberia que o Concelho de Viseu tem exactamente uma deliberação a dizer que compra todas as casas devolutas para instalar casais e portanto não sabe, é natural. Já agora uma outra coisa Senhor Deputado, eu vou dizer-lhe isto pela última vez, eu gostaria que me respeitasse. O Senhor é um cidadão que eu respeito muito. Eu respeito-o da forma e das condições que o Senhor me respeitar e portanto, não é nenhuma reserva que possa ter que me sujeitar e inclusivamente a ter que fazer de acordo com aquilo que é o seu pensamento. Sobre a Senhora Deputada Graça Pinto, eu queria dizer-lhe que nós tratamos os cidadãos imigrantes e os cidadãos de minoria étnica como os outros. Para nós não há distinções, são todos cidadãos e portanto, quando estiverem metidos no nosso seio, quando vamos por exemplo à Escola de São Miguel e quando vemos oito ou nove nacionalidades diferentes, para nós são todos cidadãos de Viseu e tratamo-los da mesma maneira. Não temos nenhuma necessidade de fazer uma política para emigrantes, outra política para cidadãos de outra etnia, são tratados da mesma forma e são tratados no âmbito da nossa Acção Social. Sobre, nem sabia, digamos, dessas inclinações tão radicais com a preocupação com o Skate Parque, eu queria dizer-lhe que nós temos um Skate Parque, no Parque. É evidente, muito danificado e por isso é que a Câmara vai fazer outro no Fontelo, por aquele estar danificado. Olhe já o pusemos a concurso e até já ficou deserto o concurso, veja lá o primeiro concurso. Portanto, a Câmara vai insistir outra vez, mas é alguma coisa que para nós está perfeitamente definido, o Skate Parque. Aliás, o Skate Parque e já agora, para ficar também informada e um polidesportivo de desporto adaptado, que é exactamente para os cidadãos portadores de deficiência poderem fazer a sua preparação física e os seus exercícios à vontade. Sobre as questões que me colocou aqui o Senhor Deputado Fernando Carlos, eu queria dizer-lhe o seguinte, esse da Escola de Ranhados é um bom exemplo. A Escola de Ranhados já teve todas as vicissitudes, a última foi a visita de dois engenheiros, que ainda bem que vieram a Viseu, o Presidente da Parque Escolar, acho que é assim que se chama, por acaso com algumas propostas que nós não aceitámos e acho não deveriam ser sequer colocadas, mas que levou exactamente à nossa decisão sobre esta matéria. Portanto, está perfeitamente definido. Quando quiserem construir a Escola de Ranhados, é só enviarem o respectivo projecto, nós estamos à espera. Mais, estamos à espera e eu tenho a certeza absoluta que não há nenhum Membro do Governo consciente, que possa recusar alguma coisa que assinou em Diário da República, sob pena de transformar o Diário da República, se calhar, com uma condição de menor importância de que algum jornal desportivo. Aquilo que está em Diário da República é para ser respeitado, para ser cumprido e portanto, quando o Governo quiser e vamos obrigar a isso, de cumprir aquilo que está em Diário da República, a Escola de Ranhados começara imediatamente. Sobre as questões que colocou aqui o Senhor Doutor Mota Faria, naturalmente que disse que nós nem precisamos de novas competências para exercer esta Acção Social. Bem, só quem andar mesmo muito distraído, então será que os Municípios com novas competências na área da Acção Social, numa situação de crise, não dariam muito melhor resposta do que aquelas que são dadas a nível nacional? Depois disse que não tem nada a ver com a transferência de competências, também não podia ser outra pessoa a dizer isso Senhor Deputado, tinha que ser o Senhor Deputado Correia de Campos, a dizer que não eram precisas mais transferências de competências. Nós sabemos como é que o Senhor arrastou os pés com as transferências de competências que lhe diziam respeito. Portanto, é bom sabermos exactamente como é que o Senhor fez isso, portanto é natural que ache que os municípios o passam fazer, mesmo sem transferências de competências. Gostaria de lhe dizer que não há, não houve sequer contacto nenhum e mais, atrasos são reconhecidos pelos próprios Ministérios, toda a gente conhece. Os jornais de hoje trazem a indicação de que o Governo se compromete agora a pagar até ao dia dois



de Junho, vem hoje nos jornais das dívidas existentes. Nós temos dívidas ainda da Administração Central, do tempo da instalação da Polícia Municipal. Mas a mesma Administração Central, que tem esta dívida connosco há cinco ou seis anos, é a mesma que nos exige o depósito do dinheiro para alargarmos a auto-estrada para o Sátão. Que nos obriga a depositar o dinheiro à sua ordem para fazermos um equipamento que é de natureza colectiva e que é para uso de todos. É o mesmo Governo. Portanto, não há aqui nenhum cuidado em pagar as dívidas a tempo. Aliás, e ao estreito arrepio do que foi feito por exemplo como aquele que é feito quando se faz um programa de recuperação de dívidas, como por exemplo pagando às autarquia aquilo que lhes deve. As últimas duas referências, uma naturalmente para realçar aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Renato, também pelo Senhor Deputado Pedro Ruas em relação à paridade, é muito curioso. Queria cumprimentar aquela jovem Deputada do PSD, que está aqui atrás, tem mesmo uma cara muito feminina, é impossível que ninguém tivesse reparado, estou muito admirado, os Senhores Deputados acho que esperaram a sua saída para depois fazerem este número, a sério, há-de haver uma altura em que cá não está ninguém naquela bancada. Acho incrível que se venha dizer que não há ninguém aqui nesta bancada e não é a única, como se sabe. Hoje mesmo veio aqui um assunto que tem uma Presidente da Comissão que fazia parte desta bancada, a Cláudia Bento. Então as duas Senhoras Deputadas, colegas do Senhor Deputado Correia de Campos que vão para o Parlamento Europeu se por acaso ganharem as duas Câmaras mantêm a paridade? Ou quem enganam? Enganam dum lado ou de outro. Sim, sim, ou enganam num lado ou enganam no outro. Os Senhores falam muito mas esquecem-se da retaguarda. Têm muitos pecados muitas telhas de vidro e esquecem-se disso. Por último uma palavra para o Senhor... Agora já percebi o Senhor Deputado Alberto Ascensão, de facto o Senhor corrige sempre as coisas com as taxas. O que está a dizer aos municípios, ninguém vai na sua conversa, nem mesmo os municípios da sua cor. Nenhum vai na sua conversa e por isso é que aprovam por unanimidade, eu não lhe respondi e ouvi-o, as decisões da sua associação. O Senhor queria corrigir um erro que os Senhores fazem com as taxas municipais. Agora percebe-se porque é que o Senhor é um especialista em finanças. O Senhor o que está a dizer às Câmaras é assim, reduzam as vossas taxas Municipais até zero se for possível, porque nós os impostos nacionais, arrecadamo-los. É isso que o Senhor está a dizer. Então é possível corrigir um erro com outro? As taxas municipais são independentes do valor patrimonial, por isso é que é taxa, para incidir sobre o valor, quem estudou cálculo financeiro sabe que é isto. É fácil de perceber se não, não havia nenhuma autonomia das taxas. E mais, se queriam até fazer isto, quando o Senhor Primeiro-Ministro anunciou de forma tão rápida a redução das taxas do IMI, podiam fazer um corte maior. Em vez de passar de zero vírgula oito para zero vírgula sete, podia passar logo para zero vírgula cinco e nós cumpríamos. Então o Senhor está a dizer, nós fazemos os erros à vontade e os Senhores cortem isto com taxas. Mas que política é esta! Quer dizer se eu reduzisse na quinta do Bosque a mesma coisa do que no Bairro da Cadeia, estava a fazer dupla injustiça. Portanto, daquilo que se trata é aprovar os coeficientes de localização e não cortar, Os Senhores o que dizem é, baixe as taxas. De facto nós não seguimos esse conselho, porque só seguimos bons conselhos e esse não é um bom conselho, não é para seguir”.

- **MESA** – O Senhor da Mesa do seu lugar, profere as seguintes palavras: “De facto, hoje não temos o sistema de som em boas condições, está aos altos e baixos, aliás já me apercebi, porque na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, havia momentos em que não era perceptível. Portanto, este “Sistema Wireless” é uma nova tecnologia, mas não está a provar grandemente. Portanto, no intervalo vou ter que pedir aos serviços técnicos que voltem a rever todo o sistema de som, porque de facto não está nas melhores condições. Tenho um pedido de uso da palavra do Senhor Deputado Correia de Campos,



para fazer um protesto. Faça favor, tem a palavra Senhor Deputado”. -----

- **TRINTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Senhor Presidente, eu ouvi aqui do Senhor Presidente da Câmara, uma frase textual, sabemos depois de todo o comentário que eu fiz, sobre a questão e a tática do ataque pessoal e da vitimização pessoal de que usa. Disse: “Sabemos como arrastou os pés nas transferências de competências”. Senhor Presidente, o Senhor sabe muito bem que isto não é exacto, que isto não corresponde à realidade. Eu vou dar-lhe apenas um exemplo que lhe diz directamente respeito, pelo menos através da Associação Nacional de Municípios. O Senhor Presidente sabe que foi da minha responsabilidade a Lei das ACES, dos Agrupamentos de Centros de Saúde. O Senhor Presidente sabe que a primeira versão do ACES, o papel dos municípios era presidir ao Conselho Consultivo e apenas. O Senhor Presidente sabe que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, protestou e bem, por esse pequeno papel. O Senhor Presidente sabe que esta pessoa que interpelou, mudou imediatamente depois do vosso comentário, mudou o texto legal e o que acabou por ser aprovado foi uma participação de um membro dos Municípios da área da atracção das ACES no Órgão Executivo, que é também o Presidente do Conselho Consultivo. Portanto, dos três membros dos executivos da ACES, um, é um representante dos Municípios da área da Atracção. Senhor Presidente, peço muita desculpa, por muito veemente afirmar que não aceito a escrita da história. Muito obrigado”. -----

- **MESA** - Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira, dizendo o seguinte: “Para uma segunda intervenção, presumo, Senhora Deputada. Também para um protesto, sim senhora. Isto hoje é uma Assembleia cheia de protestos. Tem a palavra Senhora Deputada.”-----

- **TRINTA E SEIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS)** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “É é um protesto, porque realmente o Senhor Presidente da Câmara, já nos habituou também a uma linguagem que lhe é peculiar e que nós vamos aceitando como tal e eu acho que devemos terminar este ciclo e não nos deixarmos enredar neste tipo de argumentação, que não contribui para nada, nem para a dignificação desta Assembleia. E quando o Senhor Presidente da Câmara diz, “é de quem não percebe nada, é de quem nunca contribui nada, para a construção de Viseu”, isto eu considero um ataque pessoal. Aquilo que eu vim aqui dizer no meu papel de oposição nesta Câmara, é levantar questões que ando a levantar há vários anos. É o meu contributo de cidadania, face a questões do primeiro ciclo e do pré-escolar, que me dizem muito e sobre o qual eu acho que desenvolvi durante seis anos, enquanto tive essas responsabilidades, o melhor que fui capaz de fazer e portanto, não posso admitir que me diga, Senhor Presidente, que eu não contribuí nada para a melhoria de Viseu, porque ao trabalhar pelas escolas, estamos com certeza a contribuir para melhorar Viseu. Não devemos falar aqui em ataques pessoais, mas devemos falar em atribuição de responsabilidades. Quando se vem aqui dizer que o Executivo Camarário, não tomou esta ou aquela medida, não está de acordo com a nossa forma de intervenção em determinadas áreas, estamos a dar nomes aos responsáveis e é assim que devemos funcionar e trabalhar. Os responsáveis têm nomes e uma das coisas que muitas vezes passa nas conversas de café, na comunicação social, é dizer, o Governo, o sistema, os poderosos, os bancários, os políticos, mas estas pessoas todas têm nomes. E quando são responsáveis pelas políticas, têm que assumir a responsabilidade do bem e do mal, dessas próprias políticas e do reflexo que essas políticas têm. Portanto, não é um ataque pessoal, acho Senhor Presidente da Câmara, independentemente da consideração e do respeito que lhe devo e que tenho, responsável pela política educativa do Executivo, não considero, outro responsável se não o Senhor. Portanto, eu não concordo com ela e é essa a opinião que aqui expressei, com o respeito com que costumo fazer, sem ataques pessoais. E portanto, também não os admito





relativamente a mim”. -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

- TRINTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “Vou terminar pela minha parte, mas não mudo nem uma palavra, daquilo que disse, nem uma palavra. Se fosse preciso, não vou aqui discutir os problemas da Associação de Municípios, não é aqui este fórum, mas se o fosse a discutir, tinha comigo toda a gente dos mesmos quadrantes, que têm exactamente a mesma apreciação. Portanto, não é sequer minha esta apreciação, é uma apreciação generalizada. Oh Senhora Deputada Fátima, eu queria dizer-lhe o seguinte, já me habituei a que a Senhora se tente vitimizar, eu conheço-a há muitos anos e a Senhora tinha obrigação de me conhecer. Nós partilhámos durante muito tempo funções no mesmo sítio, eu inclusivamente, fui seu director e sabe que eu não sou capaz de fazer essas confusões. A Senhora mudou muito, naturalmente, muito, sobretudo quando se deixou rotular, não tenho nada contra isso, mas tudo o que faz tem uma perspectiva política, tudo! A Senhora diz que eu sou responsável político educativo do concelho, com muito gosto. Pensa que me está a encostar à parede por isso? Com muito gosto, com muito orgulho. Como os Senhores são responsáveis pela política nacional, se calhar já não têm tanto orgulho e tanto gosto como eu tenho da política local. É um problema vosso. Não percebi sinceramente e eu tenho uma profunda consideração por toda a gente, sobretudo do sexo oposto ainda mais, mas por amor de Deus, eu gostaria que me dissesse, quando é que eu lhe fiz um ataque pessoal. Por eu lhe ter dito que a Senhora fazia confusão entre o investimento no equipamento e a comparação com as despesas de funcionamento, foi por isso? Desculpe lá, tudo aquilo que lhe digo é em termos políticos e quando lhe disse que a Senhora não percebia nada, quando fez confusão, entre despesas de investimento e despesas de funcionamento, mantenho exactamente. Se vê nisto um ataque pessoal, olhe, tenho muita pena, mas não é essa a intenção”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Esgotámos o Ponto Um, de Informação do Senhor Presidente da Câmara. Penso que face à hora a que estamos, não faz sentido estarmos a começar o ponto seguinte, que é, “REVISÃO AO ORÇAMENTO E AS GRANDES E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO”, portanto eu vou interromper os trabalhos e retomamos às catorze e trinta. Acho que uma hora e meia é suficiente para almoço, para também não acabarmos muito tarde”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Muito boa tarde Senhoras e Senhores Deputados vamos recomençar os nossos trabalhos, já temos quórum e vamos então passar ao Ponto Dois, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Viseu”, nos termos da alínea c) do número dois do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, na sua actual redacção. O Senhor Presidente da Câmara está a solicitar que possa fazer a apresentação dos dois pontos juntos, não sei se algum dos Senhores Deputados se opõe. O Ponto Três como sabem é a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão e Documentos Financeiros da CMV e dos SMAS, referentes ao exercício económico de dois mil e oito”, nos termos da alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, na sua actual redacção. Separado? Então muito bem, separado. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto número dois da Revisão do Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Viseu”. -----

- TRINTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO - Usa da palavra para apresentar o ponto. “Este ponto refere-se à necessidade de reforçar as obras na Emídio Navarro, no protocolo que fizemos com a Santa Casa da Misericórdia e para pôr disponível para o Teatro Viriato. Também a requalificação da Casa do Miradouro,



depois uma candidatura última, que conseguimos com a Câmara de Vila Nova de Paiva, também para expropriações. Para as Unidades de Saúde Familiares e a extensão de Saúde de Lordosa e ainda para expropriações no Parque de Lordosa, e é apenas isto”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- TRINTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA

(PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Esta revisão do orçamento e às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Viseu, proposta pelo Executivo Camarário demonstra bem, além daquilo que o Senhor Presidente da Câmara também já explicou, mostra a atenção que os responsáveis pela autarquia prestam aos pormenores nomeadamente ao que diz respeito ao aproveitamento dos financiamentos. Existindo possibilidades de recorrer às últimas formas de financiamento disponíveis, no âmbito do terceiro quadro comunitário de apoio, com financiamentos até setenta por cento, em que um dos critérios de selecção propostos consistia na maturidade das mesmas e também no âmbito do QREN. A autarquia tem também aqui a necessidade de proceder ao adiantamento de participações comunitárias. Desta forma, tornou-se possível, além do que o Senhor Presidente já referiu também promover obras importantes para a requalificação de zonas nobres da cidade, como a Avenida Vinte e Cinco de Abril e a Praça da República. Onde se deve preocupar na minha opinião e salientar a calendarização que foi feita das obras e a informação que foi dada aos utentes. Ela está patente e é pública, ao virmos para aqui cruzamo-nos com ela, sobre essa mesma calendarização de forma a minimizar os efeitos do encerramento ao trânsito automóvel, nomeadamente as obras que vão ser feitas na Rua dos Bombeiros Voluntários, Rua José Branquinho, Avenida Alberto Sampaio e as obras que estão a ser realizadas na Avenida Vinte e Cinco de Abril e na Praça da República. Note-se, que nesta fase difícil que atravessamos, o facto de a Câmara Municipal de Viseu gozar de uma excelente saúde financeira, faz com que as obras submetidas a concurso tenham por parte das empresas candidatas às empreitadas, propostas bastante favoráveis. Pois há a percepção da garantia de recebimentos a curto prazo, pelo que, a nossa autarquia também necessita de aumentar a sua tesouraria para fazer fase as despesas que algumas delas posteriormente, receberão a contrapartida da participação de fundos comunitários. Gostaria de salientar aqui a preocupação que a autarquia tem em o fazer com a acção em contraposição a outras situações. Relembro também aqui, um exemplo que foi feito aqui há pouco, o que se passou há quatro meses atrás em que nos perguntavam, como se nós não acreditávamos na concretização das obras na estrada duzentos e vinte e nove que liga Viseu ao Sátão e parece que realmente nós acreditamos. Não somos como São Tomé, não precisamos de ver para crer, mas parece realmente que as obras necessitam de um empurrão para que realmente se concretizarem o seu arranque. Esta revisão orçamental prende-se também, como já foi dito pelo Senhor Presidente, com programas de preservação da floresta, nomeadamente na luta contra incêndios com a necessidade de catalisarem implementação da extensão de Saúde de Lordosa e das Unidades de Saúde Familiares de Abraveses, Orgens e Rio de Loba, bem como aumentos nas expropriações necessárias em várias áreas como na educação, nos parques empresariais e na rede viária, assim sendo e pelas razões expostas o Grupo Parlamentar do PSD apoia esta revisão do orçamento e as grandes opções do plano da Câmara Municipal de Viseu”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- QUARENTA – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA

CRUZ (PS) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “O Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprovará esta primeira revisão do orçamento de dois mil e nove. Revisão orçamental que é proposta pelo Executivo e é a contrapartida de uma utilização parcial em quatro milhões e seiscentos mil euros do saldo gerência do ano dois mil e oito. Com esta proposta de revisão orçamental, serão reforçadas dotações, que até então não



estavam, quer por via da aquisição de bens de capital, quer por via da transferência de capital. Quatro milhões e seiscentos mil euros, que reforça e portanto, melhora as dotações genéricas do orçamento de dois mil e nove. Esse reforço de verba no valor de quatro milhões e seiscentos mil euros, portanto, têm uma componente de bens como já disse, de bens de capital e transferências de capital, sendo que, a aquisição de bens de capital são cerca de quatro milhões e duzentos mil e que se destinam basicamente à aquisição de terrenos. Aprovaremos favoravelmente esta revisão orçamental, todavia gostaríamos que o Senhor Presidente torcesse e nós estamos na Assembleia Municipal como Órgão de Fiscalização. Queríamos ter um conhecimento mais exacto acerca da aplicação dos dois milhões de euros que prevê para o objectivo indústria e empresa”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- QUARENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO –

Pede a palavra para responder às questões colocadas: “Há última pergunta dou já a resposta, trata-se saber com a via estruturante do futuro parque Campo-Lordosa, portanto, como as expropriações não estão todas completas, nem era possível completá-las, nós já tínhamos decidido fazer a via estruturante, portanto, trata-se das expropriações para essa via estruturante que acompanhará a ligação entre a estrada número dois e a estrada A vinte e quatro. É fácil de perceber que é para expropriação destes terrenos, mas eu gostaria de fazer mais algum ênfase numa outra coisa que tem a ver com aquilo que foi referido, da possibilidade de a Câmara utilizar o saldo e para aqueles que sempre criticam a disponibilidade da Câmara com o saldo, vê-se agora a utilidade do saldo que a Câmara tem. Isto é se a Câmara eventualmente não tivesse nenhum saldo, se alinhasse nalguns conselhos, agora teria que aguardar que as verbas do QREN tivessem todas disponíveis para as poder cabimentar e para poder avançar com as obras. Portanto, estão a ver aqui Senhores Deputados, a vantagem de ter uma casa organizada”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Não, vamos passar à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Passamos ao Ponto Três, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o “Relatório de Gestão e Documentos Financeiros da Câmara Municipal de Viseu e dos Serviços Municipalizados referente ao exercício económico de dois mil e oito”, nos termos da alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, na sua actual redacção. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação”. -----

- QUARENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO –

Pede a palavra para fazer a apresentação do ponto. “Muito rápido, o relatório de contas na nossa perspectiva e dos Serviços, é bem regulador da intensa actividade que fizemos. Os SMAS cabimentaram mais do que o previsto e executaram mais de setenta por cento, o que atesta bem a amplitude do trabalho que foi executado. Salientar a eficiência dos recursos humanos, quer de um lado, quer de outro e que a Câmara atingiu um valor de execução, porventura, o mais elevado desde que.... (não é audível). Ainda hoje se falava muito da grande lição, que ainda hoje, nos dava aqui o Professor Daniel Bessa, eu espero muito sinceramente... (a Mesa interrompe)”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz as seguintes palavras: “Senhor Presidente peço desculpa, mas o problema técnico, não foi resolvido, pedia aos serviços técnicos que de facto estamos a ouvir aos altos e baixos, não pode ser, é para efeitos de gravação e não fica depois um registo correcto na mesma”. -----

- SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Retoma a palavra para

dizer o seguinte: “Eu agora já não voltei a mexer, por isso. Sim senhor, vamos então a isso, estava eu a dizer que muita gente enfatizou e com justiça a lição do Professor Daniel Bessa e naturalmente, que a perceberam bem. O que o Senhor Professor Daniel Bessa disse aqui



no sábado, era que havia uma grande diferença, não se trata da economia e quando se quer tratar apenas do social e é isto que a Câmara Municipal contra ventos e marés quer fazer. Tratou primeiro da sua economia, para depois fazer social, porque aconselhar as pessoas a fazer social, há sempre quem o faça. Tratar da economia nem todos lá chegam, nem todos dão esse conselho, portanto, eu comungo exactamente aquilo que foi dito e só para dizer, que ao contrário do que alguns consideraram extremamente extremista, a posição que o Senhor Professor Daniel Bessa aqui colocou, quando referiu o acréscimo de endividamento nacional em cada hora que passava, eu queria dizer-vos que a execução deste orçamento, estas contas são todas com uma particularidade, é que qualquer um dos Órgãos quer da Câmara quer dos serviços, pagaram a tempo e horas aos seus fornecedores, portanto, tanto empreiteiros como fornecedores foram ressarcidos com justiça dos serviços que prestaram”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- QUARENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Há um ano concretamente na Assembleia Municipal de dezoito de Abril de dois mil e oito, tive a ocasião de me debruçar sobre os processos judiciais em que o Município estava envolvido e que, pelas minhas contas – baseadas na análise dos documentos disponibilizados pelo Município e elaborados pela Sociedade de Advogados que lhe presta serviços jurídicos – se elevavam a quinze milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e setenta e seis euros. Tais números, aliás, ultrapassavam em cerca de seis milhões de euros os detectados pelo Revisor Oficial de Contas no seu Relatório, com a menção de que tais elementos não se encontram divulgados no Anexo de Demonstrações Financeiras, nem no Relatório de Gestão. Embora tendo mostrado apreensão pela análise, o Executivo Camarário nunca o desmentiu e, muito menos, fez prova de que a minha análise era incorrecta. No corrente ano, a fazer fé no ponto oito, do relatório de Certificação Legal de Contas, verificamos que o Município terá fornecido àquela sociedade ROC a informação, numa nota do anexo, “outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados”, de que cito,” foram instaurados processos em tribunal contra o Município, cujo desfecho é incerto, no montante de oito milhões, novecentos e setenta e oito mil e setenta e três euros. Do mesmo modo que no ano anterior, voltei a examinar, folha a folha, os resumos dos processos judiciais (e não apenas judiciais) em que o Município é parte e, talvez sem surpresa, obtive os seguintes resultados: No Tribunal Judicial de Viseu, expropriações considerando as condenações ou laudos maioritários de peritos no valor de nove milhões, cento e quarenta e dois mil, trezentos e setenta e oito euros e setenta e oito centavos. Expropriações sem indicação de valor concretamente de Maria Teresa Gomes Mota e Barcelconstroi, portanto, duas acções de condenação no valor de trezentos e treze mil, setecentos e cinquenta e oito euros e oitenta e oito centavos e além disso há mais duas acções sem indicação de valor referentes a Francisco António Reis e Restaurante São Mateus, isto dá um total no Tribunal Judiciário de Viseu de nove milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e sete euros e cinquenta e oito centavos. No Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, acções de condenação através dos valores peticionados de oito milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e oito euros e vinte e três centavos, para além disso, quinze impugnações de actos e providências cautelares. No Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra e o Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra como antigamente se chamava. Acções de condenação valores peticionados de cento e dez mil, cento e noventa e quatro euros, para além disso há um processo sem indicação de valor referente a Tecnovia-Ecopista e há impugnações de actos e providências cautelares em número de quatro. No Tribunal Judicial de Vila Nova de Gaia uma acção por acidente de trabalho de trinta e sete mil, trezentos e noventa e oito euros e vinte e oito centavos. Tentativas de conciliação extrajudicial, uma dos SMAS,



outra construções José Coutinho no valor de setecentos e trinta oito mil, duzentos e noventa e nove euros e trinta e oito cêntimos e uma do Conselho Superior de Obras Públicas sem indicação de valor. A estes valores apenas encontrei, a crédito do Município, um crédito reconhecido sobre a Tevisil, de quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete euros e dezanove cêntimos e a condenação de uma funcionária em dois mil e quinhentos euros, pelo que, deduzo estes valores, às responsabilidades do Município que assim ascendem a dezoito milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, trezentos e trinta e dois euros e vinte cêntimos. Estes números, como é óbvio, afastam-se substancialmente dos oito milhões, novecentos e setenta e oito mil e setenta e três euros, indicados pelo Município à Sociedade Revisora Oficial de Contas e, como são obtidos da análise de documentos disponibilizados pelo próprio Município, apenas é possível, na minha modesta opinião e salvo outra melhor, retirar uma de duas conclusões; Ou bem que os valores fornecidos à Sociedade ROC se referem exclusivamente aos processos entrados em tribunal no ano económico em apreço de dois mil e oito; Ou bem que o Executivo Camarário não forneceu informações completas sobre esta matéria aos Senhores Revisores Oficiais de Contas. Permitam-me duas reflexões finais: Afigura-se-me excessiva a conflitualidade relativa a expropriações, que ascende aos trinta e três processos judiciais, o que, a meu ver e atenta a disparidade dos valores proposta pelo Município e os valores reclamados pelos expropriados, bem como o resultado final achado quer nas sentenças quer nos Laudos Periciais Maioritários, normalmente muito diferentes dos propostos pelo Município, parece indicar de que, ou o Município tem por hábito avançar com propostas de indemnização demasiado baixas e desfasadas dos valores de mercado ou, o que seria mais grave, prefere a via judicial para dilatar os prazos de pagamento das indemnizações. Por outro lado, pelas minhas contas, as responsabilidades judicialmente exigidas ao Município subiram, de dois mil e sete para dois mil e oito, pelo menos – visto que existem, como referi, processos judiciais cujo montante de responsabilidade para o Município não vem reflectida na folha relativa aos mesmos – o montante de três milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis euros e vinte cêntimos, uma vez que as mesmas se cifravam em quinze milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e setenta e seis euros em dois mil e sete. Números seguramente preocupantes e que, a serem correctos, como parece, podem por em causa as demonstrações financeiras do Município de Viseu. Por isso que aguardo, com expectativa, o que sobre este assunto se vier a pronunciar o Senhor Presidente Câmara. Uma nota final a dizer, nos relatórios dos Senhores Revisores Oficiais de Contas vem a referência de que não entrariam nesses oito milhões, novecentos e setenta e oito mil, zero setenta e três euros, uma acção movida pelas herdeiras do Senhor Coronel Joaquim Esteves Correia que sendo do valor de cinco milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco euros, terá sido julgada improcedente tal acção, portanto, nas contas que eu apresento, esses valores não entram mais. Dos documentos disponibilizados essa acção relativa às herdeiras do Senhor Coronel Esteves Correia não está incluída”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Alberto Ferreira. -----

- **QUARENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Antes de propriamente entrar na questão do Relatório e Contas, permita-me que expresse aqui a minha opinião acerca do enquadramento em que se desenvolveu toda a actividade da Câmara Municipal de Viseu ao longo de dois mil e oito. Caracterizando o ambiente em que se desenvolveu toda a actividade do Município e do SMAS no ano de dois mil e oito, assistimos a partir de meados do ano, ao início de uma crise mundial declarada sem precedentes, caracterizada pelos sucessivos escândalos financeiros a que Portugal não ficou imune e diga-se que a Câmara conseguiu libertar-se também de uma parte substancial dessa responsabilidade a partir de Janeiro de dois mil e nove. Este contexto





conduziu, inevitavelmente, a que a actividade económica nacional no final de dois mil e oito se tenha ressentido, com um abrandamento das suas taxas de crescimento. Também a maior resistência das condições de financiamento, associado a elevadas dificuldades criadas pelo endividamento dos particulares e empresas, provocou e continuará a provocar fortes estrangulamentos no tecido empresarial, assim como afectar os níveis de bem-estar da população em geral. Com o agravamento da situação económica e financeira, assistiu-se a um progressivo agravamento das tensões sociais, ao crescimento da pobreza, da exclusão social e da taxa de desemprego. Aqui a Câmara Municipal de Viseu, portanto, tomou algumas medidas no sentido de debelar no Concelho algumas destas dificuldades que se prendem com a pobreza, com a exclusão social. Para além das regras de contenção financeira impostas pela administração central, irão ter um forte reflexo na actividade municipal dos próximos anos os problemas sociais decorrentes da degradação crescente do nível de vida das populações, com maior incidência nas camadas populacionais mais desfavorecidas. A intervenção do Governo na esfera fiscal municipal, com a redução do limite superior das taxas do IMI, irá reduzir a capacidade financeira das autarquias locais de forma considerável, sem que tivessem sido perspectivadas as devidas compensações. A análise que nos propomos efectuar visa, objectivamente, avaliar a forma como as contas e respectivo relatório foram apresentadas, assim como, evidenciar o desempenho das entidades e desmistificar o emaranhado de números e quadros que as compõem. Assim sendo, relativamente ao SMAS: O Relatório e Contas expressam de forma clara e apropriada a situação patrimonial, financeira e económica desta entidade. Neste sentido, convém referir os seguintes aspectos: Do ponto de vista económico, o resultado líquido do exercício manteve a tendência de crescimento, atingindo o valor de cerca de oitocentos e seis mil euros. Apesar de ter havido um ligeiro agravamento nos custos operacionais, os mesmos foram compensados com um acréscimo superior no valor das prestações de serviços, traduzidos num acréscimo de resultados de cerca de trezentos mil euros, com relação a dois mil e sete. Do ponto de vista patrimonial, registámos um investimento de cerca de sete, vírgula seis milhões de euros, sendo que cerca de cinquenta e sete por cento se referem ao aumento da rede de saneamento básico, conforme assinala o Relatório de Gestão. Do ponto de vista financeiro, o balanço transmite uma situação de equilíbrio financeiro de curto prazo e uma independência financeira face aos credores. É pois certo que, o SMAS tem sustentabilidade económica, patrimonial e financeira, se para tal forem continuadas as políticas de gestão que têm sido seguidas ao longo dos últimos anos. Relativamente ao Município. O Relatório e Contas da CMV, elaborados de acordo com o normativo do POCAL (Decreto-Lei cinquenta e quatro A de mil novecentos e noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro e legislação subsequente), espelham adequadamente as situações económica, financeira, patrimonial, orçamental e de tesouraria do ano de dois mil e oito. Assim sendo, salientamos os seguintes aspectos: Do ponto de vista orçamental, podemos analisar dois níveis: Relativamente às GOP's (às Grandes Opções do Plano), verificamos que apresentaram um aumento de doze por cento face ao ano anterior, tendo atingido uma taxa de execução orçamental de setenta e sete vírgula nove por cento, o que representa um pagamento superior a trinta e três milhões de euros, apresentando como funções mais relevantes as Sociais (com cinquenta e três vírgula um por cento) e as Económicas, com vinte e cinco vírgula quatro. Relativamente ao Orçamento verificamos o seguinte: Em termos orçamentais e tal como assinalado no Relatório de Gestão, constata-se que existiu um aumento de cerca de dez por cento na execução orçamental global da receita e da despesa, sendo o melhor desempenho dos últimos três anos: na Receita foram oitenta e três vírgula noventa e cinco por cento e na Despesa oitenta e dois vírgula setenta e um por cento. Do total das receitas correntes, saliente-se que sessenta e três por cento são receitas próprias do Município, enquanto que, o restante trinta e sete por cento se refere a transferências correntes da Administração



Central. As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução orçamental baixa (trinta e sete vírgula seis por cento, oito vírgula seis milhões de euros), resultante sobretudo, da não transferência das verbas aprovadas, relacionadas com fundos comunitários e contratos programas com a Administração Central, pelo que estão em dívida. As despesas correntes apresentaram uma execução orçamental de noventa e um vírgula sete por cento, sendo que as rubricas com maior peso são as despesas com o pessoal com quarenta e três por cento (as quais, comparadas com as receitas correntes, representam cinquenta e seis por cento destas, encontrando-se abaixo do limite máximo legal – sessenta por cento), as aquisições de bens e serviços, com cerca de trinta e três por cento e transferências correntes para freguesias e instituições de dezoito por cento. Relativamente ao princípio do equilíbrio corrente, verifica-se que as receitas correntes foram maiores que as despesas correntes, evidenciando uma poupança corrente na ordem dos vinte e sete por cento (cerca de catorze vírgula seis milhões de euros). O que equivale a dizer, é uma capitalização de receitas correntes em receitas de capital. Em termos de saldo orçamental (de gerência), verifica-se a continuação da evolução positiva, que permite ao Município dispor de recursos disponíveis para efectuar pagamentos de forma atempada (no mínimo dentro dos prazos definidos), traduzindo-se num possível contributo para amenizar os problemas financeiros dos fornecedores e consequentemente contribuir para a dinamização da economia local. Do ponto de vista económico-financeiro, podemos destacar os seguintes aspectos: Em relação ao balanço: No presente exercício, em resultado de uma análise mais aprofundada às demonstrações financeiras foi detectada em duas fichas de imobilizado, uma incorrecta valorização dos bens inventariados resultante da não conversão dos valores em escudos para euros, no exercício de dois mil e dois (ano da implementação do POCAL). Esta anomalia foi devidamente tratada pelo Município no presente exercício tendo merecido a concordância do auditor externo (conforme exposto no ponto oito, três da Certificação Legal das Contas). Esta correcção implicou uma diminuição do activo e consequentemente do património no montante de trezentos e noventa e sete milhões, setecentos e um mil e cento e noventa e três euros. O aumento dos resultados transitados dos anos anteriores por contrapartida da anulação das Amortizações Acumuladas, convém dizer aqui que de facto se não fosse, não tivesse sido feita esta sobrevalorização, ter-se-iam aumentado os resultados ao longo dos cinco últimos exercícios, portanto, dois mil e três, dois mil e quatro, dois mil e cinco, dois mil e seis e dois mil e sete no valor de cento e vinte e um milhões de euros, portanto o que do ponto de vista financeiro e isto é inócuo são custos que não são desembolsos e como tal não tem qualquer impacto em termos financeiros, tanto a nível das finanças da autarquia. Nas restantes rubricas, destacamos um aumento das dívidas de terceiros na ordem dos seis milhões, trezentos e oitenta mil euros mais oitenta e sete vírgula dois por cento, que resultam, em grande parte, da não transferência de receitas de capital aprovadas (fundos comunitários e contratos-programa com a Administração Central conforme já referimos anteriormente, quando falamos do Orçamento). Relativamente à conta de exploração o resultado líquido do exercício de dois mil e oito foi positivo em cerca de sete, vírgula oitenta e cinco milhões de euros, o qual representa um aumento superior a vinte e um milhões de euros, face ao exercício anterior. Este aumento justifica-se: Sobretudo, pela não contabilização das amortizações relativas à sobrevalorização dos activos, estas amortizações diminuíram em dezanove milhões de euros. E, pelo desempenho positivo evidenciado nas restantes rubricas, das quais se destacam: um acréscimo de proveitos de cerca de quatro vírgula cinco milhões de euros, que mais que compensaram um acréscimo de custos de dois vírgula cinco milhões de euros. Refira-se ainda que foram implementados procedimentos de contabilidade de custos, tornando a contabilização do custo das mercadorias vendidas de forma bastante mais rigorosa. Em termos económicos e financeiros, verifica-se que o Município alcançou um desempenho global muito positivo. Pela análise dos indicadores



económico-financeiros, destaca-se: As dívidas de terceiros representam dezoito, vírgula cinco por cento do total do activo, evidenciando capacidade financeira do Município. O endividamento de médio e longo prazo absorve vinte e um por cento dos fundos próprios e quarenta e oito, vírgula seis por cento do imobilizado corpóreo. O total do passivo exigível representa vinte e nove, vírgula, um por cento dos fundos próprios do município, sendo que o exigível de curto prazo, representa somente sete por cento. Relativamente ao endividamento, verifica-se que o Município dispõe de uma capacidade de endividamento de mais de nove milhões de euros. Em conclusão para finalizar a minha intervenção não poderei deixar de assinalar o esforço dispendido por todos quantos tornaram possível a elaboração destes documentos que apreciámos, não só pela qualidade evidenciada pelos mesmos, como ainda a colaboração em todas as solicitações posteriores. Em nosso entender, os presentes documentos submetidos à apreciação desta Assembleia, são o espelho da gestão criteriosa, profissional e dedicada que a actual administração da autarquia imprime à sua actuação. Assim, propomos a esta Assembleia que as contas sejam aprovadas, realçando mais uma vez a qualidade dos documentos e o trabalho dos seus responsáveis. Peço desculpa porque pela primeira vez excedi-me nesta Assembleia”. --

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- QUARENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Em primeiro lugar gostaria de fazer uma pequena observação relativamente à transferência de saldo de contas de gerência. Nós nunca aqui fizemos nenhuma crítica à execução orçamental com base no montante dos saldos da conta de gerência transitados e se o Senhor Presidente, ao dizer que a transição do saldo quatro vírgula seis milhões de euros se destinam a aumentar o activo municipal, não vejo onde é que isso possa ser alguma coisa de incorrecto. O incorrecto seria de que efectivamente não tivesse saldo para transitar e portanto, isso não significa sequer uma asserção minimamente aceitável. Só por mera demagogia. Em segundo lugar gostaria de referir que efectivamente analisar as contas de gerência do ano dois mil e oito em dez minutos, é tarefa absolutamente impossível de fazer, de maneira que eu passarei apenas a fazer alguns comentários que me parecem importantes neste momento em que reflectimos o desempenho da execução orçamental da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados relativamente ao exercício de dois mil e oito. A apresentação das contas anuais da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados perante a Assembleia Municipal é um momento importante, na medida em que consubstancia o nosso acompanhamento e fiscalização sobre os actos de gestão municipal. A prestação de contas, “accountability” como sinónimo da obrigação de responder pelos seus actos, permite-nos compreender e avaliar quais os objectivos, programas e projectos contemplados no Orçamento e nas GOP’s que foram realmente executados e saber-se ainda, relativamente aos que ficaram por cumprir, quais as razões que impediram a sua concretização. Este processo de prestação de contas é hoje mais credível, que em passado recente, e isso é uma decorrência da Lei número dois de dois mil e sete, a Lei das Finanças Locais que introduziu mais clareza, transparência e rigor na compreensão dos actos de gestão do município, nomeadamente em matéria financeira. O Auditor Externo nomeado por esta Assembleia é disso uma garantia, ao expressar “uma opinião profissional independente” na análise que faz das demonstrações financeiras. No Parecer do Auditor Externo relativo ao exercício de dois mil e oito, este certifica que as demonstrações financeiras apresentam “ de forma verdadeira e apropriada” a posição financeira do município de Viseu, em trinta e um de Dezembro de dois mil e oito, resultante das suas operações e da execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no POCAL. Todavia, os ênfases levantados pelo Parecer do Auditor Externo leva-nos a questionar se as demonstrações financeiras estarão isentas de distorções materialmente relevantes. É aceitável que não se



constituam provisões para fazer face ao montante de oito milhões, novecentos e setenta e oito mil e setenta e três euros de processos instaurados em Tribunal contra o Município e cujo desfecho é incerto. Este valor é um valor que ainda há pouco aqui foi demonstrado pelo Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho que atinge uma verba significativa de dezoito milhões, seiscentos e dezasseis mil, quinhentos e noventa e nove euros e trinta e nove centímetros. A correcção da sobrevalorização do activo e do Património, registado em dois mil e três, no montante de trezentos e noventa e sete milhões, setecentos e um mil, cento e cinquenta e três euros, já referido pelo Deputado José Alberto, contabilizados em escudos, quando deveria ter sido o valor convertido em euros e contabilizado em euros, com o decorrente cálculo das amortizações por cinco anos, leva-nos a questionar que o grau de segurança temos para avaliar da evolução dos activos do município. Não deixa de ser preocupante, porém, como referia Bento de Jesus Caraça, “admitir o erro e corrigi-lo é trabalhar em prole da verdade”. Pois é mesmo disso que se trata, da verdade das contas, não podemos duvidar. Mais uma vez, ficamos sem saber, por indisponibilidade de informação financeira, se as empresas participadas pelo Município: NIT – Negócios Inovação e Tecnologias, SA, MUNICÍPIA – Empresa de cartografias e sistemas de Informação, SA e HABILISOLVIS, Empresa Municipal, tal como GESTIN VISEU, Parques e Empresas de Viseu, SA, VISEUNOVO – SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana, SA e WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, SA, que evidenciam resultados contabilísticos negativos, se são economicamente rentáveis e se merecem a manutenção ou não, ou até o reforço dos capitais municipais, sobre isto não temos qualquer informação. Apesar da Câmara Municipal ter realizado aplicações financeiras no Banco Privado Português no valor de sete milhões, cento e sessenta e oito, duzentos e cinquenta e três mil e noventa e seis centímetros, decorrentes, não duvidamos, da prévia consulta de mercado, sendo que desta verba, já no decurso deste ano foram resgatados seis milhões e portanto, ficando de incerta recuperação e como tal susceptível de provisão a reflectir nas demonstrações financeiras de dois mil e oito. Como sabemos o risco envolve sempre a decisão financeira, pelo que a prudência deverá ser a regra de ouro antes de a tomarmos, que informação tem o Senhor Presidente quanto a este montante de um milhão, cento e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e três euros e noventa e seis centímetros. Será esta verba devolvida ou constituirá uma perda financeira para o erário municipal? O balanço e a demonstração de resultados do exercício de dois mil e oito, têm pois, em nosso entendimento, custos sub-avaliados com repercussão na sobrevalorização dos resultados apurados, quer os operacionais, quer correntes, apesar da correcção por via da diminuição das amortizações. A dívida a instituições de crédito situa-se em trinta e um de Dezembro de dois mil e oito em cerca de vinte e oito milhões, noventa e nove mil, novecentos e trinta e seis euros e nove centímetros, evidenciando uma redução de três vírgula cinco por cento comparativamente com dois mil e sete. A dívida do Município em trinta e um de Dezembro de dois mil e oito, corresponde a trinta e um milhões, oitocentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte e nove euros e dez centímetros, dentro dos limites de endividamento municipal calculado, como aliás já foi aqui também referido pelo Senhor Deputado José Alberto Ferreira. Em termos de execução orçamental, relevamos a gestão da actividade corrente como garante da consolidação financeira do município de que resulta uma poupança corrente de catorze milhões, setecentos e trinta mil, novecentos e oitenta e dois euros e quarenta e cinco centímetros. Poupança corrente que tem origem no controlo da despesa mas sobretudo no excessivo peso dos impostos e taxas na receita corrente cerca de cinquenta vírgula cinco por cento. Sabemos que os instrumentos disponíveis para a autarquia na criação de receita têm pouca elasticidade de acção, pelo que sempre defendemos bom senso, gradualismo e justiça na aplicação da política fiscal do município. Veja-se, que a tributação do património, no seu conjunto, contribui para a arrecadação da quase totalidade dos impostos directos, dezasseis milhões, duzentos e quatro mil,



quinzentos e setenta e três euros e trinta e oito cêntimos correspondente a nove milhões, novecentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos. Uma arrecadação histórica. Ahamos excessiva a penalização feita sobre as famílias e as empresas no que respeita à tributação do património. Sempre, o Partido Socialista e os seus Vereadores denunciaram a aplicação de critérios de avaliação dos coeficientes de localização; bem como, sempre propusemos a redução da Taxa Municipal sobre Imóveis. Também na Derrama, imposto directo que incidia sobre a colecta do IRC, atingiu um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta e seis euros e seis cêntimos. Aqui está o resultado do que tem sido, até há pouco tempo, uma política fiscal de agravamento sobre os agentes económicos instalados no Concelho. Em termos da estrutura da receita refira-se o peso relativo em cerca de quarenta e um por cento das transferências da Administração Central na despesa total. Na estrutura da despesa relevamos o peso das despesas com o pessoal, com vinte e quatro vírgula dois por cento das despesas total e a aquisição de bens e serviços com um peso de dezoito vírgula sete por cento sobre a despesa total. E ainda, as despesas por transferências correntes e de capital, maiores estas que as primeiras e com volume inferior aos passivos financeiros. Sendo certa que as transferências de capital se reproduzem em investimento, já as transferências correntes constituem uma “bolsa” de encargos sobre as quais se podem definir os critérios de atribuição que ajudarão a controlar a despesa. Em matéria de investimento foram investidos trinta e três milhões, trezentos mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos, mais cinco vírgula seis por cento que em dois mil e sete, com um padrão de investimento focado sobre o material e sem qualquer novidade, vai para duas décadas. O cepticismo que tínhamos sobre a execução deste orçamento tinha toda a razão de ser, pois a linha estratégica que a maioria do PSD prossegue na autarquia ainda não conseguiu resolver os desafios que se colocam ao Concelho: A desertificação do Centro Histórico; A ausência no enquadramento dos novos desafios com que se confronta o comércio tradicional; Um permanente adiamento da programação de novas áreas industriais; A falta de uma ideia mobilizadora para Viseu capaz de dinamizar a actividade turística, que por iniciativa privada, se vai reforçando; O atraso na concretização da satisfação das necessidades em matéria de saneamento básico, onde muito falta fazer, nomeadamente na manutenção e execução de ETAR's; Finalmente, um PDM obsoleto e desajustado, cuja revisão se impõe, permanentemente propagandeada longe da conclusão e que impede a coesão territorial e a coesão social que todos desejamos para o Concelho. Com esta política dificilmente teremos o desenvolvimento sustentável a nível do Concelho que ambicionamos. Razões suficiente para apreciarmos negativamente esta prestação de contas”.

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- QUARENTA E SEIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu embora tenha biblioteca, que preso muito, não sou expert em finanças nem economia, pelo que obviamente, não vou poder, porque não me encontro para tal habilitada, fazer uma análise no plano contabilístico e numérico. Não gosto de meter a foice em campos que não aprendi a trabalhar, pelo menos com rigor e algum conhecimento que não seja tão profundo. Sei aquilo que sei que é necessário saber, com a ajuda de quem pode contribuir para o enriquecimento dos meus conhecimentos, mas não sou de facto polivalente, penso que não o seremos todos. Eu antes de passar à abordagem do tema em questão, gostaria de tecer aqui um comentário que não estava nas minhas intenções mas no decurso desta Assembleia, inclusive no período da manhã, fez-me de facto, suscitar a vontade de o fazer. Foi aqui citado por diversas vezes, o contributo aliás, brilhante como aqui foi dito, do Senhor Doutor Daniel Bessa, para o debate que teve lugar na Sessão Extraordinária do “Vinte e Cinco de Abril”. Ainda há pouco o Senhor Presidente da Câmara invocou a esta





Assembleia a intervenção do Doutor Professor Daniel Bessa, no sentido de apoiar a defesa da sua gestão autárquica. Eu queria só lembrar aqui uma observação que se calhar ficou esquecida, do Senhor Doutor Daniel Bessa e que é um bocado metafórica, no sentido que antes do “Vinte e Cinco de Abril”, nós teríamos sido um pobre País rico e que na opinião ainda do Senhor Doutor Daniel Bessa, não quer dizer que eu partilhe dessa opinião, hoje somos um País pobre de alguns ricos, referindo-se aliás, ao fosso entre os que mais têm e os que menos auferem. Isto para dizer que tem uma notável saúde financeira, que é inegável e que ninguém aqui contesta e que digamos, é um do palmarés da gestão financeira autárquica, com toda a justiça. É dos Municípios que tem saúde financeira, os critérios que normalmente são utilizados para aferir dessa situação, o que quer dizer que as opções políticas... (isto hoje está mesmo mal, isto hoje de facto, está com irregularidades muito grandes, como bem continuo a sentir eco e vocês também devem sentir e não é pouco, por isso é que eu há bocadinho tentei desligar, se calhar é melhor falar sem esta ampliação)”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar interrompe para dizer o seguinte. “Não, não pode ser porque tem que ficar gravado”. -----

- SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRACA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Retoma a sua intervenção dizendo o seguinte: “Estava eu a dizer que a saúde financeira na minha opinião, que não sou formada nessa área, nem sempre traduz e muitas vezes não traduz apostas políticas correctas, no ponto de vista dos cidadãos e do desenvolvimento, isso quer a nível local, quer a nível nacional. E em nome dessa saúde financeira do País a nível nacional, nós vimos que os funcionários públicos perderam o poder de compra nos últimos anos, viram as sua condições de vida agravadas, aumentou o número de desempregados, o sector público atravessou em várias áreas uma crise grande e isso não se traduziu de facto, no avanço do País no sentido de ultrapassar os seus desafios no plano económico, que são fundamentais para um progresso a curto e médio prazo e para o desenvolvimento sustentado e sustentável. Posto isto, esta introdução, eu penso que estamos mais uma vez perante um relatório de gestão e de contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, que plasmam opções de que os munícipes estiveram arredados. Temos recorrentemente aqui nesta Assembleia, defendido mecanismos de democracia participativa, não só na construção de documentos estratégicos da Câmara, mas também de acompanhamento da sua implementação. Esses mecanismos infelizmente, não têm tido a adesão do Executivo Camarário que não considera importante a democracia participativa. O relatório presente a esta Assembleia cumpre de forma burocrática o imperativo legal, que é óbvio, se sucede periodicamente, de resto e para além disso, nada de mais de novo. Nenhuma inflexão das opções de fundo da política camarária e portanto, a execução das suas políticas, também não nos trazem grandes novidades. A continuar na política do alcatrão e do betão que representa dezassete por cento do investimento municipal, confirmou-se de acordo com o que estava planeado, o Município continua a gozar de uma inegável saúde financeira, graças em grande medida à carga de imposto municipais, com particular destaque para os directos. A este respeito não podemos deixar de registar o aumento em vinte e cinco, vírgula cinco por cento da receita correspondente aos impostos directos, com particular destaque para o crescimento em quarenta e um por cento, dos provenientes do IMI, num período grave de crise económica e financeira e com consequentes dificuldades económicas dos cidadãos e cidadãs. O que de facto está em causa, são as opções políticas, ausência de uma estratégia coerente, que promova a melhoria das condições de vida dos munícipes e promova o desenvolvimento sustentado e sustentável do Concelho. O acréscimo de despesas verificado na função económica que alegadamente visavam a dinamização da economia local, continuam a não serem eficazes, no que se refere aos grandes desafios do Concelho, nomeadamente o combate à desertificação do Centro Histórico, a agonia do pequeno comércio e às



assimetrias entre as freguesias urbanas e as rurais. Sendo que se tem vindo a registar um aumento da população jovem no Concelho, devido em grande parte à atracção exercida pelas Instituições do Ensino Superior aqui sedeadas, não se vislumbram políticas no sentido de potenciar esta realidade e de se criar uma nova dinâmica cultural na cidade. É um relatório que reflecte bem a falta de respostas criativas e ousadas aos desafios da cidade, que nos dá conta de mais, do mesmo, uma gestão deficitária e respostas viradas para o futuro. Obrigada”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões que lhe foram suscitadas.

- **QUARENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** –

Usa da palavra para responder às questões que lhe foram suscitadas, do seguinte modo: “Vou tentar dar resposta às questões que foram aqui colocadas sobre as contas da Câmara e gostaria de começar primeiro pela primeira apreciação. De facto, já houve aqui uma boa alteração, o representante do Partido Socialista queixava-se que só tinha dez minutos, os dez minutos são por cada Deputado, o que significa que os pedia multiplicar pelos Deputados que tem, aliás, hoje descobriu-se um novo Ministro das Finanças por parte do Partido Socialista. Veio o Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho também já falar sobre finanças, portanto, podia ter cada um usado os dez minutos e nós estaríamos aqui a ouvi-los para lhes dar resposta. Não o fizeram porque não quiseram. Mesmo assim, eu gostaria de dizer com todo o respeito que me merecem, que prefiro dar a resposta e discutir os assuntos, com o meu grande amigo e colega de curso e companheiro desta bancada, com o Doutor José Alberto, porque de facto, me sinto à vontade para discutir a linguagem que me agrada. É uma linguagem sem nenhuma inclinação em ver as contas, elas são frias, isto desagradava a muita gente. Eu gostava de deixar aqui um desafio, tomáramos nós que o País tivesse a evolução nas contas, que tem a Câmara de Viseu. Eu sei que não gostam de ouvir isto, mas pronto. Ouviram aqui o Doutor Daniel Bessa a dizer que nós que nos endividamos dois milhões de euros por hora. Vejam lá o que é que nos está a acontecer! Portanto, os meus amigos que tem esta responsabilidade, bem se vê que não fomos nós, os Senhores não são o Ministro das finanças, são representante do mesmo partido, vêm aqui criticar desta forma tão profunda as contas da Câmara de Viseu? Eu acho isso, não sei se corro o risco de fazer algum ataque pessoal, dum descaramento impressionante, não conheço outro termo, é um descaramento impressionante. Mas para dar respostas a algumas das perguntas que aqui foram colocadas, o Doutor Ribeiro de Carvalho, veio aqui dizer que está preocupado com o número de processos que a Câmara tem, como que seja a Câmara que mete os processos. Bem, como é que isto funciona? A Câmara tem processos e é bom que saibam, contra e a favor. Já agora, devo informá-lo que a Câmara moveu exactamente quando entrei, contra o Governo de então, e este Governo foi obrigado a pagar um, vírgula seis milhões de euros à Câmara. Portanto, este é para deduzir, mas contou tudo e então ficou muito preocupado. Depois há os processos que intentam contra a Câmara, que a Câmara nuns é condenado e noutros é absolvido, mas quem dirige isto são os juristas, não é o Presidente da Câmara que manda fazer os processos. Por exemplo, um dos processos que aqui referiu já foi julgado e a Câmara foi ilibada dele, eram cerca de quatro milhões de euros que foram solicitados. Bem, mas há outros processos. Eu queria dizer-vos quem faz estas contas, agora há uma coisa que eu não posso tolerar, é que se esteja aqui a insinuar que as contas do Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho é que estão bem e portanto, que eventualmente, os peritos o ROC, que nem se quer analisou bem, isso faz lembrar-me a questão do “sapateiro e da chinela”. Era o que faltava, não vai aqui alegar que a Câmara sonegou informações ao perito, espero que não o façam, ou então, que o façam de forma declarada. Gostaria de ouvir, que a Câmara que sonegou abertamente informações ao ROC, já para lhe lembrar uma outra coisa, o Senhor veio aqui falar timidamente duma coisita que leu do ROC, esqueceu-se foi de ler o relatório do



ROC, leu a parte que não interessava. Leu uma partezita, esqueceu-se de dizer que o ROC faz aqui uma apreciação sobre os resultados financeiros, os resultados extraordinários, os resultados líquidos, os rácios de liquidez, exactamente coincidente e não é por nada, com o do Doutor José Alberto e de grande elogio à Câmara. Olhe, a liquidez, três, vírgula oitenta e nove, a liquidez reduzida três vírgula oitenta e quatro, a autonomia financeira sessenta e seis por cento, a capacidade de endividamento oitenta e três, a cobertura do imobilizado, cento e um por cento, a solvabilidade cento e noventa e três por cento. Então, mas isto é o relatório que o ROC faz. Espero que seja elucidativo e também já agora, eu acho muito bem que as pessoas falem sobre tudo, mesmo quem diz e prepara as pessoas para dizer que não se mete nessas coisas, mas depois vai deixando, eu não sou perito, deixam-me lá analisar pode ser que caia alguma coisa, mesmo que traga cá a posição de outros. Por amor de Deus, eu gostaria que lessem as contas da Câmara, naturalmente são contas que se podem apresentar em qualquer sítio. Depois começar por dizer, como foi aqui dito pelo Senhor Deputado João Cruz, bem nós nunca fomos contra o saldo, claro que não. O Senhor não evidenciou foi uma coisa que é paradigmática de quem gere bem as contas, disse-o de forma muito suave, que a Câmara fez uma poupança corrente para despesas de investimento de quinze milhões de euros. Isto é de suprir, nomeadamente, a dívida que o Governo tem e que não paga. Portanto, cá tem uma Câmara que podia fazer despesa corrente, porque tem receitas correntes que o justificavam e que poupou dessa despesa corrente, quinze milhões de euros para o betão e para o alcatrão que os Senhores não gostam, mas que nós gostamos muito, enquanto ele falta aqui. Eu sei porque é que os Senhores não gostam do betão e do alcatrão, é porque não são capazes de pôr betão e alcatrão em lado nenhum. Veja o que se está a passar com a duzentos e vinte e nove, nem um bocadinho... Os Senhores andam a arrastar, a arrastar para fazer uma estrada que custa metade, da ligação entre o LIDL e a Rotunda de Abraveses, os Senhores andam, andam... Depois, é o maior investimentos dos últimos vinte anos, uma promessa de vinte anos! Pudera, então isto alguma vez tem que acontecer, porque se não é uma manta de buracos, seguidinhos, que ninguém lá passa. Portanto, os Senhores não gostam de betão, nem de alcatrão, porque são incapazes de fazer em betão e alcatrão e como não são capazes, fazemos nós, por aquilo que os Senhores deviam fazer, gostaria de deixar isto bem claro. O Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho ficou aqui também muito admirado pelos processos de expropriações, esqueceu-se de uma coisa, nós não fazemos as expropriações sem fazer obras. Eu sei que lhe custa, é que há muitas expropriações, porque a Câmara faz muitas obras, é só por isso, porque se a Câmara não fizesse obras, não precisava de expropriar ninguém. E já agora, deixe-me dar-lhe também um indicador talvez seja elucidativo, numa obra de cinco vírgula poucos milhões de euros, mas é uma obra de grande investimento para o Executivo Municipal, só de expropriações gastamos dois milhões e quinhentos mil euros. Então e agora como é que estas expropriações são feitas? A Câmara não propõe nada ao contrário do que estava a dizer. A Câmara propõe através de peritos oficiais, não é o Presidente da Câmara que chega lá ao um terreno e diz assim, isto parece que vale tanto, é um perito oficial que faz a avaliação. Se depois o dono do terreno e muito justamente vem pedir o dobro do terreno, naturalmente, que nós não podemos ir atrás disso. Dizemos ao perito oficial para se ajustar com o dono, se não chegarem a um ajustamento, vai para expropriação judicial. Já agora uma outra coisa que também não disse, destes montantes que referiu, porque há aqui uma contradição, por um lado, até a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, disse que tínhamos uma boa situação financeira, invejável, mas o Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho veio dizer, calma lá, olhe que se os processos judiciais dão para o torto, afinal o Município está mal, mas que ideia, não é nada disso. Já agora uma outra coisa, os Senhores sabiam, o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho tem obrigação de saber de forma acrescida, que na maioria destas expropriações a Câmara é obrigada a depositar o dinheiro, pelo menos cinquenta por



cento, isto é, se estão ali, já lá está uma boa parte do dinheiro que nos obrigam, inclusivamente, nos obriga o Governo. Até o Governo que não nos paga as dívidas, nos obriga a depositar o dinheiro, sabem para quê? Por exemplo, para alargar a estrada, a duzentos e vinte e nove, da Rotunda do Sátão até lá acima à primeira circular, para tirar aquele bocadinho que se calhar foi expropriado gratuitamente, se calhar o Governo tirou aquilo aos cidadãos. Para expropriar aquele bocadinho, para as pessoas andarem com mais facilidade, o Governo obrigou a Câmara a pôr trezentos mil euros como garantia, não fosse a Câmara não os pagar. O mesmo Governo que não nos paga a instalação da Polícia Municipal, que escreveu em Diário da República e que não nos paga, por exemplo, o problema da Cava do Viriato e as questões de ordem cultural, portanto, estamos nisto. Eu sei que isto custa um bocado, era um bom exemplo para seguir, já agora, Senhores Deputados, sobretudo do Partido Socialista, os Senhores podiam ao menos ler o que disse o Secretário de Estado Cabrita a este propósito. O Senhor Secretário de Estado Cabrita tem obrigação e a responsabilidade de analisar as contas, porque fez aquilo que chama a regularização das dívidas das Câmaras. A Câmara de Viseu tentou também lá ir buscar algum desse dinheiro, o Senhor Secretário de Estado, não sei se leram os jornais, disse que não era preciso, porque a Câmara de Viseu era um bom aluno. Até o Senhor Secretário de Estado Cabrita, sabe que nós temos as contas em ordem. Os Senhores não falam com ele, depois dizem estas questões complicadas, e estas asneiras, como disseram para aqui. Já agora, também folgo muito que o Senhor Deputado João Cruz, sempre que vem aqui fala, a ver se pega. O Senhor já sabe que não é verdade que a Câmara pratique taxas máximas em termos de impostos locais. O Senhor sabe disso! Eu desafio-o até a outra coisa, leia os jornais da especialidade onde isso está escrito com o mapa e veja se facto pode continuar a querer dizê-lo. O Senhor vem aqui repetidamente dizê-lo, tem isso “encassetado” e portanto, a cassette não dá mais, o Senhor vem aqui dizê-lo, mas não é por dizer muitas mentiras que se torna verdade. Eu desafio-o a ver o mapa, onde estão todas as taxas dos Municípios de Portugal e ver se é na Câmara de Viseu que se praticam as taxas máximas. São até inferiores àquelas que os Senhores nos aconselharam que devíamos copiar. Depois vem o Senhor Deputado dizer uma coisa curiosa, olhe que *Deus escreve bem direito por linhas tortas*, não sei se o Senhor é tão católico quanto eu. Deixe-me dizer-lhe uma coisa, o Senhor lembra-me que sempre me davam como exemplo o meu colega de Lisboa, o Doutor António Costa? O Senhor leu há oito dias que o Senhor Doutor António Costa disse que era preciso rever a Lei das Finanças Locais? A Lei que o Doutor António Costa tinha feito enquanto Ministro e que o Senhor veio aqui defender. O Senhor esqueceu-se disso, já é preciso rever a Lei das Finanças Locais, portanto, não venha dizer que foi a Lei das Finanças Locais que nos equilibrou o orçamento, ele já estava equilibrado. Esta Lei das Finanças Locais teve apenas como condição fazer o seguinte, tornar este País cada vez menos harmonioso. E mais, deixe-me dizer-lhe meu amigo, eu espero que se não for neste contexto, haja outro contexto para discutirmos isto. Quando acabarem os travões das Leis das Finanças Locais, vai ver como é que os municípios, alguns do interior vão desaparecer, com o vosso silêncio, com a vossa cumplicidade. Sim, sim, os Senhores calam-se. Vão haver municípios que vão diminuir receitas na ordem dos trinta por cento no ano, os municípios do interior, em detrimento de uma coisa que os Senhores meteram na Lei que era a população. Eu sei o que é que os Senhores querem e toda a gente está a ver, não é preciso falar nisso. Os Senhores querem os municípios populosos, com a Lei das Finanças Locais a beneficiá-los, toda a gente vê aonde é que os Senhores querem chegar. Eu sou do interior, não sou parvo, não me levam a mim por lorpa, eu sei muito bem os terrenos que ando a pisar. Portanto, é bom que nós saibamos de que lugar é que estamos. Já agora, Senhora Deputada Graça Pinto, para lhe dizer o seguinte, a Senhora disse primeiro que não falava, que não se metia onde não era chamada, mas que trazia indicações de alguém que lhe deu umas lições para a Senhora trazer, foi o que disse ali. Não estou a fazer nenhum ataque,



espero que... Os Senhores cada vez que eu falo ficam hipersensibilizados, hipersensíveis e acham que eu que lhes estou a fazer o ataque, não estou. Estou a tentar reproduzir aquilo que a Senhora disse, que não sabia, mas depois acabou por dizer que não concorda com as opções políticas. Oh Senhora Deputada, então acha que há algum mal nisso? Se fosse a nível do País, nós estávamos nos antípodas, a Senhora estava exactamente nos meus antípodas. Portanto, era muito natural que as suas políticas sejam totalmente diferentes do que aquelas que eu aplico, perfeitamente natural. Não quero em contas da Câmara que seja a sua política. É política que os viseenses sufragaram há uma data de anos e são essas que vão continuar a ser aplicadas. Quando mudarem, então implementam as políticas, as outras que tiverem, portanto, é tão simples quanto isso. Agora há uma coisa a que a Senhora não me dá nenhuma lição e não pense que tem alguma coisa com o rótulo, esta da democracia participativa, isso é só conversa. A democracia participativa pratica-se. A Senhora quer maior democracia participativa de que fazer reuniões de Juntas de Freguesia todos os meses, com toda a Câmara? A Senhora quer mais democracia participativa, quando para cada obra, Rossio, Alberto Sampaio, etc., etc., nós reunimos com os moradores no Salão Nobre da Câmara? Acha que há mais democracia participativa? Agora, o que a Senhora diz é, não foram chamados todos os viseenses para falar do orçamento. Pois não! A Senhora reconheceu que se eu a chamasse a si, também não me dizia nada de concreto, não sabia. Então como é que podia chamar todos os viseenses? Oh minha Senhora Deputada, espero que não leve isso para depois dizer que lhe estou a fazer um ataque pessoal, espero eu, sinceramente. Os Senhores agora aprenderam essa, cada vez que o Presidente da Câmara fala, é verdade o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho fica incomodado. Quando chega ali e diz o que quer, o Senhor Doutor parece até alguém que digeriu mal a refeição, fica com um ar, a sério! Depois quando houve alguma coisa, calma lá, que o Presidente da Câmara está a exceder-se. Eu estou a dizer-lhe com a máxima serenidade, palavra de honra, estou a dizer-lhe com a máxima sinceridade. Eu espero sinceramente que os Senhores não façam essas contradições que o Senhor referiu ali. Sim, sim, podemos falar à vontade. Portanto, aquilo que eu lhe queria dizer era, democracia participativa, nós fazemos aquilo que sabemos fazer. Já agora, dizer à Senhora Deputada e para terminar, que a primeira vez que se falou em termos oficiais de democracia participativa, tenho todo o gosto em lhe oferecer os apontamentos, foi no Barreiro, da Associação dos Municípios a que eu presido e foi no Barreiro propositadamente, não sei se gosta muito lá do Barreiro, mas... Deixe-me comentar que depois quando a Senhora falar, mesmo que seja irónica eu calo-me, a sério! Foi aí no Barreiro que fizemos um colóquio sobre democracia participativa. Queria dizer-lhe que quem foi moderador do colóquio, foi o Professor Lobo Antunes e portanto, fizemos um bom colóquio, falando sem peias, sem entraves, sem nenhum problema sobre democracia participativa. Portanto, não é só falar, é falar e fazer”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- **QUARENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu gostei de ver a serenidade com que o Senhor Presidente da Câmara falou, nomeadamente quando disse que eu vim dizer asneiras. Bom, é uma posição, agora é uma posição que não tomou ao desafio que eu lhe fiz. Faça o favor, Senhor Presidente, desminta que a Câmara tem responsabilidade de dezoito milhões. Isso é que eu quero que o Senhor faça. Não é vir para aqui dizer nós temos a favor e contra, onde é que isso está reflectido nos papéis que foram fornecidos? Então o Senhor fará o favor, dirá à Sociedade de Advogados que representa bem o Município, repito para que não fiquem dúvidas, a Sociedade de Advogados que o Município contratou, é da minha total, a cem por cento, confiança, são exemplarmente gente séria, portanto, que é para não haver dúvidas. Fará o favor de os aconselhar a que, em vez de dizerem os valores, digam se são a favor ou se são contra,





porque em relação a expropriações, são todas contra a Câmara. A Câmara não tem contra ela processos de particulares que vão tentar expropriar a Câmara, portanto, que devam à Câmara, aí claramente esse número é completamente indiscutível. Quando eu digo que a Câmara tem em expropriações e eu tive o cuidado de dizer, condenações ou laudos maioritários de peritos, isto é, há uma primeira fase que há uma comissão arbitral que dá o valor, as pessoas, quer a Câmara, quer os particulares, recorrem e depois antes de haver um recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra, há um relatório maioritário. Esse relatório maioritário muitas vezes, é até inferior aos valores inicialmente propostos pela Câmara, mas é normalmente superior. Portanto, eu baseei-me nisso, porque em princípio serão os valores que já vão maioritariamente do Tribunal e muito dificilmente são alterados no Tribunal da Relação. O Senhor Presidente da Câmara sabe isso como eu sei isso e portanto, vem dizer que eu digo asneiras, quando eu refiro factos. Faça o favor, se não está de acordo, diga-me. O Senhor mentiu quando trouxe cá estes números e eu digo-lhe, estes números foram fornecidos pela Câmara Municipal. São papéis que eu trouxe para evitar problemas, estão todos aqui, alguns estão ali, por acaso. Isto é clarinho como água. Se o Senhor me diz, que me desafia a que eu diga que o ROC seja posto em causa, eu isso só lhe respondo de uma única maneira, peço-lhe o favor de pegar no parecer do ROC, que diz esta coisa simples, no tal ponto oito. Bom, o que ele diz é que quando refere oito milhões, é uma informação da Câmara, ele não diz que verificou. Senhor Presidente da Câmara, peço-lhe o favor de ler, ele diz que é uma informação da Câmara constante de uma nota. Ele não vem dizer que verificou esses processos. Eu agora pergunto-lhe claramente e faça o favor, informe a Assembleia. O Senhor Presidente da Câmara diz que disponibilizou ao ROC estes documentos fornecidos pelos advogados da Câmara, sobre os processos que estão em tribunal, ou apenas referiu isso numa nota? Eu não tenho uma palavra a retirar, são números que me foram fornecidos pela Câmara. As responsabilidades previsíveis da Câmara são na ordem dos dezoito milhões de euros e portanto, Senhor Presidente da Câmara, eu sei que é muito fácil, é uma técnica que de resto Vossa Excelência utiliza com frequência, faz o grande espectáculo de dizer que nós vimos para aqui com demagogias e com mentiras. Não são mentiras, são números fornecidos por vocês, faça o favor diga-me o contrário disso. Olhe encontrei o papel diz, *informa-se que foram instaurados processos em Tribunal*, na nota anexo, *informa-se*. Eles verificaram os papéis fornecidos pelos advogados? Faça o favor, informe a Assembleia disso”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu, lugar, profere as seguintes palavras: “Também informo o Senhor Deputado, que excedeu em dois minutos, o tempo que tinha disponível. Tem a palavra a Senhora Deputada Graça Pinto”. -----

- QUARENTA E NOVE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRACA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Não tenho nada contra a ironia, nem a ironia do Senhor Presidente da Câmara, nem a ironia de ninguém. A ironia inteligente e com educação, faz-nos sempre bem. Às vezes, traz-nos uma lufada de boa disposição, de que vamos precisando cada vez mais, nós que às vezes somos um povo triste. Portanto, a ironia não me incomoda, inclusive a ironia é utilizada pelo Senhor Presidente da Câmara. Espero também que não me leve a mal se eu involuntariamente, ou não, introduzir algum tom mais irónico naquilo que vou dizer. Em primeiro lugar, eu queria repor aqui a verdade, que me parece importante, relativamente a afirmações que fiz. Eu não me confessei e em momento algum, incapaz de produzir uma opinião sobre a construção de um orçamento, ou sequer a sua execução. Nem eu e penso que ao meu lado estarão alguns cidadãos, que embora não tenham cursos de economia e finanças, sabem pensar as opções para a sua cidade. Sabem o que é mais importante e sabem aferir de uma boa execução orçamental, como estão habituados também, a gerir as suas vidas e a tomar decisões, a ter opiniões, sobre questão macroeconómicas e também



económicas, portanto, penso que não é preciso ter de facto, um diploma. Eu que quis dizer é que a minha abordagem, não era uma abordagem contabilística, porque não era essa a minha área, nem sequer estou convicta de que seja o tipo de abordagem mais importante e mais esclarecedora, quer para todos nós, quer para os cidadãos que porventura, acompanhem os trabalhos desta Assembleia. Em primeiro lugar queria, porque de facto Senhor Presidente da Câmara, deu a entender que eu teria aqui confessado a minha incapacidade de me debruçar, dar opinião, de opinar sobre qualquer questão de gestão financeira. Não, Senhor Presidente da Câmara, engane-se porque de facto, não era esse sentido, como deve ter bem percebido da minha intervenção. Eu pedi a palavra, em primeiro lugar, para dizer isto e depois para reafirmar aquilo que tinha dito na minha intervenção, relativamente ao facto das políticas económicas. Aliás, lamento Senhor Presidente da Câmara, mas o Senhor falou-nos da má digestão, se alguém aqui parece não estar a fazer uma digestão assim muito feliz, será Vossa Excelência. Isto porque, invoca constantemente razões ideológicas, nomeadamente remetendo para o foro nacional, para manifestar à partida, a sua total oposição sobre questões que eu aqui trago, ou opiniões que eu aqui tenha. Felizmente, a bancada do partido a que Vossa Excelência pertence, em vários momentos parece não o entender a si, porque temos votado conjuntamente muitas posições, moções e recomendações que têm a ver com o interesse dos cidadãos. Eu fui eleita, a nível local, como todos nós Deputados e Deputadas, para defender os interesses dos munícipes de Viseu, de acordo com a minha perspectiva obviamente, que muitas vezes até é coincidente com a perspectiva de outros Deputados e Deputadas de outros grupos da Assembleia. Ainda bem que é assim. Ainda bem que nós não sofremos de má digestão crónica, má disposição e que sabemos distinguir em muitos momentos o que são os interesses dos cidadãos, porque se não, isto passa a ser palco de um fórum de pequenas, enfim, afirmações, mormente partidárias no pior sentido, não da ideologia da política, mas da guerra da afirmação partidária. Não entendo assim o meu papel como Membro da Assembleia Municipal, nem entendo assim, o papel desta Assembleia e deste fórum. Era isto que eu queria dizer”.

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- **CINQUENTA – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Três questões muito claras, mas com uma consideração prévia e a consideração prévia é a seguinte, o objectivo da discussão das contas de gerência da Câmara Municipal, é para tentarmos perceber até que ponto é que temos um grau de segurança aceitável, nos números que a Câmara aqui nos apresenta, esta é a primeira consideração. E agora vêm três questões. Primeira questão, o ano passado foram feitas ênfases às contas da Câmara Municipal, dessas ênfases feitas pelos auditores, foram postas no lixo. A única coisa que foi feito no ano de dois mil e oito, foi a correcção do erro monumental que foi contabilizado em escudos, aquilo que devia ser contabilizado em euros, em dois mil e três, com as consequentes correcções nas amortizações, foi a única coisa que foi feita. Relativamente às participações em capital, que a Câmara tem no conjunto de empresas que têm resultados líquidos negativos, não sabemos qual é a estratégia que a Câmara Municipal tem, relativamente a essas empresas. É para manter? É para ser um sorvedouro dos capitais da Câmara e portanto, de todos os munícipes, o que é que vai fazer dessas participações? É uma pergunta bem objectiva. Segunda questão, apenas foi dada uma informação nas demonstrações financeiras acerca de oito, vírgula nove milhões de euros, dum processo em Tribunal, com o desfecho incerto, nem foi constituída, como manda a regra, a consequente provisão para fazer face a uma perca futura, isso não foi feito. E essa verba neste momento, não são oito, vírgula nove milhões, são cerca de dezoito milhões, que com certeza prejudicarão as contas da Câmara Municipal e sobretudo, condicionarão as gerações futuras. É um aspecto que é importante ter. Em terceiro lugar e para terminar, a Câmara fez uma aplicação financeira no Banco



Privado Português de sete milhões de euros. Resgatou no início deste ano, em Janeiro, seis milhões. Temos um milhão, que eu gostaria de saber, qual é a expectativa da Câmara em relação a esse milhão. Constituiu previsão acerca disso?” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Alberto. -----

- CINQUENTEA E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD) – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte: “Ora bom, eu

estou um pouco baralhado, espero compensar o tempo que de facto, há pouco gastei a mais. Relativamente à questão que o Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho trouxe aqui, eu penso que não é o Presidente da Câmara que lhe tem que responder, porque de facto, quando nós analisamos o relatório da certificação legal de contas, verificamos que quando se fala aqui no ponto número quatro diz, *o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas e directrizes de revisão, Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, os quais exigem que o mesmo não seja planeado e executado*. Quer dizer, não é ao revisor que compete analisar todos os documentos, nem é ao Presidente da Câmara que compete disponibilizá-los, portanto, é aos serviços técnicos. E como abaixo diz, *a verificação é feita numa base de mostragem do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras*. Ora, relativamente a esta questão, nós temos que acreditar que todos os elementos, se não foram consultados e de facto, também o ano passado, o Revisor Oficial de Contas, não deu conta desse erro que aconteceu aqui, foi corrigido devidamente, não tem implicações. Tem implicações apenas no ponto de vista patrimonial. A mim não me espanta que este erro tenha sido feito, na medida em que nós ainda hoje pensamos em escudos para depois aplicarmos os euros. De facto, numa avaliação patrimonial tão vasta como aconteceu em dois mil e dois, é natural que estes erros tenham acontecido, portanto, é perfeitamente natural e eu admito. Já o disse aqui, que de facto, não há qualquer tipo de repercussão financeira, apenas os resultados dos cinco anteriores foram afectados em cento e tal milhões de euros. Portanto, de resto em termos financeiros, isto são custos que não se traduzem em pagamentos, em termos de meios libertos da Câmara nada disto está em causa. Quanto às questões da criação da provisão, ou dos ajustamentos, isso é uma questão que depende da Câmara fazê-lo, mas não me parece que de acordo com a tradição e está aqui espelhado que aquele processo que transitou em julgado no dia dois Janeiro de dois mil e nove, foi favorável à Câmara no valor de cinco milhões de euros. Portanto, a disparidade não é assim tanta, porque se somarmos aos oito milhões, os cinco milhões que estão aqui, são três milhões, Não, não, está. Eu falei com o Revisor Senhor Doutor. Os oito milhões é aquilo que está, os cinco milhões estão referidos abaixo, mas o total que aqui está referido são três milhões”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “O Senhor Deputado já teve a oportunidade de usar da palavra e o Senhor Deputado também. Terminou esta ronda, presumo eu. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder, que é quem aqui tem que dar respostas em relação a esta questão, Senhor Deputado. Ó Senhor Deputado, se pretende conversas paralelas, façam-no lá fora, está bem?”. De imediato dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- CINQUENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, do seguinte modo: “Vou procurar agora dar todas as respostas às perguntas que me foram colocadas. Eu tenho que dizer isto Senhor Presidente, como sabe, oiço ali tudo. Estou aqui uma manhã inteira, às vezes até com vontade de ir à casa de banho e nem vou. Estou aqui uma manhã inteira, a ouvir dos Senhores Deputados coisas que têm sentido na minha perspectiva e outras que não têm e aguento. Portanto, queria pedir-vos que cada vez... E agora ouvi-os também, mas pronto, estive aqui sereninho, faça favor Senhor Deputado João Cruz de me ouvir também. Não se ponha com gestos que quer respostas às outras questões, que eu a si dou-lhe resposta a trinta, ou quarenta, trezentas! Andei este tempo todo a dar-lhe respostas.



Como sabe não tenho nenhum problema. Se é um prazer que eu tenho, é discutir as questões financeiras consigo e às vezes tenho pena de que desvie para outras coisas. O Senhor às tantas com dificuldade de argumentar financeiramente, começa nas especulações financeiras e depois vai para o PDM, vai para não sei quantas. Veja lá que o Senhor até achou que era o Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara podia ser formado em música. O Senhor até achou que era o Presidente da Câmara, que tinha responsabilidades por se apurar em contos em vez de euros. *Esse erro monumental*, foi a palavra que o Senhor aplicou aqui. O Presidente da Câmara está lá, naturalmente que confia nos técnicos que os Senhores nunca tiveram e ainda bem. Quando estiveram nos sítios próprios não tiveram coragem de afrontar. Os Senhores e muito bem, quando estão nos sítios próprios, nunca afrontam os técnicos da Câmara, não vá o diabo tecê-las. Primeira coisa, já agora, começando então pelo Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, o Presidente da Câmara não disse, desminto que a Câmara deva dezoito milhões de euros. Até lhe digo mais, a maioria destas questões tem um depósito da Câmara e tem o depósito total. Se por acaso lá estão dezoito milhões, é porque a Câmara já arranjou o dinheiro para dezoito milhões que estão lá depositados. É verdade! O Senhor continua a dizer não é verdade, não quer ouvir isto, o Senhor desafiou-me para eu desmentir, desminto! Se quiser até digo uma letra de cada vez, desminto categoricamente! O Senhor veio dizer também uma outra coisa, em relação ao ROC, ó Senhor Deputado, o Senhor disse, deram o ROC, é pela informação da Câmara. Eu desafio-o a dizer que a informação que a Câmara deu a ROC ia errada, que nós que subtraímos a informação. Por amor de Deus, o Deputado José Alberto, deu-lhe a resposta que eu lhe ia dar. Então mas o ROC analisa tudo o que quer ver. Vê tudo e diz, num documento que são as condições legais exigidas. Agora o Senhor quer dizer que alguém da Câmara subtraiu informações ao ROC? Espero então que o explicito, inclusivamente porque tem um nome é muito simples, quem deu as informações ao ROC não fui eu, é o Departamento da Ministra das Finanças. O Presidente da Câmara nunca falou com o ROC, sabia disso? Nem falarei, o ROC faz a sua actividade perfeitamente isento em relação à Câmara. E olhe que eu tenho alguma preparação podia falar com ele sobre isso. Nunca falei com o ROC e se quiser pergunte se alguma vez teve uma reunião com o Presidente, para discutir sobre esse assunto. Nós temos destas coisas uma concepção muito ética e é pena que muita gente não siga isto, se calhar era tudo muito mais claro. Já agora Senhora Deputada, a Senhora disse que não veio dizer, se não disse olhe, eu retiro a crítica que fiz. Apontei aqui e acho que apontei bem, a Senhora dizer que não se metia onde não era chamada. A Senhora disse que não era, eu espero que depois se veja na gravação, que não era “expert” em finanças, que se socorria de sérias pessoas. Bem, agora a Senhora arrependeu-se daquele bocadinho no palatório, até aí formou-se em finanças, já veio dar o dito pelo não dito, mas eu não tenho nada contra isso. Eu respondo se a Senhora for licenciada, ou se não for, é-me indiferente. Por amor de Deus, não ponha... A Senhora quase que deu a atender que quer alterar a correlação de forças da Assembleia, não é a Senhora que altera, o povo é que altera. A correlação está aqui é uma expressão do povo que temos em Viseu, quer a Senhora queira quer não, quando for outra, é outra. Eu já aqui estive com cinco Assembleia diferentes e portanto, convivi com elas todas, não é agora a Senhora que altera isto. Altera quem tem a possibilidade de alterar, mais ninguém. Depois, já agora uma outra coisa, não sei se foi por contágio, acho que toda a gente que ficou a perceber que eu falei na má digestão para o Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho, a Senhora até tem aspecto de quem digeriu bem, tem! Não me pareceu nada, portanto, eu não disse nada à Senhora, juro. Só posso admitir essa confusão... Bem, o Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho, deu conta que era com ele. Eu até disse para o Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho, que ia ali com ar pesado, toda a gente soube isso. Sobre o Senhor Doutor João Cruz, então vamos lá a isso. O Senhor disse que tem dificuldade em saber que as contas que vêm aqui se têm o grau de segurança



aceitáveis? Então ponha em questão os seus colegas, aprenderam nos mesmo livros que o Senhor, em alguns, melhor. Se quiser por em causa esses colegas, ponha. Desculpe lá, tem o grau de segurança de colegas seus economistas, que fizeram este trabalho. O que é que o Senhor está a dizer, fui eu que lhes fiz o trabalho por eles? Eu defino as grandes opções políticas. Por acaso tenho imenso gosto em discutir consigo estas questões orçamentais e estas questões de contas, porque já vi que o Senhor tem algumas dificuldades, é só por isso. Se fosse numa outra situação, nem era eu que estava aqui a discutir, era outro departamento. Agora, o Senhor não ponha em causa a segurança das contas, por amor de Deus. Ó Senhor Deputado, acha isso bem? Estas contas vão todas para Lisboa, nunca foram devolvidas por estarem incorrectamente feitas. Por amor de Deus, então isso já entra noutra campo. Eu não sei se é assim que o Senhor faz as suas na Segurança Social. Não, não é? Pronto, então estamos convencidos de que fazemos bem, transparentes aqui e lá. Já agora, já lhe dei a resposta da contabilização em escudos, não vi aonde é que estivesse o problema. O número de empresas que têm resultados negativos, o Senhor aconselha-nos a sair delas todas? Olhe, era bom! Era bom que o Senhor nos aconselhasse a sair destas empresas todas, sabe porquê? Porque eu ia provar-lhe que uma boa parte delas, tiveram o nosso envolvimento com o seu voto a favor. O Senhor lembra-se que votou a favor, quando era Vereador, no MIT? O Senhor agora quer sair? Então, mas não acha que a Câmara, mesmo em relação a algumas empresas que são deficitárias, até por uma questão de mostrar que elas não vão abaixo por nossa causa, que não deve sair? Então, se o Senhor fizesse as contas, por exemplo, à extinta Região de Turismo, então também não estava lá, claro que isso só dava prejuízo. Então acha que nós só devemos estar onde nos dá lucro? Estabelece-se uma empresa de informática da região centro, não estava? Íamos ver se aquilo nos dava lucro? Sinceramente, eu não percebo. O Senhor trabalha até numa área onde está associado a muitas empresas, que até dão prejuízo, toda a gente sabe disso. Então veja lá se vão sair delas todas. Não foram constituídas provisões. Ó Senhor Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu sei onde é que o Senhor quis chegar, por acaso “saiu-lhe o tiro pela culatra”. O Senhor ouviu falar que a Câmara de Viseu que tinha sete, vírgula não sei quantos milhões de euros no BPP, é o que está aí e o Senhor quer saber uma coisa? O Presidente da Câmara também andou um bocado aflito, mas não fui eu que levei à falência o BPP, não fui eu. Mais, ainda hoje se eu lhe perguntar, o Senhor não sabe aonde é que a gente há-de depositar o dinheiro, não é? O Senhor não sabe, ou então uma voz única que diga, os Senhores só podem depositar na Caixa e a gente põe lá o dinheiro. Antigamente os funcionários públicos recebiam todos pela Caixa. Tudo bem, a gente põe lá o dinheiro. Então como é que nós fazemos? Depositamos o dinheiro depois de fazer uma consulta pública, aonde nos dão mais dinheiro. Então vou dizer-lhe uma coisa, por força desta escolha do BPP, este dinheiro que o Senhor diz que pode estar em risco, é isto que queria insinuar, eu já o vou descansar, a receita que tivemos proveniente das taxas elevadas de juro que nos deram, já tinha coberto isso. É evidente que nós fomos onde nos deram mais lucros. Agora para o sossegar, seis milhões de euros dos sete, vírgula tal, já estão na Câmara e um, vírgula tal, já pedimos o resgate. Então quando é que se fazem as provisões? Quando é que é Senhor Deputado, então faz a provisão, quando? Então se estamos com isto em mãos, era agora que eu ia fazer a provisão? Se calhar nem é preciso nada. Eu estou à espera muito sinceramente, que já deram garantia, que iam pagar um milhão de euros também e portanto, não vai haver nenhum problema com isso. Trata-se de um depósito a prazo e se não tivermos problemas no auge da situação com os seis milhões, não vamos ter problemas com este. Para ficar descansado e para o Senhor Deputado João Cruz depois dizer que não lhe deu as respostas, respondi-lhe a todas as questões? Tudo, óptimo. Era só”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Esgotámos então a discussão deste ponto, vamos à votação. Portanto, foi aprovado com





*quarenta e nove votos a favor e oito contra.* Passamos agora ao ponto seguinte, Ponto Quatro: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “SERVICOS MUNICIPALIZADOS – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU”, nos termos da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número sessenta e nove/noventa e nove, na sua actual redacção. Eu propunha que nós na análise, colocássemos o Ponto Quatro, Cinco e Seis, se estiverem de acordo, porque estão devidamente ligados. O Ponto Cinco é: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “SERVICOS MUNICIPALIZADOS – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO CONSELHO DE VISEU”. O Ponto Seis: Apreciação e votação da Câmara Municipal sobre “SERVICOS MUNICIPALIZADOS – REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO FDAS PISCINAS MUNICIPAIS DE VISEU”. Portanto, está o Partido Socialista a propor que se discuta em conjunto, o quatro e o seis e que se autonomize o cinco, é isso? Muito bem. Como sabem nestas matérias só se de facto se houver acordo de todos é que se poderá fazer. Então, eu proponho que o Ponto Quatro e Seis sejam já discutidos em conjunto e depois autonomizaremos o Ponto Cinco. Dou então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação. Se entender, poderá fazer a apresentação dos três pontos e depois, autonomizamos o debate e a votação, obviamente que sim”. -----

**- CINQUENTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO -**

Usa da palavra para apresentar as seguintes pontos: “Eu ia pedir-lhe exactamente isso, não sei qual é a diferença por autonomizar o Ponto Cinco. O Quatro o Cinco e o Seis, pelo menos da minha parte, têm a mesma explicação e mesmo que entendam autonomizá-los eu vou fazer a explicação para eles todos em conjunto, porque é a mesma explicação. Como sabem, os regulamentos da Câmara, quer em relação ao funcionamento das piscinas, quer à distribuição de água do Concelho, quer ao saneamento, propõem aumentos indexados e automáticos. Portanto, o que nós propomos para, aliás como proposta do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e que foi acolhida por maioria, eu ia dizer por unanimidade, enganei-me, mas ainda bem que me enganei, que é para enfatizar exactamente, que não foi por unanimidade que esta questão foi aprovada, foi aprovada por maioria. Por acaso tem votos contra, mas por maioria, porque alguns Vereadores se abstiveram e a ideia é que, para não haver aumentos neste ano que está a decorrer, tem que se pôr isso no regulamento. A actividade regulamentada, como sabem, é uma propriedade da Assembleia Municipal e pelo regulamento em vigor os aumentos são automáticos. Portanto, o que nós propomos é que com algumas “nuances”, diga-se de passagem, que acrescentámos em relação digamos, a algumas coisas, nomeadamente o apoio às famílias numerosas e às famílias em carência, na frequência das Piscinas, por exemplo, com deduções de trinta por cento, bem como na água. Para isto fazer efeito, tem que se pedir a alteração do regulamento, é isso que nós estamos a propor, que haja alteração do regulamento para que este ano, ano de crise, não haja aumentos nas taxas municipais. Apenas uma nota, Senhor Presidente, não tive tempo de o fazer no anterior, eu tomei nota e fiquei muito satisfeito que as contas da Câmara tivessem sido aprovadas apenas com oito votos contra. É bom que fiquemos com o número no ouvido, oito votos contra. Portanto, é só esta explicação Senhor Presidente, para os três pontos”. -----

**- MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Então para seguirmos a sugestão do Partido Socialista, eu punha neste momento em debate o Ponto Quatro e o Seis. Dou a palavra ao Senhor Deputado João Cruz”. -----

**- CINQUENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “O Partido Socialista sugeriu que se votasse em conjunto o Ponto Quatro e Seis, porque é uma medida que nós apoiaremos, vamos votar a favor, à manutenção das taxas do serviço de drenagem



de águas residuais do Concelho de Viseu e ainda os acessos às Piscinas Municipais, portanto, durante o ano de dois mil e nove. Entendemos que essa é uma boa medida. É uma medida que vem ao encontro das preocupações que a Câmara tem, relativamente ao momento difícil neste momento que se atravessa, em consequência da recessão económica e portanto, nós iremos apoiar essa medida. Já em relação ao Ponto Cinco, nós temos algumas reservas. As reservas decorrem justamente da situação da tarifa de disponibilidade que nós gostaríamos de fazer aqui algum comentário, porque ainda aqui o não fizemos e devemos dar nota de qual é a nossa preocupação relativamente à tarifa de disponibilidade. Sendo certo que em relação à proposta que o Senhor Presidente da Câmara apresenta relativamente ao Ponto Cinco, de manter os tarifários das utilizações da água, nós concordamos, porque se encere nesse conjunto de medidas anticíclicas, mas teremos que nos abster porque não está claramente aqui explicada a questão da tarifa de disponibilidade que aqui discutimos o ano passado. Eu passaria já a este ponto, para tentar ganhar tempo. A Posição do Partido Socialista é clara em relação ao Ponto Quatro e Ponto Seis, votámos a favor, abster-nos-emos, portanto, no Ponto Cinco com a seguinte preocupação: Após a aprovação por esta Assembleia Municipal, em vinte e três de Junho de dois mil e oito, dos Regulamentos – Regulamento do Serviço de Drenagem de Águas Residuais e do Regulamento do Serviço de Distribuição de Águas do Concelho de Viseu, com os votos contra do Partido Socialista, do CDS-PP e do Bloco de Esquerda, e como não tivessem sido prestadas, aquando da discussão desses Regulamentos, razões positivas para tal actualização, apenas foram aduzidas razões de natureza normativa, elo que entendemos envidar esforços no sentido de obter a informação fundamentadora da referida alteração regulamentar. Com a entrada em vigor da Lei número doze de dois mil e oito, de vinte e seis do dois dos Serviços Públicos Essenciais, em vigor desde vinte e seis de Maio de dois mil e oito, passou a ser proibida a cobrança de tarifas/taxas/preços pela disponibilização dos contadores e outros instrumentos de medição, independentemente da designação que assumirem. Face à proposta discutida nesta Assembleia à data, e perante o facto da maioria do PSD manter no Orçamento de dois mil e oito, como receita, a tarifa de aluguer de contador passando a designá-la por tarifa de disponibilidade e na proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Distribuição de Águas do Concelho de Viseu. Substituir o regime de aluguer do contador por tarifa de disponibilidade; os Vereadores e os Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, após várias tentativas junto da Câmara, sem sucesso, para que fossem justificados os fundamentos, quer da deliberação municipal, quer do custo associado à nova tarifa de disponibilidade, entenderam ao abrigo do direito de participação popular em procedimentos administrativos e no direito de pedir informações, apresentar queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. A queixa apresentada à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, mereceu parecer favorável da Comissão e a Câmara Municipal, finalmente prestou por escrito, as informações que por outra forma, jamais obteríamos. Não seria necessário agradecer à CADA o trabalho desenvolvido, pois estamos a falar do cumprimento da Lei, mas não deixamos de lamentar, que só através da intervenção desta Comissão, o Senhor Presidente nos tivesse prestado, por escrito, as informações que desejávamos. Da resposta recebida do Senhor Presidente, concluímos que: As informações confirmam a substituição da tarifa do aluguer do contador pela tarifa de disponibilidade, basta a simples comparação da tarifa de referência para a proposta de escalões para a tarifa de disponibilidade; as informações revelam falta de fundamento no que deveria corresponder ao cálculo do custo suportado pelos SMAS com a distribuição domiciliária de água para consumo público. Não se explica qual o custo do preço da tarifa de disponibilidade, na tabela de preços o factor diferenciador continua a ser a diferença de calibre do contador. Será este o critério para determinar a parte fixa da estrutura do preço do metro cúbico? Custo fixo que deve exprimir a contabilização dos custos



incurridos pela disponibilidade do serviço, pela dimensão da rede, pelos equipamentos e infra-estruturas de distribuição, pela sua construção, operação, conservação e manutenção. As informações prestadas revelam também ausência de custeio das tarifas incluídas na proposta de alteração ao Regulamento. As informações revelam que a proposta apresentada para discussão e aprovação nesta Assembleia Municipal, e que foi aprovada com quarenta e cinco votos a favor, dez votos contra e uma abstenção, não corresponde aos valores publicados no Regulamento número quatrocentos e sessenta e três de dois mil e oito, de catorze de Agosto, posteriormente corrigida pelo Regulamento número cento e sessenta e seis de dois mil e oito, de vinte e dois de Agosto, sobretudo na tarifa de utilização para consumos domésticos e para usos comerciais e estatais. Também neste processo, os SMAS não informaram directa e atempadamente os utentes sobre os tarifários aplicáveis, como produziram facturação com os novos tarifários, antes da publicação do novo Regulamento em Diário da República, o que deveria ocorrer com os consumos após catorze de Agosto de dois mil e oito, tendo a correspondente cobrança ocorrido em data posterior. Senhor Presidente, estamos perante um processo que nos parece longe de estar encerrado e do qual os viseenses merecem esclarecimento. São razões bastantes para que, apesar de positivo o princípio da não actualização do tarifário como medida anti-recessão, mantermos a discordância relativa à aplicação da tarifa de disponibilidade na factura da água no Município, pois não foi efectuada a obrigatória demonstração económico-financeira que em termos legais deveria ser evidente, optando os serviços pela mera substituição da tarifa de aluguer do contador. Desta ocorrência abster-nos-emos na votação deste ponto”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro.

- CINQUENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu iria abordar os três pontos de uma vez só. Estamos hoje a discutir e a votar a Proposta da Autarquia sobre os Regulamentos, do Serviço de Águas Residuais, do Serviço de Distribuição de Água e do Funcionamento das Piscinas Municipais. Estamos numa época em que as famílias atravessam muitas dificuldades tornando-se necessária ma ajuda rápida e eficiente. Indo ao encontro deste problema a Autarquia propõe manter as tarifas previstas nos Regulamentos antes referidos. Quer isto dizer que os viseenses não vão ter aumentos nas tarifas da água, de utilização do serviço de drenagem, de vistoria e ensaio de canalizações e no acesso às Piscinas Municipais. Não vai portanto, haver aumento nas tarifas. O grupo do PSD nesta Assembleia, aplaude esta medida da Autarquia e demonstra que está atenta à situação preocupante das famílias no Concelho. Chamo apenas a atenção para um pormenor importante. A Câmara Municipal de Viseu só pode abdicar de receitas, nesta altura, porque fez o trabalho de casa no momento certo. Há um provérbio chinês que diz o seguinte: “Se quiser derrubar uma árvore em metade do tempo, passe o dobro do tempo a amolar o machado”. A Câmara preparou-se enquanto os outros prometiam apenas reduções de impostos. Tem contas equilibradas e saudáveis. É que o”dinheiro não tem a mínima impotência, desde que a gente tenha muito” para gastar no momento certo e com quem precisa. E gostaria a este propósito de trazer um assunto, já que estamos a falar de taxas, é importante falarmos das taxas todas. Há bocado foi referido pelo Senhor Presidente, a taxa de recursos hídricos, enquanto nós andamos aqui entretidos entre aspas, a discutir as taxas de disponibilidade e quanto às taxas de disponibilidade, não me vou alongar relativamente a uma Assembleia anterior, vou só desafiar a bancada do PS, em vez de fazer aqui a propaganda normal e natural que deve fazer relativamente à abolição da taxa de disponibilidade, apresentar uma queixa simples na Entidade Reguladora das Águas e apresentar uma queixa contra a Câmara e contra esta Assembleia, por ter aprovado uma taxa que a acham ilegal. Era este desafio que eu deixava. Se a taxa é ilegal, por uma questão de princípio, não vou discutir os pormenores,



não vou discutir a lei doze, de dois mil e oito, que conheço profundamente por razões profissionais. Discutir só uma questão de princípios, se a taxa é ilegalmente aplicada pela Câmara, façam uma coisa muito simples, apresentem uma queixa na Entidade Reguladora, é simples. É óbvio que é mais fácil, nós percebemos, fazer aqui propaganda, as eleições aproximam-se e é mais fácil dizer às pessoas todas, que a Câmara pratica uma taxa ilegal. A queixa não é apresentada, portanto, ficamos todos aqui a discutir há uns meses, há um ano daqui a pouco. Já aprovámos isto em Junho ou Julho, salvo erro, do ano passado e andamos a um ano a discutir a ilegalidade da taxa de disponibilidade. Se é ilegal apresentem uma queixa na Entidade Reguladora, nos Tribunais, onde entenderem e acharem oportuno e que resulte. Eu aconselho-os veemente a fazer isso e desafio-os a fazer isso. Agora, eu queria falar-vos de outra taxa, taxa de recursos hídricos. Estava eu a dizer há pouco, enquanto discutíamos a taxa de disponibilidade, se é ilegal, ou se a Câmara pratica, ou se transformou numa taxa noutra, dos contadores, etc., a Câmara se quisesse hoje, podia estar a praticar outra taxa por imposição governamental, do Governo Português, isto porquê? Enquanto nós andávamos entretidos a discutir a taxa de disponibilidade, o Governo aprovou um Decreto-lei, que é a Lei noventa e sete de dois mil e oito, que obriga as autarquias a aplicar a taxa de recursos hídricos que segundo o Decreto, que eu vou passar a ler rapidamente: “Visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico”. O Decreto continua e depois mais à frente diz o seguinte: “Incidência desta taxa, são sujeitos passivos da taxa de recursos hídricos, todas as pessoas singulares ou colectivas que realizem as utilizações referidas no anterior, que consumam água, etc. Quando a taxa não seja devida pelo utilizador final dos recursos hídricos, deve o sujeito passivo repercutir sobre o utilizador final, o mercado económico que ela representa”. Isto é, esta taxa neste Decreto, o Governo decidiu aprovar este Decreto e esta taxa. Deveria hoje a Câmara estar a aplicá-la nas facturas de consumo da água. Tanto mais, que a Câmara já recebeu uma factura para pagar esta taxa aos respectivos serviços. O que quero dizer com isto é o seguinte, a Câmara fez um esforço, parece-me a mim, de não aumentar as tarifas e o PS limita-se a discutir a tarifa de disponibilidade, quando havia já outra tarifa que o Governo obriga a Câmara a pagar e por consequência, os municípios a pagar e que a Câmara não está a aplicar. Eu pergunto, a Autarquia está a cometer alguma ilegalidade, ao não por esta taxa de recursos hídricos nas facturas? Não estão preocupados com isso? É que o Decreto diz, deve ser repercutida nos consumidores, não estão preocupados com esta ilegalidade? Se calhar não. É só com a outra, porque a outra rende votos, porque esta não rende porque as pessoas não conhecem bem isto, provavelmente. O que é facto, é que já há Câmaras e Empresas Municipais que aplicaram estas tarifas. Desde o início do ano que já há portugueses que pagam estas taxas de recursos hídricos nas suas facturas. A Câmara de Viseu e bem, na minha perspectiva, entendeu não o fazer. No entanto, a Câmara de Viseu tem lá numa factura, uma centena de milhares de euros para pagar, relativamente a estas taxas, aos respectivos serviços. Acho que este assunto é importante, acho que este assunto devia ser debatido, o Senhor Presidente já há bocado falou dele e isto a mim preocupa-me profundamente. Isto é uma taxa que mais tarde ou mais cedo, nós todos vamos pagar. Esta taxa, nós esquecemo-nos dela, foi o Governo que a decidiu, pouco importa se fosse este Governo ou outro qualquer. Este Decreto está aprovado e é uma taxa que vai incidir sobre toda a gente e nós mais tarde ou mais cedo, vamos ter que a discutir, vamos ter que a trazer aqui e a mim preocupa-me esta situação”. -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves correia. -----  
 - **CINQUENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD)** – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Nestes três pontos, há uma coisa que ressalta, eu não vim aqui discutir há pouco, até porque, não tenho preparação para isso, a situação das contas, da contabilidade e da situação financeira da



**Câmara Municipal. Acho que ficou mais que demonstrado que ela é razoavelmente boa no contexto nacional, ou se calhar até podemos arriscar, é das melhores no contexto nacional. Nós ouvimos os credores dizerem que recebem a horas. Nós ouvimos os credores a queixarem-se que têm pagamentos em atraso. O que não acontece, exactamente na maioria dos municípios portugueses, infelizmente, e até em relação ao Estado Português e empresas chamadas ditas empresas SA, que são na realidade do Estado e que são para esconder os défices do Estado. Eu fico todo satisfeito quando em consequência dessas contas que foram apresentadas, o Senhor Presidente da Câmara, é capaz de nos apresentar aqui uma proposta, e de em três pontos não alterar taxas para o próximo ano e para os munícipes do Concelho, na medida em que estamos numa época de crise. Crise essa, em que todos nós temos que ser apoiados e principalmente aqueles de menores capacidades financeiras. No entanto, no Ponto Cinco, em que fala na taxa de disponibilidade, há um ano eu demonstrei aqui a minha discordância na substituição de uma taxa de aluguer, por uma taxa de disponibilidade e como tal, nesse ponto irei abster-me e é para justificar exactamente isto. Mas quero deixar sempre reforçado, Senhor Presidente da Câmara que acho que é o caminho certo. Falam, falam, falam, mas a realidade é aquilo que se vê. É tudo facilidades, são muitos milhares de postos de trabalho a criar e depois é a crise internacional que não dá para os criar. Fazem-se computadores e “Magalhães” para distribuir para Portugal, não sei quantas centenas de milhar, ainda não os conseguiram atingir e mesmo assim, ainda era preciso mandar outros tantos milhares para Venezuela e também não conseguiram atingi-los. Fazem promessas, não as cumprem. Anunciam não o fazem. Vivem sistematicamente uma política do vamos fazer e da vitimização. Mais, é uma coisa que a mim me confrange seriamente e que ainda hoje aqui não foi dito. É que nós todos que estamos aqui e viemos aqui a este palatário hoje, estamos numa situação crítica nacional e internacional, Mas ainda ninguém de nós foi capaz de vir aqui condenar as barbaridades, os milhares ou as centenas de milhar de euros que se gastam nas festas/espectáculo, promoção de vedetas que anunciam construções de auto-estradas e de obras faraónicas. Ainda ontem tivemos o mesmo no Algarve. Não são faraónicas e só não são faraónicas porque no Algarve ainda não há tanta areia, tanta areia, que ainda não esteja lá o deserto. “Jamais” talvez lá chegue. É capaz de lá chegar, não é por “jamais”, porque o deserto é capaz de alargar para lá, então passa a ser faraónica, qualquer dia até já temos lá pirâmides. Temos lá pirâmides, temos! Portanto, na realidade nós vivemos num país em que se fala muito, vitimiza-se muito por causa da crise internacional, mas continua a gastar-se dinheiro. Eu ia utilizar uma terminologia pouco própria para aqui, para esta sala, mas continua a esbanjar-se dinheiro. Continua a comprar-se carros de alta gama, com a justificação de que não se gasta muito dinheiro na manutenção deles. Os Senhores Deputados e os Senhores Presidentes da Assembleia da República, não podem andar em carros mais baratos. Continua a justificar-se tudo, tudo, porque há determinados cidadãos que são de primeira e os outros são os de segunda, mas quando chega a hora, sistematicamente, “aqui d’el rei”, a crise, é da crise internacional. E quando se faz uma inauguração, ou lançamento de uma obra, de uma auto-estrada, não é preciso ir contratar a empresa X, Y, Z, aquelas empresas que vêm citadas nas revistas cor-de-rosa, que vêm financiando as revistas cor-de-rosa e que custam centenas de milhares de euros, com os “caterings” muito engraçados, com muito espumante e de preferência champanhe francês, é que nem português gastam, que é para dizerem que vão fazer, ainda não se sabe quando, mas vão fazer. A diferença, é que a Câmara Municipal de Viseu diz que vai fazer e faz, propôs, é uma salvaguarda. Portanto, aqui no Ponto número Cinco, irei fazer a minha abstenção porque já no ano passado votei contra, porque continuo a não concordar com a taxa de disponibilidade. Muito Obrigado”.**

**- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto -----**





- **CINQUENTA E SETE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu vou ser muito breve, pedi a palavra só para explicitar o sentido do meu voto relativamente à questão da manutenção, do não aumento a nível da água. Irei abster-me também pelas mesmas razões que aqui já foram trazidas a este palatário. Votei contra a taxa de disponibilidade e entendo que enquanto se mantiver esta questão irei também abster-me, por não concordar com a sua manutenção, embora obviamente, saúde o não aumento, a não actualização do pagamento dos serviços da água. Era só para isto”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Fernando Carlos. -----

- **CINQUENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO ALMEIDA CARLOS (PSD)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu venho aqui apenas relatar um facto que aconteceu comigo há dois dias, ou três. Saiu uma Lei em dois mil e sete, sobre a legalização de poços e de furos. Acontece que a Lei diz que é obrigatório fazer o registo dos poços, quer uns, quer outros. Assim que soube, soube há pouco tempo, dirigi-me à CCR do Norte e à CCR do Centro, qual foi o meu espanto, em que uma não leva nada e a outra leva cento e setenta euros pela legalização. Era só isto, muito obrigado”. ----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

- **CINQUENTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “Vou também ser curto, as perguntas que me colocaram não foram... mas gostaria de enfatizar aqui um facto, Senhor Presidente, não há aumento de tarifas, foi aqueles pontos da proposta que trouxe aqui. Eu gostaria de perguntar, se calhar acharam que era pouco, não haver aumento de tarifas, mas onde é que vimos este exemplo? Se por acaso os cidadãos não pagaram o aumento de tarifas da electricidade, dos transportes, etc., etc. Isto é, aquilo que a Câmara fez, que os Senhores acham pouco, eventualmente, o que é que correspondeu a nível nacional, se não houve nenhum aumento. Todos, todos, os aumentos. Houve todos os aumentos. Portanto, acho curioso isto não se enfatiza, não tem importância nenhuma. A nível nacional continua a arrecadar-se e aí não há problema nenhum. Já agora, se é essa posição tão frontal do Senhor Deputado João Cruz, porque é que não votaram contra? Porque é que se abstêm? Se estivesse numa posição dessas em vez de zurzir aí, votava contra. Olhe, já agora queria dizer-lhe uma outra coisa e gostaria que também desmentisse este dado, o Senhor bem pode insistir porque lhe dá jeito, que nós que substituímos o aluguer do contador pela tarifa de disponibilidade! Pode insistir, mas não é verdade. A prova de que não é verdade, é que o aluguer de contadores, dava à Câmara um milhão e quinhentos mil euros, a tarifa de disponibilidade deu menos duzentos mil euros. Como está a ver não houve substituição. Já agora, uma outra coisa, porque é importante. O Senhor Deputado tem que ler os documentos todos, que é para depois ficar informado e dizer coisas acertadas. Olhe, o Decreto-Lei duzentos e setenta e quatro de dois mil e oito, pode apontar se quiser, no seu artigo oitavo, diz exactamente no número quatro, alínea c, tarifa de disponibilidade, valor aplicável em função de cada intervalo temporal, etc. Já agora este é outro documento, é do Diário da República, olhe que eu não estou lá, mas se por acaso achar que aquilo que não chega, eu queria que também apontasse, o ofício do IRAR, o Instituto Regulador das Águas e Resíduos, também da responsabilidade governamental, que diz num ofício que mandou às Câmaras, ao Administrador-Delegado dos SMAS, diz assim, “O IRAR, efectivamente, tem defendido a não existência de consumos mínimos, mas a existência de tarifas de disponibilidade”. Não quer ouvir isto? Se não quer, pronto! Então, o que o Senhor diz é, o Governo manda fazer tarifa de disponibilidade, o IRAR manda aplicar tarifa de disponibilidade, o Senhor não a aplique, porque descobriu uma forma mágica, que é a fórmula que os Senhores gostavam. Os Senhores gostavam de uma fórmula, em matemática chama-se a isto uma



inequação. Sabe o que é que o Senhor queria? O Senhor queria que a Câmara não tivesse nenhuma receita para propor, que a Câmara distribuisse aquilo que não lhe dão. Era aquilo que o Senhor queria. O Senhor disse ali, há bocadinho, que era demagogia. Eu vou responder-lhe aplicando da mesma maneira e acusando-me da mesma demagogia, sabe o que é que o Senhor veio dizer? Está sempre disposto para dizer que a Câmara de Viseu deve não sei quantos, deve apoiar o comércio, mesmo que a Câmara não receba dinheiro nenhum. Olhe, com certeza que aprendeu... Tu lembras-te José Alberto, que diziam a propósito da Caixa? Que tinha que ter saldo zero, ou positivo? Normalmente ensinava-se que não se podia tirar aquilo que não ia para lá. Então, mas se o Senhor tiver esse milagre, faça isto por este Governo, talvez a gente dispense os tais dois milhões de euros de dívida por hora. É bom saber, Senhor Deputado Municipal, do que estamos a falar e não entrar neste tipo de situações porque podem ser muito agradáveis de dizer, mas de facto, não ajudam a construir coisa nenhuma. Sobre aquilo que disse o Senhor Deputado Joaquim Pedro, sobre a taxa de recursos hídricos. Claro, que não ouvimos ninguém falar sobre a taxa de recursos hídricos. E olhe que o que lá estava a dizer, parece que a Câmara se atravessou em nome do cidadão, a Câmara não tem nenhum problema em aplicá-la aos consumidores. Pois a Câmara de Viseu, só aplicará aos consumidores, ou melhor, só a pagará se o Tribunal disser que somos obrigados a pagá-la. Quem criou aquele serviço, o tal serviço, sabe porque é que eu estou a dizer o tal serviço, sabe? Quem criou esse tal serviço, que o pague! Há mais serviços, os tais serviços que deixam que as pessoas caiam nas promessas do Algarve e que se tem cometido essa responsabilidade de zelar pelas águas. Sabe onde é que é este serviço? Foi mais um em Coimbra para colocar mais uma série de “boys”. É, é, Senhor Deputado. Quem criou esse serviço que os pague! Não é à conta dos consumidores, via Câmaras para pagar... É isso o que o Senhor quer vir aqui dizer. Não fazemos isso. Se o Tribunal nos obrigar a pagar, na altura esclarecemos as pessoas, que só pagámos porque o Tribunal mandou e porque é uma imposição governamental. Sobre aquilo o que O Senhor Deputado Esteves Correia disse aqui, que a Câmara que é uma das melhores a nível nacional em termos financeiros, eu queria dizer-vos que tenho algum orgulho nisto. Tenho mesmo muito orgulho. É talvez o melhor sinal que a Câmara deve dar aos seus munícipes. Não faz sentido nenhum, se calhar a mais emblemática Instituição do Concelho, não tenha as contas em ordem e nós fazemos questão de ter as contas em ordem, enquanto pudermos termos as contas em ordem. Uma boa parte dos Senhores que são candidatos aos Órgão Municipais deviam ficar satisfeitos. Nós estamos à beira de um período eleitoral, não fazemos conta de alterar a situação financeira da Câmara. Os Senhores, não ficam descansados, com uma Instituição a que se candidatam, saber que não deixa dívidas que tem uma situação financeira que nos deve orgulhar, com certeza que deviam. Já agora, duas coisas, sobre aquilo que disse a Senhora Deputada Graça Pinto. Disse que se vai abster, mas já agora, porque não é a mesma coisa e não lhe estou a dar nenhuma lição, longe de mim, nunca lhe darei nenhuma lição, mas a taxa não é a mesma coisa que a tarifa, é totalmente diferente, até a concepção foi, e a taxa de disponibilidade não é a mesma coisa. Pronto, se por acaso ler o conceito de tarifa, é capaz de ter uma outra opinião, sobre outra coisa. Sobre aquilo que disse aqui o Senhor Deputado Fernando Carlos, nós já sabíamos. Aliás, o Senhor Presidente da Junta, bem informado, graças a Deus, numa reunião de Juntas levantou o problema. Levantámos um problema de uma Lei que não foi dada conhecimento aos cidadãos convenientemente e que pode penalizar o simples cidadão que tenha um poço. Se tiver dois, paga duas vezes, três, três vezes, etc., etc. Ninguém teve esse cuidado, portanto, neste momento é mais que tirar água à nora, extrair aquilo que se pode dos cidadãos. Toda a gente calada, viu alguém levantar o problema, a não ser quem o sentiu, pelas populações. Foi um Presidente da Junta que o levantou, o problema da obrigatoriedade de pagar os licenciamentos dos poços. Foi exactamente isso e que a Câmara se disponibilizou a dar-lhe protecção jurídica.



É isso que estamos a fazer”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “Portanto, as respostas estão todas dadas, vamos então votar, obviamente que, cada ponto no seu lugar. Íamos começar por votar o Ponto Quatro, que é: “SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU”, portanto está aprovado por unanimidade. Vamos agora votar o Ponto Cinco: Apreciação e votação da Câmara Municipal sobre “SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO CONCELHO DE VISEU”, portanto, foi aprovada com quarenta e cinco votos a favor e com nove abstenções. Passamos agora ao Ponto Seis: apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre “SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE VISEU”, com a fundamentação legal que está na Ordem de Trabalhos. Portanto, está aprovado por unanimidade. Passamos agora à apreciação do Ponto Sete, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, “ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE”, nos termos da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e alínea o) do número dois do artigo cinquenta e três, ambas da Lei cento e sessenta e nove, noventa e nove, na sua actual redacção. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a sua apresentação”. -----

- **SESSENTA – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Sete, do seguinte modo: “Não tenho muito que acrescentar ao documento que foi distribuído, onde tem o novo mapa do pessoal, com os novos nomes e as novas designações que por via da Lei, de Vínculos Carreiras e Remunerações, a designação que os funcionários passam a ter, de maneira que está aqui, digamos perfeitamente explicitado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “Não tenho nenhuma inscrição, vamos então passar à votação. Está aprovado por unanimidade. Passamos ao Ponto Oito, que tem uma gralha, porque aquilo que se diz é apreciar e não votar. Portanto, é um Ponto que não carece de votação. É só apreciação da proposta da Câmara Municipal, ou melhor, apreciação do relatório da “COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL DE VISEU – RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E AVALIAÇÃO/DOIS MIL E OITO”, nos termos da alínea d) do artigo dezanove do Decreto cento e sessenta e um de dois mil e seis, de oito de Agosto. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação”. -----

- **SESSENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Oito, do seguinte modo: “Senhor Presidente, para além dos documentos que apresentámos, só para dar uma informação adicional, que me chegou à pouco dos serviços competentes. É que segundo os representantes da Câmara de Viseu, que também integram outras Comissões Arbitrais, a informação é que a de Viseu, é das poucas que reúne e portanto, embora haja poucos pedidos a entrar, todavia há um grande interesse no aconselhamento jurídico que é prestado. É frequente esta Câmara ser procurada por inquilinos e por senhorios, que põem questões fundamentalmente sobre actualização de rendas, Por cada pedido pagam uma unidade de conta, noventa e seis euros, como é sabido. Mas devido a alguns elementos dessa Comissão, têm direito a senhas de presença, é naturalmente, um serviço que é deficitário. Eu quase que me estava a tentar a perguntar ao Senhor Deputado João Cruz, se também devemos sair da Comissão Municipal Arbitrária por ser deficitária”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- **SESSENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Isto é



como foi claramente escrito, trata-se de uma apreciação e não uma votação. A apreciação que eu ia fazer, já foi em certa medida adiantada pelo Senhor Presidente da Câmara. Portanto, era exactamente isso, para uma receita de quinhentos e setenta euros, há uma despesa de dois mil, setecentos e oitenta e seis, setenta. Isto é, só em senhas de presença há o triplo das receitas. Bem, nós recomendaríamos que esta Comissão não cobrasse senhas de presença, porque de facto, era a maneira de não ser este escândalo a triplicar. Quer dizer, o que se paga é três vezes menos do que aquilo que é gasto só para os Membros da Comissão, o que é de facto uma coisa... Percebemos mal, percebemos mal". -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder à questão que lhe foi suscitada. -----

- SESSENTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Usa da palavra para responder à questão que foi suscitada do seguinte modo: “Senhor Presidente, só um segundo. Eu acho que o Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho deve propor isso. Se calhar até com uma Assembleia deficitária, talvez aqui não recebam senhas de presença”.

- MESA - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito bem. Está esgotado o Ponto Oito e portanto, esgotámos a nossa Ordem de Trabalhos. Íamos passar agora ao período reservado ao Público. Eu tenho duas inscrições, a do Senhor António Lopes e do Senhor Alexandre Azevedo Pinto. Portanto, eu dava a palavra ao Senhor António Lopes, que tem cinco minutos para usar da palavra. Peço a atenção dos Senhores Deputados ainda não terminou a Assembleia Municipal, portanto, este é um momento reservado ao público. O Senhor António Lopes tem cinco minutos para poder usar da palavra, faça o favor”. -----

- SESSENTA E QUATRO – SENHOR ANTÓNIO LOPES – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Em nome dos formandos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, dos Cursos de Técnicos Comerciais Um e Dois e ainda dos Recepcionistas de Hotel, que estão presentes neste público, gostaria de em primeiro lugar, agradecer a iniciativa dos formadores que tornaram possível a nossa presença nesta Sessão, assim como a disponibilidade que esta Assembleia demonstrou em nos receber. Em segundo lugar, lançar um alerta para o crescimento constante do desemprego, também no Concelho de Viseu, ao qual certamente não é alheio nenhum dos elementos presentes nesta Assembleia. Como é do conhecimento de Vossas Excelências, após o estágio integrado nos Cursos de Formação Profissional, a grande maioria dos formandos, encontra-se na mesma situação que se encontrava antes do início da formação, ou seja, no desemprego. Assim, apelamos à sensibilidade de todos os presentes, para que intercedam junto das entidades empresariais e que certamente alguns dos elementos farão parte das mesmas entidades empresariais, podendo desta forma criar condições para aumentar o número de postos de trabalho neste Concelho e aproveitar assim a mão de obra qualificada que provém dos diversos cursos de formação profissional. Neste sentido, permita-me Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, interpelá-lo apenas com a seguinte questão: Gostaríamos saber se a entidade à qual Vossa Excelência preside, se se encontra neste momento a desenvolver alguma, ou algumas acções, com vista à criação de mais postos de trabalho no nosso Concelho. Apenas com esta questão, aproveitaria mais uma vez, para agradecermos a possibilidade que nos foi dada pelo Senhor Presidente da Assembleia, de podermos expressar as nossas preocupações relativamente às políticas de emprego. O nosso muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado. Só referir que não é o Presidente da Assembleia que o autoriza, é a própria Lei que o define e portanto, os cidadãos são livres de poderem assistir às Assembleias Municipais. Elas são públicas e tenho sempre todo o gosto em dar a palavra a cidadãos que se disponibilizam para o fazer no final da Assembleia Municipal. Tem agora a palavra o cidadão Alexandre Azevedo Pinto. Tem cinco minutos, como já sabe”. -----



**- SESSENTA E CINCO – SENHOR ALEXANDRE AZEVEDO PINTO -** Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “A minha vinda aqui mais uma vez, é para trazer a questão relativa à Loja do Cidadão. Eu faço-o em nome da representação do “Movimento dos Cidadãos pelo Centro Histórico da Cidade”. Eu queria basicamente fazer, ou pedir, ao Senhor Presidente da Câmara, se assim o entender, que nos desse a nós, Movimento, um ponto de situação relativamente a este processo, dado que soubemos pela imprensa que teve uma reunião com o Senhor Ministro-Adjunto e com a Senhora Secretária de Estado, que tem este dossier, penso eu, da reforma administrativa. Portanto, queria que de alguma maneira fizesse um ponto de situação dessa reunião. Soubemos também pela imprensa, que a Câmara estaria mandatada, ou mandatou-se para fazer um levantamento de custos e uma proposta, que em nosso entender fez e bem, da instalação da Loja do Cidadão no antigo quartel de Bombeiros Voluntários, prédio que está parcialmente devoluto. Achamos que essa proposta é razoável, não lhe vou lembrar os grandes números, penso que andaria à volta de um milhão de euros de investimento. Lembramos que é património público e portanto, acho que era interessante, sendo que a Câmara ficaria isenta de pagamento, a Câmara não, a Administração Central, ficaria isenta de pagamento de renda, até que o investimento fosse recuperado. Portanto, face a estes dados e são aqueles que nós temos, a nossa posição é favorável, relativamente a esta proposta. Sendo que, entendemos que não nos devemos focar apenas e só na questão e na opção dos Bombeiros, uma vez que poderão ser exploradas outras situações, todas elas no Centro Histórico. E queria fazer duas questões, uma delas dirigida a si, à Autarquia, e outra ao Partido Socialista e ao Governo e são basicamente as mesmas questões. Dirigida à Autarquia, é que face a este aparente e eu sublinho aparente impasse no problema, queríamos questionar o Executivo se tem previsto alguma iniciativa para de facto, trazer a Loja do Cidadão para o Centro Histórico. Queria fazer o mesmo, relativamente ao Partido Socialista e à sua representação aqui. Dado que o Partido Socialista tem neste momento, o Governo, a Administração Central, o que é que o PS de Viseu, vai fazer mais por Viseu e pela Loja do Cidadão, para além daquilo que já fez. Isto é, as questões que colocaram, penso que ao Governo, via Assembleia da República. Era isto que eu deixava aqui. Obrigado”. -----

**- MESA –** O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado. O Senhor Presidente da Câmara solicitou-me o uso da palavra para responder, tem direito a fazê-lo”. -----

**- SESSENTA E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Pede a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas do seguinte modo: “Senhor Presidente, de facto solicitei o uso da palavra, primeiro para dar uma explicação. Eu só o vou fazer dada a elegância em relação como as perguntas me foram colocadas e também por respeito àquela galeria, que está aí desde a manhã e naturalmente, eu vou fazê-lo, porque em boa verdade, eu devia dar esta resposta na Câmara. A Câmara tem Sessões Públicas para dar estas respostas. Estas respostas são pedidas ao Senhor Presidente da Assembleia, que depois me remeteria as questões e que responderia. Naturalmente por isso e pelas razões que eu invoquei, vou dar resposta e começaria pela primeira. A Câmara não tem responsabilidades directas na criação de emprego. A Câmara como sabem tem responsabilidades e é isso que faz, é ir facilitando a instalação, nomeadamente de instituições que vos possam absorver e foi isso que fez. Ainda há pouco tempo, para quem esteve presente, com certeza que ouviu publicamente os grandes elogios que os promotores da recém criada Pousada de Viseu, fizeram à Câmara, na forma como lhe facilitou, digamos a sua acção. Portanto, é isto que a Câmara tem que fazer. Mais, acho até, como sabem, em pouco tempo, por acção dos privados e é assim que deve ser, este Concelho passou a ter mais de mil e quinhentas camas, o que é considerado, mesmo a nível de cidades semelhantes, digamos, um exemplo em termos de disponibilidade de camas,





portanto, de capacidade hoteleira. É evidente que não fomos nós que definimos os cursos e portanto, eu naquilo que for possível, promovendo em nome dos cidadãos maior facilitação para que as pessoas tenham mais emprego, naturalmente que nós vamos seguindo muito atentamente o problema do desemprego em Viseu. Já agora, também um esclarecimento que me parece que se impõe que seja dado. Eu analisei os últimos dados do desemprego em Viseu e vinte e cinco por cento do desemprego são de licenciados, ou gente com curso superior. O que significa que há aqui uma desarticulação de quem promove os cursos, em relação ao mercado de trabalho. Isto é, não havendo saídas, porque é que as pessoas insistem em fazer este ou aquele curso. Portanto, há aqui vinte e cinco por cento de licenciados e de diplomados que engrossam esse número de desempregados, por razões que nos ultrapassam. Eu queria dizer-vos e queria dizer-vos com a máxima frontalidade, ninguém me perguntou se deviam fazer o curso que estão a frequentar. Eu teria também a minha opinião. Diria, eventualmente, se havia capacidade de absorção em Viseu, mas ninguém me perguntou. Eu penso que a primeira resposta tem que ser dada por quem fomentou o curso e quem aliciou, se calhar, através até de uma formação remunerada, se calhar até para contar para a estatística, não quero ser má-língua. Naturalmente absorção para que haja menos desempregados momentaneamente, mas depois, na parte final, ainda com maior frustração para quem andou a frequentar o curso. Não contem comigo para isso. Não contem comigo para vos dizer, venham para aqui para fazer um “cursozinho” que eventualmente até gostaram muito, para depois não terem a certeza se têm emprego. Contam comigo naquilo que eu poder apoiar, para mentir às pessoas, não sou capaz de o fazer. Numa próxima oportunidade, isso vos garanto, eu vou escrever ao responsável do Emprego a perguntar-lhe com que critérios é que fez isto. Se tinha alguma garantia que à partida, as Senhoras e os Senhores tinham alguma colocação quando iniciaram esse curso. Isso é que eu vou fazer e vou pedir-lhe, nem sei quem é o responsável pelo Emprego, não teve ainda o cuidado de se apresentar oficialmente e portanto, eu não sei quem é. Vou mesmo assim, ligar-lhe a dizer, a pôr-lhe exactamente estas questões que vos estou a colocar. De qualquer da maneira, a Câmara não é um empregador, mas neste momento se calhar, é um dos maiores empregadores do Concelho e ainda bem que a rotatividade na Câmara é de tal maneira acentuado, que vai dando emprego a muitos jovens. Neste momento, se calhar, talvez a única Entidade Pública que dá resposta aos jovens que vão saindo dos variados cursos. Portanto, eu não tenho muito mais nada a dizer, a não ser do meu interesse e já que me colocaram este problema, desta forma, eu vou utilizar esta informação para pelo menos pressionar, no sentido de saber o que é que estão à espera, que saída é que eventualmente é que têm. Em relação àquilo que colocou aqui o Doutor Azevedo Pinto, eu queria dizer-lhe que estive acompanhado, com um parceiro que já foi vosso parceiro. O que significa que, o parceiro podia ter-vos dado conta como decorreu a reunião, foi público. Portanto, eu estive com o Senhor Presidente da Associação Comercial, mas há uma coisa que eu não percebo, porque é que nos está a perguntar se nós pensamos. Nós pensamos que a Loja do Cidadão e que a nossa proposta que é uma proposta aceitável. Mais, damos-lhe toda a força, mas como disse o Governo que não contassem que houvesse um tostão, espero com toda a certeza que esta posição seja alterada, a sair dos Cofres da Administração Central, também não é dos cofres da Câmara. Não é da nossa responsabilidade a Loja do Cidadão, como sabe. Já agora dizer-lhe mais uma outra coisa, nós não estamos apenas com um local para a eventual localização da Loja do Cidadão, nós temos dois locais para a Loja do Cidadão. Queria dizer-vos também porque às vezes pensam que as coisas são mais simples do que são, na segunda-feira passada estive juntamente com o Senhor Vice-Presidente e com o responsável pelo Urbanismo da Câmara no atelier do Senhor Arquito Siza Vieira, para nos tentar deixar adequar o Mercado Dois de Maio, eventualmente à localização da Loja do Cidadão. E não é fácil, não pensem que nós se calhar, e eu considero que não foi



nenhum erro, a única coisa que podemos ter responsabilidade, foi termos convidado o Senhor Arquitecto a fazer aquele projecto, mas é um projecto que do ponto de vista arquitectónico nos orgulha, também temos que ir a ele quando é para fazer alteração. Eu estou convencido, troquei aqui impressões com o Senhor Vice-Presidente, que a proposta que me fez talvez dê para alojar a Loja do Cidadão e se assim for, dentro de pouco tempo o Mercado Dois de Maio, terá uma outra configuração, nomeadamente de acordo com aquilo que lhe propusemos, sem mexer na estrutura fundamental. Vai ter um corpo a meio, exactamente de acordo com uma proposta que lhe fiz, no pátio superior, abdicando daquele palco, que pode dar resposta a um serviço como a Loja do Cidadão. Também o convencemos a mudar o piso, eventualmente retirar algumas árvores, sem o Senhor Arquitecto mudar a concepção. Portanto, achou que as propostas que lhe fizemos que tinham algum valimento e talvez o muro exterior, não abdicando do pórtico, e abdicando de uma parte das magnólias, para que possam ser, na parte central, no corredor central, retiradas, mudando o piso. Achamos que conseguimos, porque também demos conta que não conseguíamos impor nada ao Senhor Arquitecto, nem éramos capazes disso. Portanto, achamos que com este contributo, o Mercado Dois de Maio pode ser uma boa alternativa para a Loja do Cidadão. Já agora, quero dar-lhe uma outra novidade, estamos a pensar também anunciar muito brevemente que a própria Unidade de Turismo, possa ser localizada no Centro Histórico. Se tudo correr bem, a Câmara também instalará a curto prazo, três serviços no Centro Histórico, um particular de grande absorção de mão-de-obra, eventualmente destes jovens que estão ali. É um serviço que pode absorver mesmo muita mão-de-obra e que a preferência dos próprios promotores é sempre no Centro Histórico, a Loja do Cidadão e o Posto de Turismo, tudo para o Centro Histórico. Esperamos por esta via darmos um bom contributo, exactamente, a incluir no Centro Histórico alguma unificação, que é aquilo que precisa. De resto os números que trazia são aqueles que confirmei, a proposta foi enviada ao Senhor Ministro-Adjunto, já com muito tempo. Estamos à espera que dê resposta, também já não é sem tempo, a resposta que esperamos do Senhor Ministro, e eu já hoje fiz o repto, que também já fiz publicamente, se o Senhor Ministro não avançar rapidamente, nós não estaremos à espera e vamos localizar um serviço, nomeadamente privado, eventualmente num dos sítios e depois, deixamos a responsabilidade ao Governo de instalar a Loja do Cidadão em locais que ele próprio tem obrigação de arranjar”. -----

- MESA - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente pelo esclarecimento que trouxe às questões colocadas pelos nossos concidadãos. Não havendo mais nenhum tema a tratar, eu dou por encerrada a reunião, agradecendo a participação de todos. Muito obrigado”. -----

----- A Sessão encerrou às dezassete horas e sete minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

(António Joaquim Almeida Henriques)